

PDI

2014 - 2018

Plano de Desenvolvimento Institucional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – IFB

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2014 A 2018

Vigência no e-MEC (Recredenciamento da IES): Junho/2014 a Junho/2019

BRASÍLIA-DF
ABRIL/2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – IFB**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Henrique Paim Fernandes**

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Aléssio Trindade de Barros**

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

**Reitor
Wilson Conciani**

**Chefia de Gabinete da Reitoria
Daniella Santiago Andrade**

**Pró-Reitora de Administração
Simone Cardoso dos Santos Penteadó**

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Dantas de Araujo**

**Pró-Reitor de Ensino
Adílson César de Araújo**

**Pró-Reitor de Extensão
Giano Luis Copetti**

**Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Luciana Miyoko Massukado**

CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Diretor Geral Campus Brasília
Gustavo Filice de Barros

Diretor Geral *Campus* Ceilândia
Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro

Diretor Geral *Campus* Estrutural
Marcelo Silva Leite

Diretora Geral *Campus* Gama
Êrika Fernandes Cruvinel

Diretor Geral *Campus* Planaltina
Walter Antônio Rodrigues

Diretora Geral *Campus* Samambaia
Neli Terezinha da Silva

Diretor Geral *Campus* Taguatinga
Élcio Antônio Paim

Diretor Geral *Campus* Taguatinga Centro
Eduardo Dias Leite

Diretora Geral *Campus* Riacho Fundo
Sérgio Barbosa Gomes

Diretor Geral *Campus* São Sebastião
Rodrigo Mendes da Silva

Assessor para Implantação do *Campus* Brazlândia
Francisco de Assis Povoas Pereira

Assessor para Implantação do *Campus* Cidade Digital
Paulo Roberto Leiros de Souza

COMISSÃO SISTEMATIZADORA DO PDI

Instituída pela Portaria PORTARIA Nº 868, DE 25 DE JULHO DE 2013

MEMBROS

Rosane Cavalcante de Souza Presidente (25/07/2013 – 31/12/2013)	Ednizia Ribeiro Araújo Kuhn Membro Titular
Fernando Dantas de Araujo Presidente (29/01/2014 – 30/06/2014)	Suellen Mayara Magalhães Membro Titular
Maria Cristina Madeira Da Silva Suplente/Presidente Substituta	Marco Antônio Vezzani Membro Suplente
Simone Cardoso Dos Santos Penteado Membro Titular	Simone Pinheiro Santos Membro Suplente
Cláudia Sabino Fernandes Membro Suplente	Anderson Allan Lopes Galvão Membro Titular
Adilson César De Araújo Membro Titular	Ângela Maria De Menezes Membro Titular
Yvonete Bazbuz Da Silva Santos Membro Suplente	Kamilla Fernanda Da Costa Queiroz Membro Suplente
Giano Luis Copetti Membro Titular	Cleiton Souza Rocha Membro Suplente
Eneida Campos Felipe De Brites Membro Suplente	Charles Almeida Da Silva Membro Titular
Luciana Miyoko Massukado Membro Titular	Flávio Barbosa Da Silva Membro Titular
Marley Garcia Silva Membro Suplente	Vilma Pereira Cunha Membro Suplente
Élcio Antônio Paim Membro Titular	Ângelo Teodoro Dos Santos Membro Suplente
Eduardo Dias Leite Membro Suplente	

Colaboradores da elaboração do PDI 2014-2018:

Abencilde Lira da Silva	Antonio de Sousa Carvalho
Abieri Gomes de Oliveira	Antonio Donizete Braga
Adriana Aparecida	Antonio Evangelista de Jesus
Alan Kardec Elias Martins	Antonio Filho
Alberto do N. Ferreiro	Antonio Porfino
Alberto Torres Braz	Arlene Damacena de Sousa
Alessandra do C. Fonseca	Arnaldo Ribeiro do Nascimento
Alex Helder Cordeiro de Oliveira	Atila Pires dos Santos
Alexandre Moraes	Beatriz Alves de Sousa
Alexandre Silva	Beatriz da Costa Brasil
Aline Maia Nascimento	Beatriz dos Santos Nascimento
Allatina Batista de Souza	Bibiani Borges Dias
Amanda Freire Tavares	Brena Borges
Amanda Rodrigues S. B. da Silva	Bruna Bernades
Ana Carolina L. Brandão	Bruna Kelly
Ana Carolina Mendes	Bruno Ceolin da Silva
Ana Carolina Simões	Bruno Silva Costa
Ana Cristina Araújo Pimenta	Camila de Sousa Rocha
Ana Maria Moraes	Camila Rodrigues da Fonseca
Ana Maria Pereira Pinto	Carine Marques Saliba Rebouças
Ana Paula da S. Sousa	Carla Maria Dias Lopes
Ana Veras Gomes	Carla Sabrina Cunha
Anderson da Silva Costa	Carlos Alberto de Jesus Costa
André Cruz	Carlos Augusto Balla
André de Castro Sena	Carlos Eduardo Dornelles
André Luís dos Santos	Carolina Soares Mendes
Andreia Maria S. França	Caroline A. C. Gomes
Andressa da Silva Barbosa	Cassio Reis
Anelísia da Silva de Oliveira	Cecilia Cândida F. Vieira
Angela Beatriz Souza Bertazzo	Conceição Costa
Anderson da Silva Costa	Cristiane Fernandes da Cunha
Angelo Menezes	Dalenz F. Taezo
Antonia da Silva Costa	Dalva Maria
Antonia R. C. Costa	Damaris Silva de Jesus
Antonielly Garcia Rodrigues	Daniel França de Souza
Antonio Carlos Lins	Daniel Martins Soares de Oliveira

Daniela de Jesus Gomes Mendonça	Erika de Oliveira Lima
Daniele S. Freire	Estefani Souza
Dayanna Braga	Eula Paula Amorim
Dayse Nayara de Melo Bispo	Evânia Maria Alves Pereira
Dayse Siqueira de Melo Fraga	Fabiana C. Fernandes
Débora Regane Severino	Fabiane Silva de A. Coutinho
Delane Campos	Fabiano Fernandes
Denise Batista	Fabricio Ademar Fernandes
Denise de Oliveira Vieira	Fátima Silva dos Santos
Deon Valentim do Nascimento	Felipe de França Oliveira
Deyse Calho da Silva	Felipe de Oliveira
Diana de Almeida	Felipe Henrique de Melo
Dianor Maria C. Araujo	Fernanda da Silva Febrônio
Diego Pizarro	Fernando Augusto Torres de Faria
Diego Soto do Nascimento	Fernando Barbosa dos Santos
Dilma P. Guedes	Fernando de Moraes da Silva
Domingos Ferreira	Fernando Rejente
Edelon Fontenele Angelo	Filipe Araujo Soares
Edilene Santos Sousa	Filipe de Moraes C. Pessoa
Edileuza Monteiro de Assis	Fissil Cier Yuzuki
Ediney Rodrigues da Costa	Florindo Ribeiro
Edivania Cavalcante	Francisca das Chagas R. da Silva
Eduardo de Vasconcelos Caetano	Francisco Assis
Eica Maria da Silva	Gabriel A. L. A. Castelo Branco
Elaine Caloleira	Gabriel Oliveira Negrão
Elânia Moreira	Gabriel Prado
Eliana Maria Evangelista Siqueira	Gabriela Lopes Vieira
Eliane Nunes da Silva	Gaziele Alves
Elias José dos Santos	Gedeon Baldez Saraiva
Elisângela da Silva Sousa	Genival Pereira da Silva
Elisangela Marcia Reis	Gentiliza Duarte de Oliveira
Elismas P.S.G Santos	Germano T. Cruz
Elizabeth Rodrigues da Silva Santarém	Gabriel A. L. A. Castelo Branco
Ellen Cristina M. Peregrino	Gilberto Moraes Faria Alves
Emanuelle L. Lopes	Girlene Maria Ferreira Florindo
Érica dos Santos Silva	Giselle de Oliveira Lipriano Candido
Érica Raiane da Cunha	Glenilva Marques de Sousa

Glória Juliane Rabelo	Juliana Rangel Pimentel
Guilherme A. A. Silva	Juliana Viegas P. Vaz dos Santos
Guilherme Capistrano dos Santos Stanzani	Jullyanna Ellen F. de Andrade
Gustavo Danicki A. Rosa	Jurema da Silva Passos
Glenilva Marques de Sousa	Kamilla Milene Gomes
Helen Denise Daneres Lemos	Kamylla Santana Guimarães
Helio Ferreira	Kardek Luis
Hélio Lima de Sousa	Karina Carvalho Pereira
Hersutes Silva	Keilla Araujo de Castro Fonseca
Heula Tessia Alves Moreira	Kelly de O. Santos
Hugo Silva Faria	Kelly Hernandez
Iara F. P. Lauffer	Larissa Carvalho Toth
Ijaneide da Silva Sousa	Laura Misk de Faria Brant
Irene da C. Silva Novais	Laysse Noletto Balbino
Isabel Silva Santos	Leandro Andrade Moreira
Ivante Alves dos Santos	Ledunica do Nascimento Veras
Jabson Cavalcante Dias	Leia Viana Nunes
Jadson de Oliveira de Menezes	Leonardo Moreira
Janaina Julinda da Silva	Leoncio Regal Dutra
Jane Beatriz Pereira	Leyla Fillar Fredenhagen
Jefferson Pereira da Silva	Lidia C. de Oliveira
Jéssica Rejane da Cruz Costa	Lina Frazão de Castro
Jessica Zuza	Luana Cruz Santos
João Bezerra da Silva Júnior	Lucia Pilar Gonzalez Fernandes
Jose Araujo	Luciana Assis dos Santos
José Messias Eiterer Sousa	Luciana Henrique M. da Silva
José Vécio da Silva	Luciana Lemgruber
Josué de Sousa Mendes	Luciana Mendes de Sousa
Josuelma de Jesus	Luciano Cedraz de Oliveira
Jovita Santos Souza de Moraes	Luciano de Andrade Gomes
Jozilene Silva Pereira	Lucielle Coutinho da Silva
Juana de Carvalho R. Silva	Lucimar Bernardo de Barros
Jucéria de A. Silva	Lucimar da S. Rodrigues
Juliana Aragão Lemes da Costa	Luidson Saraiva Souza
Juliana Costa Vila Nova	Luiz Cesar Ribeiro dos Reis
Juliana da Silva Sousa	Luiz Claudio R. de Carvalho
Juliana Detoni	Luiz Diogo de Vasconcelos

Luiz Fernando Frozza	Moemia Rosa da Silva
Marcio Augusto de Deus	Mônica Oliveira de Moura
Marcia Almeida	Nádia Silvério Oliveira Irineu
Marcia Maria dos Santos	Nadja Pessoa do Amarante
Márcia Regina Nunes Nascimento	Nalderi Alves de Lacerda
Marciano Pereira da Silva	Nathalie Nunes Maia
Maria Alice dos Santos Souza	Nedja Rodrigues Costa Lemos
Maria Alves Limade Menezes	Nestor Luciano dos Santos
Maria Antonia de Paula	Nilza Maria de Farias
Maria Antonia Oliveira Silva	Nivaldo Oliveira
Maria Aparecida dos Santos	Noberto Santos Gonçalves
Maria Aparecida Silva de Abreu	Núbia Pereira Fonseca
Maria Betania Machado	Pablo Lorui
Maria das Dores Nascimento	Patricia Albuquerque de Lima
Maria das Graças Alexandre Macedo	Paula Petracco
Maria das Graças Moreira	Paulo A. B. Ramos
Maria de Fatima C. Silva	Paulo Henrique de A. Leão
Maria de Lourdes Barros Brito	Paulo Itaicly Marques Rodrigues
Maria do Carmo Machado	Pedro Henrique Isaac Silva
Maria do N. de Oliveira	Priscila Bosquê
Maria do Nascimento Oliveira	Priscila de Oliveira Rodrigues
Maria Eduarda S. Pinheiro	Priscila Kelly Severino
Maria Eliza da Silva	Quezia O. Sousa
Maria Eveline Pinheiro	Rafael Azevedo
Maria Lindalva Ferreira	Raimundo Cláudio da Silva Vasconcelos
Maria Marclane Bezerra Vieira	Raimundo G. da Silva Filho
Maria Neumann S. da Costa	Rebeca Pereira Peres
Maria Raimunda Barbosa	Regilda Vieira Silva
Maria Rosângela de Senazuzar	Regina de Matos Batista
Maria Rute Amarante da Silva	Reinaldo de Jesus da C. Farias
Mariana R.D. Cardoso	Reinaldo Nonato Ribeiro
Marinalda Alfredo Hair S.	Renata de Azevedo Belo
Marineuda Vieira do Nascimento	Renato M. Gomes
Marlei Almeida da Silva	Renzo Gonçalves Chaves
Messias de Jesus Carvalho	Robson Caldas de Oliveira
Micaele Karine Sousa Lopes	Robson Munhoz de Oliveira
Michelle Rocha Pedrosa	Rodrigo Luis dos Santos

Rogério Pereira dos Santos	Wallace Robert de Sousa Castro
Ronilde Borges C. Feitosa	Wallisson de Paula
Rosana B. S. Capingota	Wesley Costa da Silva
Ruan de Sousa Oliveira	Wilk Wanderley de Farias
Rudimar M. S. Júnior	William Silva
Ruy de Sousa	Winglyson Edgart Sousa Maximo
Samanta Farias	Wismaily Pereira da Silva
Sandra Branchine	Zora Yonara Torres Costa
Sandra Maria de Souza	
Sandro Ribeiro dos Santos	
Sebastião José Sobrinho	
Sebastião Pereira Silva	
Sérgio Barbosa Gomes	
Sergio Mariani	
Sidney de Castro Lima	
Silva Mayami Iusokiri	
Sonia Marques de Sousa	
Susana Nara de O. Mineu	
Suzete Cunha de Francisci	
Sylvana Karla S. L. Santos	
Tadeu Duarte	
Taiany Fenandes Machado	
Taisa de Almeida Felix	
Tâmara Miranda de Carvalho	
Tatiana Rotolo	
Tatiane Silva Alves	
Tereza Dolores Pereira	
Terezinha Silva	
Thiago S. de Almeida	
Tiago Borges Santos	
Tiago Varella Negreiros	
Vanessa de Deus Mendonça	
Vera Lúcia Nascimento Rabelo	
Veruska Ribeiro Machado	
Vicente Menezes de Paula	
Victor Ernandes	
Virginia Barbosa Lobo da Silva	

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BSC – *Balanced Scorecard*
CAPES – Coordenação de Aperfeioamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Colégio de Dirigentes
CEB – Câmara de Educação Básica
CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEPE – Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão
CDAE – Coordenação de Assistência Estudantil
CDAL – Coordenadoria de Almojarifado
CDBI – Coordenação de Bibliotecas
CDRA – Coordenação de Registro Acadêmico
CDPT – Coordenação de Protocolo e Documentação
CGAQ – Coordenação Geral de Aquisições
CGPIBP – Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos
CGPQ – Coordenação Geral de Políticas de Qualificação
CGSM – Coordenação Geral de Servios e Manutenção
CGPL – Coordenação Geral de Planejamento
CNE – Conselho Nacional de Educação
COMSIS – Comissão Sistematizadora
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPLA – *Campus* Planaltina
CS – Conselho Superior
CSSB – *Campus* São Sebastião
CTGC – *Campus* Taguatinga Centro
DF – Distrito Federal
DGRF – Direção-Geral do *Campus* Riacho Fundo
DOU – Diário Oficial da União
DR – Documento de Referência
DRAD – Diretoria de Administração
DRAP – Diretoria de Administração e Planejamento
DREP – Diretoria de Ensino e Pesquisa
DRGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DROR – Diretoria de Orçamento
EAD – Educação a Distância
EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETF – Escolas Técnicas Federais
FEDF – Fundação Educacional do Distrito Federal
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES – Instituição de Ensino Superior
IF – Instituto Federal

IFB – Instituto Federal de Brasília
GDF – Governo do Distrito Federal
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
NBR – Norma Brasileira
NR – Norma Regulamentadora
NAIN – Núcleo de Auditoria Interna
NAPNE – Núcleo de Apoio a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais
NENG – Núcleo de Engenharia
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NUCS – Núcleo de Comunicação Social
NTIC – Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
PCD – Pessoa com Deficiência
PCR – Pessoa com Cadeira de Rodas
PDC – Política de Desenvolvimento de Coleções
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PMR – Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PO – Pessoa Obesa
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PRAD – Pró-Reitoria de Administração
PREN – Pró-Reitoria de Ensino
PREX – Pró-Reitoria de Extensão
PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRODIF – Programa Institucional de Fomento à Difusão Científica e Tecnológica
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
RT – Retribuição por Titulação
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGI – Sistema de Gestão Integrado
SIBIFB – Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília
SIC – Sistema de Informações ao Cidadão
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TAM – Termo de Acordo de Metas

LISTAS

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Resumo das atividades – elaboração do PDI.
- Quadro 2 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Educação
- Quadro 3 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Relação Institucional
- Quadro 4 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Gestão
- Quadro 5 – Indicadores do eixo temático de Educação
- Quadro 6 – Indicadores do eixo temático de Relação Institucional
- Quadro 7 – Indicadores do eixo temático de Gestão
- Quadro 8 - Metas estabelecidas do eixo de Educação
- Quadro 9 – Metas estabelecidas do eixo de Relação Institucional
- Quadro 10 – Metas estabelecidas do eixo de Gestão
- Quadro 11 – Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA (GESTÃO 2013-2015)
- Quadro 12 – Cursos Vigentes – Por Campus
- Quadro 13 – Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por Campus
- Quadro 14 – Cursos Vigentes – Por Campus
- Quadro 15 – Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por Campus
- Quadro 16 – Oferta de Cursos EaD
- Quadro 17 – Evolução do corpo docente no IFB por titulação entre 2009 e 2013.
- Quadro 18 – Percentual do corpo docente por titulação.
- Quadro 19 – Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho
- Quadro 20 – Evolução do corpo técnico no IFB por Classe entre 2009 e 2013.
- Quadro 21 – Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por classe
- Quadro 22 – Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por titulação:
- Quadro 23 – Biblioteca Campus Brasília
- Quadro 24 – Acervo *Campus* Brasília
- Quadro 25 – Biblioteca *Campus* Gama
- Quadro 26 – Acervo *Campus* Gama
- Quadro 27 – Biblioteca *Campus* Planaltina
- Quadro 28 – Acervo Campus Planaltina
- Quadro 29 – Biblioteca *Campus* Riacho Fundo
- Quadro 30 – Acervo *Campus* Riacho Fundo
- Quadro 31 – Biblioteca *Campus* Samambaia
- Quadro 32 – Acervo *Campus* Samambaia
- Quadro 33 – Biblioteca *Campus* Taguatinga
- Quadro 34 – Acervo *Campus* Taguatinga
- Quadro 35 – Biblioteca *Campus* Taguatinga Centro
- Quadro 36 – Acervo *Campus* Taguatinga Centro
- Quadro 37 – Biblioteca *Campus* São Sebastião
- Quadro 38 – Acervo *Campus* São Sebastião

- Quadro 39 – Área Física do IFB
Quadro 40 – Instalações – por *Campus*
Quadro 41 – Laboratórios – por *Campus*
Quadro 42 – Laboratórios (Aquisição de Equipamento) – por *Campus*
Quadro 43 – Principalmente Norteadores para a Caracterização de Novos Investimentos em Infraestrutura
Quadro 44 – Critérios a serem observados para a Infraestrutura
Quadro 45 – Evolução do Orçamento Anual do IFB
Quadro 46 – Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Concepções pedagógicas do IFB.

Figura 2 – Mapa Estratégico do IFB.

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Organograma Atual

Anexo II – Resolução nº 008/2012-CS/IFB – Projeto Pedagógico Institucional

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
BASE LEGAL.....	2
METODOLOGIA UTILIZADA.....	3
RESUMO DAS ATIVIDADES – ELABORAÇÃO DO PDI.....	7
PERFIL INSTITUCIONAL	12
HISTÓRICO REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	12
HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO.....	13
CONSOLIDAÇÃO.....	15
MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	15
OBJETIVOS.....	16
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	18
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	20
PERSPECTIVAS E O MAPA ESTRATÉGICO DO IFB.....	24
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	26
INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	28
METAS.....	32
PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO (PPI).....	37
CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PPI.....	37
AS POLÍTICAS DE ENSINO DO IFB.....	37
POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	39
POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO.....	43
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	46
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	48
METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	49
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	52
FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	52
PLANEJAMENTO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS (INDICAÇÃO DE NÚMERO DE TURMAS PREVISTAS POR CURSO, NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA, LOCAIS E TURNOS DE FUNCIONAMENTO).....	54
OFERTA DE VAGAS CURSO TÉCNICO.....	54
OFERTA DE VAGAS CURSOS DE SUPERIORES.....	56
OFERTA DE CURSOS EAD.....	60
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	61
COMPONENTES CURRICULARES.....	61
ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS.....	62
DESENVOLVIMENTO HUMANO	65
CORPO DOCENTE.....	65
CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	70
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES.....	72
CORPO DISCENTE.....	75
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	78
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	78
ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL.....	78
ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO.....	80
ÓRGÃO DE APOIO A ATIVIDADE ACADÊMICA.....	82
INFRAESTRUTURA.....	83
PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 5.296, DE 2004 E DECRETO Nº 5.773, DE 2006).....	83
BIBLIOTECAS.....	89
ÁREA FÍSICA.....	110
INSTALAÇÕES.....	111
CRONOGRAMA DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	126
PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A CARACTERIZAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.....	126
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	131

<u>ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....</u>	<u>131</u>
<u>EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL DO IFB.....</u>	<u>132</u>
<u>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS).....</u>	<u>133</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>134</u>
<u>ANEXO I – ORGANOGRAMA ATUAL DO IFB.....</u>	<u>134</u>
<u>ANEXO II – RESOLUÇÃO Nº 008/2012-CS-IFB – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....</u>	<u>149</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>150</u>

APRESENTAÇÃO

Faz mais de um ano que o IFB vem discutindo o seu PDI para o período de 2014 - 2018. Neste tempo foram travados muitos debates, embates, discussões e posicionamentos contra esta ou aquela propositura. Mas finalmente o documento está pronto em sua versão final e encaminhado ao Conselho Superior. Mas afinal, o que é o PDI?

Alguns especialistas afirmam que é uma peça fundamental para o reconhecimento dos cursos superiores que uma instituição oferta. Trata-se de uma exigência do Ministério da Educação para que as escolas se organizem. Estes especialistas, em muitos casos, prestam consultoria para que as Instituições de Ensino Superior (IES) façam seu PDI. São pessoas que detêm um elevado grau de conhecimento das técnicas e das ciências do planejamento. Aqui os parâmetros legais e técnicos são base da construção de um bom PDI. Estes especialistas constroem o PDI em prazos tão pequenos quanto um mês.

Outros acreditam que o PDI é uma peça de planejamento institucional que permite aos gestores saber exatamente o que fazer, quando fazer, como fazer e também acompanhar o desenvolvimento deste planejamento. Para estas pessoas é evidente que tudo que se faz deve ser cuidadosamente planejado e monitorado. De um certo modo isto é o resumo do que todos vemos: nada deve ser feito sem um planejamento rigoroso sob pena de não lograr êxito na missão proposta.

Considerando que o PDI é um documento indispensável para o reconhecimento dos cursos superiores do IFB e que é uma peça de planejamento indispensável há uma outra vertente a ser explorada. O IFB é mais que uma IES. Aqui se oferta a formação profissional desde a sua iniciação até a pós-graduação. Logo, este plano tem que olhar para todos os segmentos. Isto é, é preciso ir para além dos aspectos técnicos e legais.

O PDI é uma oportunidade para ver, rever e construir o IFB. Todo o tempo dispendido neste debate, reforça o sentido coletivo da educação. Nada se faz pela cabeça de uma pessoa ou de grupo. O planejamento institucional conta a com a participação e todos os segmentos. Os estudantes que se envolveram na coordenação dos trabalhos o fizeram de coração e mente abertos. Os docentes e técnicos, servidores do IFB, igualmente se puseram abertos a construção desta identidade institucional. Isto é, O PDI NÃO É APENAS UM DOCUMENTO MAS A NOSSA EXPRESSÃO IDENTITÁRIA.

O Plano Nacional de Educação aponta para a participação da sociedade na gestão escolar como uma forma de reduzir a endogenia típica dos setores conservadores que defendem uma democracia fechada e uma escola para poucos. Aqui o IFB mostra sua participação na construção de uma sociedade mais justa e democrática: todos participam e tem o mesmo peso no debate.

Brasília, 30 de abril de 2014.

Wilson Conciani
Reitor

1. INTRODUÇÃO

Criado pela Lei nº 11.892, de 2008, O Instituto Federal de Brasília (IFB), é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas.

Por ser uma Instituição de Ensino Superior (IES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) deve ter um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que norteia o caminho a ser seguido pela Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos. Esse documento contempla o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção dos padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deve apresentar um quadro resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar a situação atual e futura após a vigência do PDI (MEC, 2007), para o período de cinco anos (2014-2018).

Conforme tratado no Decreto n.º 5.773, de 2006, o PDI é requisito obrigatório para o reconhecimento e avaliação dos cursos superiores da instituição. Em sua composição elementar, constitui-se da filosofia de trabalho, a declaração da missão e o perfil institucional, as orientações para as diretrizes pedagógicas, as atividades acadêmicas e a infraestrutura que desenvolve e/ou pretende desenvolver nos anos de vigência, e ainda a programação para as ofertas de cursos.

O Ministério da Educação (MEC) recomenda que a elaboração do PDI explicita como o documento foi construído e a interferência que terá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento às normas vigentes. Deve-se considerar a clareza e a objetividade do texto, a coerência, de forma a adequar os seus elementos, e a factibilidade, demonstrando a viabilidade de seu cumprimento.

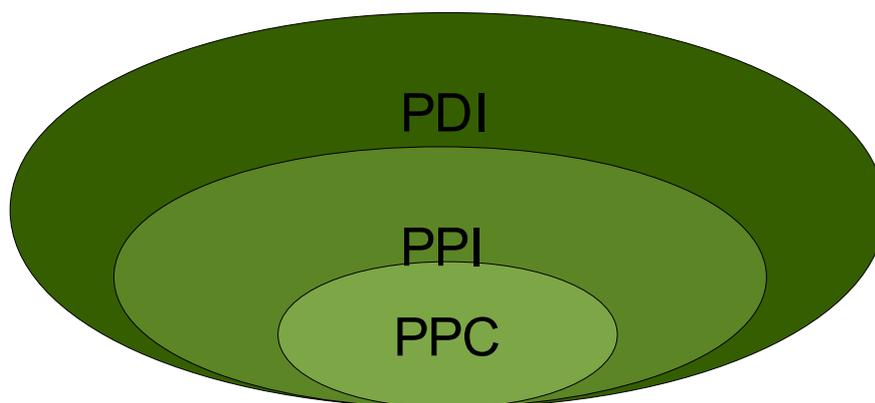
Seguindo a legislação vigente e as recomendações do MEC, o IFB considerou:

- a) A Base Legal norteadora da elaboração do PDI;

- b) Preceitos da gestão democrática e participativa;
- c) O Termo de Acordo de Metas (TAM); e
- d) Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

No âmbito educacional, o PDI agrega as principais concepções pedagógicas e filosóficas do PPI que necessariamente se vinculam ao campo conceitual, conforme apresentado no diagrama a seguir:

Figura 1 – Concepções pedagógicas do IFB.



1.1 Base Legal

Os dispositivos legais de orientação à elaboração do PDI estão vinculados ao processo regulatório dos Cursos Superiores, regidos pela seguinte legislação:

a) Lei nº 9.394, de 1996 (LDB): Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nos artigos 9º, 46 faz referência ao processo de regulação entre outros subsídios. Salienta-se que os itens de exercício da autonomia universitária constantes no art. 54, § 1º são também peças do PDI.

b) Lei nº 10.861, de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Em seu art.º 3º A, inciso I, cita o PDI como um dos instrumentos para identificar o perfil e o significado de atuação da IES.

c) Decreto nº. 5.773, de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Esse Decreto regulamenta os art. 9º e 46, da LDB, bem como a *Lei nº 10.861, de 2004*. Em seu art. 15, define os documentos necessários ao credenciamento, dentre os quais, o PDI, e no art. 16 orienta a elaboração do PDI, definindo os elementos mínimos que devem constar no documento.

d) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): O Plano sistematiza várias ações na busca de uma educação equitativa e de boa qualidade e se organiza em torno de quatro eixos: educação básica; educação superior; educação profissional e alfabetização. Em seu texto referente à Educação Profissional refere-se aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, para atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino.

e) Plano Nacional de Educação (PNE): O novo Plano Nacional de Educação (PNE) previsto para vigorar de 2011 a 2020 atualmente tramita no Congresso Nacional. Ele apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas seguidas das estratégias específicas de concretização. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do PDE. Tanto as metas quanto as estratégias contemplam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, existem estratégias específicas para educação profissional.

1.2 Metodologia utilizada

Para a construção desse PDI foi estabelecida uma estrutura organizacional constituída por uma Comissão Sistematizadora, por três Comissões Temáticas e pela Coordenação Geral de Planejamento da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CGPL/PRDI). Para nortear a metodologia foram utilizados como fundamento:

a) A **gestão democrática da educação nas instituições educativas** é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988.

Por sua vez, a LDB (Lei nº 9.394, de 1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da **educação básica**, repassou aos sistemas de ensino a definição

das normas da gestão democrática, de acordo com o inciso VIII do art. 3º. Além disso, a mesma lei explicitou dois outros princípios a serem considerados no processo de gestão democrática:

”Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Com relação à Educação Superior, a LDB prevê, em seu art. 56:

“As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

Importante ressaltar, no âmbito da gestão democrática, é que esta se configura com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica no cotidiano da instituição e, especialmente, nos momentos de tomadas de decisões. Dessa forma é imprescindível que representantes de Técnicos, Docentes e Discentes participem da elaboração do PDI, dentro do escopo de sua atuação, haja vista que esta é uma ferramenta norteadora das decisões macro de desenvolvimento institucional.

b) O Termo de Acordo de Metas: é um termo celebrado entre IFB e Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais. É um desdobramento das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.892, de 2008, que, através de metas e compromissos a serem atingidas tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022, bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

O Acordo estabelece que poderão ser propostos ajustes anuais, desde que justificados e articulados ao PDI do Instituto Federal, com vistas a repactuação a ser analisada e aprovada pela

SETEC/MEC. Nesse contexto o PDI desvincula sua característica de ser apenas parte dos procedimentos de regulação do ensino superior e torna-se parte das decisões estratégicas.

1.2.1 Papel das comissões:

A Comissão Sistematizadora, formada pelos Pró-Reitores e seus suplentes, representantes titulares e suplentes dos Diretores Gerais de *Campus*, Corpo Docente, Técnicos Administrativos e Discentes, teve as seguintes atribuições:

- Definir critérios de escolha dos membros das Comissões Temáticas;
- Articular e apoiar as atividades das Comissões Temáticas;
- Nortear a condução das atividades desencadeadas na produção do PDI;
- Sistematizar, junto com a CGPL, os resultados dos trabalhos dessas comissões e demais contribuições da comunidade acadêmica do IFB;
- Supervisionar o processo de discussão e elaboração do documento; e
- Consolidar o documento final.

As Comissões Temáticas foram constituídas por voluntários interessados em cada área específica e conduziram seus trabalhos divididas conforme os seguintes temas:

a) Comissão Temática Educação:

- Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e à Distância);
- Políticas de Atendimento aos Discentes.

b) Comissão Temática Infraestrutura:

- Infraestrutura (relatório descritivo e laboratórios);
- Biblioteca;
- Plano de promoção a acessibilidade.

c) Comissão Temática Gestão:

- Perfil institucional;

- Organização administrativa da IES;
- Corpo Docente;
- Corpo Técnico Administrativo;
- Autoavaliação Institucional;
- Aspectos financeiros e orçamentários.

O trabalho das comissões temáticas foi desenvolvido em grupo que designou um relator de atividades com as seguintes atribuições:

- Apresentar produtos à Comissão Sistematizadora, nas datas limites;
- Organizar as discussões temáticas que subsidiaram o texto do PDI;
- Sistematizar proposições da comunidade provenientes de ferramentas de comunicação virtual; e
- Discutir os temas em reuniões para as quais foram convidados toda a comunidade acadêmica.

A Coordenação Geral de Planejamento com base no Regimento Geral (Resolução CS/IFB Nº 12/12) e na Estrutura Organizacional do IFB (Resolução CS/IFB Nº 35/12) atendeu com as seguintes atribuições:

- Apoiar a sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica;
- Subsidiar as comissões temáticas nas discussões e sistematização de propostas;
- Contribuir com as comissões no levantamento de dados e informações;
- Articular com as Unidades responsáveis pelo suporte ao uso das ferramentas comunicação virtual e suporte à realização de eventos;
- Dar suporte à formatação de documentos;
- Realizar registro de documentação das atividades;
- Monitorar etapas do processo; e
- Realizar a revisão de texto.

1.3 Resumo das atividades – Elaboração do PDI

Quadro 1 – Resumo das atividades – elaboração do PDI.

Atividades	Data	Responsável	Descrição
Elaboração de proposta inicial de metodologia para elaboração do PDI	19/02/2013 a 08/03/2013	Grupo inicial – PRDI e PREN	Após levantamento de referencial teórico e pesquisa de outras experiências PRDI e PREN apresentou-se ao Colégio de Dirigentes e a Comissão Sistematizadora proposta de metodologia para elaboração do PDI.
Indicação dos Delegados para escolha dos Representantes da Comissão Sistematizadora	09/04/2013 a 29/04/2013	<i>campi</i> e Reitoria	Cada <i>Campus</i> indicou dois nomes de técnicos, dois de professores e dois de alunos para escolha das representações na Comissão Sistematizado do PDI.
Escolha de representante dos Docentes e Técnicos Administrativos	30/04/2013	Docentes e Técnicos	Entre os delegados houve a escolha dos representantes, o momento foi conduzido pelo grupo inicial de trabalho.
Escolha de representante dos discentes	30/04/2013	Discentes	Entre os delegados houve a escolha dos representantes o momento foi conduzido pelo grupo inicial de trabalho.
1ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI.	07/05/2013 14h30 as 16h30	CGPL e Comissão Sistematizadora	Reunião conduzida pela presidente da Comissão, conforme proposta da metodologia de trabalho. Principal decisão: capacitação para a comissão referente aos subsídios do PDI.
2ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI.	16/05/2013 9h30 as 16h00	CGPL e Comissão Sistematizadora	A Coordenação Geral de Planejamento do IFB e a Coordenadora Geral de Política de Qualificação conduziram a capacitação com os seguintes itens: Contexto histórico do IFs e IFB, apresentação do PDI vigente, documentos norteadores do PDI, metodologia do planejamento e um painel integrado para reflexão e compartilhar opiniões. Sugeriu a leitura dos documentos constantes em: http://www.ifb.edu.br/administrativo/pro-reitoria-de-desenvolvimento-institucional/4713
3ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	21/05/2013	CGPL e Comissão Sistematizadora	Discussão sobre o plano de trabalho da comissão sistematizadora e proposta de sensibilização nos <i>campi</i> referente ao PDI.
4ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	28/05/2013 14h30 as 16h30	CGPL e Comissão Sistematizadora	Discussão sobre o plano de trabalho das comissões temáticas e a temática das sensibilizações nos <i>campi</i> .

Sensibilização nos <i>campi</i> e Reitoria	10/06/2013 a 18/06/2013	Comissão Sistematizadora, CGPL e <i>campi</i>	A Comissão Sistematizadora visitou todos os <i>campi</i> e a Reitoria com o intuito de apresentar a proposta de trabalho para o PDI e também os conceitos norteadores para a construção do Documento.
Lançamento do PDI	20/06/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	A Comissão Sistematizadora promoveu um evento com programação cultural para o lançamento oficial das atividades relacionados à Construção do PDI. O Prof. Rogério e a Professora Juliana do <i>Campus</i> Planaltina fizeram uma apresentação musical e o estudante de Taguatinga Charles que fez uma enquete sobre o PDI, o reitor fez uma explanação geral sobre o documento e a Comissão apresentou suas concepções para condução dos trabalhos.
5ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	25/06/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	Reunião ordinária da Comissão foram tratados a metodologia, realinhamento de datas de participação da comunidade em geral.
1ª reunião das Comissões Temáticas e Comissão Sistematizadora	28/06/2013	Comissão Sistematizadora e interessados em compor as Comissões Temáticas	A Comissão Sistematizadora apresentou proposta para realização de plenárias para elaboração do PDI e convidaram os presentes a participar da elaboração de Missão, Visão e Valores no dia 05 de julho 2013.
6ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	02/07/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	Reunião para finalizar a organização do Evento do dia 05/07/2013 (Elaboração da Missão Visão e Valores).
Proposta de Missão, Visão e Valores	05/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	<p>A Comissão Sistematizadora promoveu o evento para elaboração de Missão, Visão e Valores convidou para subsidiarem a discussão: Prof. Gabriel Castelo Branco discorrendo sobre os conceitos básicos de Missão, Visão e Valores, Pró-reitor de Ensino Adílson César com uma reflexão sobre aspectos filosóficos do IFB e o Coordenador Geral de Planejamento com uma visão geral sobre o perfil institucional do IFB, posteriormente foi feita a discussão em grupos menores comum roteiro de trabalho para elaboração de Missão, Visão e Valores.</p> <p>– A proposta de missão elaborada: Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.</p> <p>– Definiu-se para continuação dos trabalhos: 12/07/2013. Pendente: Visão e Valores.</p>

Proposta de Visão	12/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	<p>A discussão foi realizada inicialmente em dois grupos que depois compartilharam o produto da discussão. Após discussão pelo coletivo chegou-se a essa proposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade. – Definiu-se para a proposta de valores: 16/07/2013.
Proposta de Valores	16/07/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB	<p>Relembrou-se as propostas de Missão e Visão já consolidada pelo grupo e o que já havia sido discutido referente à valores durante as outras reuniões. Houve a discussão mediada, sendo propostos os seguintes valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ética; – Educação como bem público e de qualidade; – Formação crítica, emancipatória e cidadã; – Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; – Respeito à diversidade e promoção da inclusão; – Inovação; – Sustentabilidade econômica e socioambiental. <p>Definiu-se recesso das atividades da Comissão Sistematizadora acompanhando o recesso escolar.</p>
7ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	13/08/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	<ul style="list-style-type: none"> - Representante da PREN explicita o projeto político pedagógico (PPI) dentro do PDI; - O pró-reitor de ensino destaca que a PREN definiu alguns eixos prioritários (exemplo: PROEJA, ensino médio integrado, avaliação da oferta, licenciatura e política de combate a evasão e outros.); - Serão formados grupos de trabalho para elaborar planos de ação para a solução das questões apontadas; - Foi solicitado o cronograma de reuniões das comissões temáticas; - Foi solicitada a criação do blog do PDI; - Maria Cristina relembra a definição da data para a plenária final que ficou pendente e Rosane propõe que a plenária seja feita junto com as comissões temáticas. - Eneida relembra a reunião em que foi decidida a visita do representante discente aos <i>campi</i> e propõe que a comissão solicite à Vilma o cronograma de visitas.
8ª Reunião da Comissão Sistematizadora de elaboração do PDI	20/08/2013	Comissão Sistematizadora e CGPL	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar os objetivos estratégicos em conjunto com as Comissões Temáticas, agendado para dia 30 de agosto, sexta-feira de 09h às 13h; - Rosane apresenta instrumentos para guiar as atividades

			<p>de escolha dos Objetivos Estratégicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rosane apresenta pressupostos e orientações referente ao orçamento do IFB; - Apresenta também proposta para o trabalho das Comissões Temáticas.
Discussões Locais	27/08/2013	Articulação Plenárias internas – CONAE e Comissão Sistematizadora	<p>Reunião de discussões de preparação para a CONAE pontos comuns às pautas internas e externas ao PDI . Devido ao tamanho e à complexidade do Documento de Referência (DR), foi centrado esforços em alguns pontos específicos que podem atender mais diretamente algumas especificidades do IFB/EPTC.</p>
Início das atividades de proposta Objetivos Estratégicos	30/08/2013	Comissão Sistematizadora e Comunidade IFB.	<ul style="list-style-type: none"> - Início das atividades para definir os objetivos propostos a Comissão Sistematizadora apresentou objetivos distribuídos em três dimensões: educação, relações institucionais e gestão. -Definiu-se que o material produzido nesse dia será, em conjunto com outros instrumentos subsídios para a definição dos objetivos estratégicos. - Também ficou acordado que a Comissão Sistematizadora acompanharia as atividades das Comissões Temáticas.
Apresentação da metodologia de análise de cenário – “Matriz SWOT” (FOFA) para componente das Comissões do PDI e comunidade.	13/09/2013	Comissão de Gestão e Comissão Sistematizadora	<p>O Coordenador da Comissão de Gestão apresentou a ferramenta para se realizar a Matriz SWOT (FOFA) e foi feito um exercício com o grupo presente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decidiu-se que seria disponibilizado um formulário (<i>Google Docs</i>) para que coleta dos aspectos internos e externos do IFB para compor a Matriz. - A Comissão de Gestão entregará à Comissão Sistematizadora com base nessas informações a lista dos “Fatores Críticos de Sucesso” para subsidiar a definição dos objetivos estratégicos..
1º Seminário de Acessibilidade Arquitetônica do IFB com período destinado as proposições para o PDI.	23/09/2013	Coordenação de Ações Inclusivas e Comissão Sistematizadora	<p>Encontro aberto a comunidade interna e externa para debater as questões de acessibilidade no IFB.</p> <p>Feito levantamento das principais situações de riscos e proposições de soluções, formalizado para a Comissão do PDI posteriormente.</p>
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora e Comissão de Gestão	24/09/2013	ComSis e Comissão de Gestão	<p>Coordenador da Comissão de Gestão apresenta os aspectos internos e externos sistematizados. Esses foram recebidos por meio de formulário eletrônico. Ao total foram aproximadamente 240 contribuições. Essas contribuições foram agrupadas entre as 4 dimensões da análise SWOT. Os presentes, após discussão determinaram os 10 principais fatores, ordenadamente, mais significativos para cada uma das</p>

			dimensões. Esse material produzido ficou sob responsabilidade da Comissão de Gestão para a análise cruzada entre as dimensões e assim apresentar os “Fatores Críticos de Sucesso” para o IFB e assim subsidiar os objetivos estratégicos para o PDI.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora e Comissão de Gestão	1º/10/2013	ComSis e Comissão de Gestão	Apresentação dos Fatores Críticos de Sucesso e definição dos Objetivos Estratégicos do IFB para os próximos 5 anos. Definiu-se que os objetivos estratégicos deveriam ser conceituados descritos e criar indicadores relacionados.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora	05/11/2013	ComSis	Início da descrição dos Indicadores.
Reunião Aberta da Comissão Sistematizadora	25/11/2013	ComSis	Apresentação resumo das atividades de cada Comissão e finalização da descrição dos Indicadores.
1ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	25/02/2014	PRDI e ComSis	Reestruturação do Cronograma de Trabalho e definição das providências para finalizar o documento.
2ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	18/03/2014	PRDI e ComSis	Revisão do Cronograma de trabalho, balanço das informações que receberem nesse período e organização da Plenária Geral.
3ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	11/04/2014	PRDI e ComSis	Conclusão da sistematização do PDI pelos membros da ComSis.
Consulta Pública da Minuta do PDI	12/04/2014 ao 22/04/2014	ComSis e Comunidade Acadêmica	
4ª Reunião da Comissão Sistematizadora de 2014	25/04/2014	PRDI e ComSis	Avaliação pelos membros da ComSis dos destaques enviado na consulta publica.
Plenária Geral	29/04/2014	ComSis e Comunidade Acadêmica	Avaliação dos destaques pela comunidade acadêmica do IFB para aceitação integral/parcial ou recusa das informações enviada via consulta pública para o PDI.
Envio ao Conselho Superior.	30/04/2014	ComSis	Envio do processo nº 23098.000760/2014-94 - PDI 2014-2018 para apreciação do CS/IFB.
Aprovação do PDI	10/06/2014	Conselho Superior	Súmula da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Superior.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Histórico Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (CEFET).

A justificativa do Estado Brasileiro para a criação do conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, ou seja, “prover os desfavorecidos da fortuna”.

Numa sucessão de mudanças, em 1941, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Liceu Industrial e, no mesmo ano, para Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passam para Escolas Industriais Federais. Em 1968 assumem a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETF). Entre 1978 e 2001 as Escolas Técnicas Federais passam individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

A partir da década de 1980, diante de um novo cenário econômico e produtivo, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta e atender as demandas da sociedade.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, de 2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências”.

Os Institutos Federais tem por finalidade e características “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Nesse contexto “a educação profissional e tecnológica

surge como processo educativo e investigativo de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (Lei nº 11.892, de 2008). Uma característica marcante deste modelo de educação é a verticalização dos itinerários formativos, tornando mais eficiente o uso da infraestrutura física e dos quadros de pessoal.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se constitui em fator do desenvolvimento socioeconômico e cultural, orientada para atuação em consonância com os arranjos produtivos sociais e culturais locais. Estes, por sua vez, se organizam em arranjos temáticos regionais (Redes de Desenvolvimento Setorizado), cujos interesses e agrupamentos de Institutos Federais proporcionam condições de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Para alcançar este desenvolvimento é fundamental a atuação em rede, tanto das ações de ensino quanto às de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

2.2 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

O histórico da implantação e desenvolvimento da Instituição remonta à criação da Escola Técnica de Brasília, que se inicia em 17 de fevereiro de 1959 através do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (Lei nº 3.552, de 1959 e Exposição de Motivos nº 95 – DOU de 19/02/59). A Escola Agrotécnica de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 53.558, de 1964, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ficou estabelecida a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio, passando a Escola Agrotécnica a denominar-se de Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília.

No ano de 1967 o Decreto nº 60.731, determinou a subordinação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e da Cultura. Com a extinção da Escola de Didática do Ensino Agrário, o colégio de aplicação voltou a ter a denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

Em 1978 o Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal (GDF) por meio do Decreto nº 82.711, de 1978, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Ministério da Educação e

Cultura. Por força do Convênio nº 1/78 – FEDF, o imóvel do Colégio Agrícola foi cedido à FEDF. Dessa forma, a partir do Decreto nº 4.506, de 1978, o Colégio foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, com a mesma denominação de Colégio Agrícola de Brasília.

Em 2007, por meio da Lei nº 11.534, de 2007, O Colégio Agrícola de Brasília passa a constituir-se em Escola Técnica Federal, uma entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação.

Integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) foi criado a partir da transformação da então Escola Técnica Federal de Brasília, pela Lei nº 11.892, de 2008. Inicialmente constituído de um *Campus* (Planaltina), atualmente conta com 10 (dez) *campi*, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão, em conformidade com as Políticas e Diretrizes do Ministério da Educação.

De acordo com o Art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, o Instituto Federal de Brasília tem por finalidades e características:

“I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.”

2.3 Consolidação

A consolidação da identidade regional do IFB demanda ganhos de qualidade na oferta de serviços educacionais e de formação profissional que são possíveis a partir dos espaços já implantados nos *campi* atuais do instituto mediante investimentos na formação docente e na discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente.

Nesse sentido, as políticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no IFB visam, portanto, alcançar a sua missão, observando a ampliação de oferta de cursos, investimentos na formação dos servidores e na estruturação dos espaços educativos.

2.4 Missão, Visão e Valores

Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Visão

Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

Valores

- Ética;
- Educação como bem público gratuito e de qualidade;
- Formação crítica, emancipatória e cidadã;
- Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração;
- Respeito à diversidade e à dignidade humana;
- Promoção da inclusão;
- Inovação;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental.

2.5 Objetivos

De forma ampla o Instituto Federal de Brasília tem definido em Lei os objetivos da Instituição, conforme a Lei n ° 11.892, de 2008, segue a descrição desses objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os

segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional¹; e

VI. ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

VII. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

VIII. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

IX. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento; e

X. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

¹ NOTA: Ao atender o dispositivo legal, o IFB atenderá também as diversas especificidades dos trabalhadores do campo e da cidade.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é o processo de construção de um plano de ação com objetivos claros e com metas a serem atingidas, que irá conduzir a organização pelo cenário identificado, gerando crescimento nas áreas relevantes ao cumprimento da missão. Para o período de 2014 a 2018 algumas importantes novidades foram incorporadas neste processo:

- Utilização da metodologia BSC (*Balanced Scorecard*)
- Construção participativa
- Definição de indicadores e metas

A metodologia BSC é um padrão mundial em planejamento estratégico e consiste em um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração do progresso rumo as metas de longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos estratégicos.

Para a definição de indicadores e metas adotou-se os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de *Balanced Scorecard* que conforme Martins e Marini (2010, apud Karplan; Norton, 2005, p. 31) “esse modelo de gestão estratégica explicita, comunica, alinha e monitora a estratégia organizacional”.

Vale destacar que o modelo BSC foi concebido inicialmente para o setor privado. No entanto, ao se caracterizar como um sistema de gestão estratégica de aplicação abrangente passou a ser adotado também pela administração pública e por entidades do terceiro setor. Uma vantagem do modelo é a flexibilidade, possibilitando adequação a diferentes contextos, conforme as necessidades e contingências específicas de cada organização. Outra vantagem relevante é o alinhamento organizacional, pois permite que as medidas de desempenho sejam equilibradas; abranjam todos os níveis da organização; e orientem os recursos (financeiros, materiais, humanos) à estratégia organizacional.

O modelo proposto é um instrumento de medição e avaliação da organização de forma completa, sendo capaz de gerar informações mais substancial, explorando as relações de causa e

efeito, as correlações entre as atividades realizadas e a missão da organização, de modo coerente à estratégia da organização.

O BSC compreende a tradução da visão e da estratégia de uma organização em um conjunto integrado de objetivos e indicadores que formam a base para um sistema de gerenciamento estratégico e de comunicação. É composto por mapa estratégico, objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas (KALLÁS; COUTINHO, 2005, p.263).

Segundo Kaplan e Norton (1997), o uso do BSC nas organizações tem levado a constatar que a metodologia pode ser utilizado para:

- Esclarecer e obter consenso em relação à estratégia;
- Comunicar a estratégia a toda à organização;
- Alinhar as metas setoriais e pessoais à estratégia;
- Associar os objetivos estratégicos com metas de longo prazo e orçamentos anuais;
- Identificar e alinhar as iniciativas estratégicas;
- Realizar revisões estratégicas periódicas e sistemáticas;
- Obter *feedback* para aprofundar o conhecimento da estratégia e aperfeiçoá-la;

As referências estratégicas do IFB (Missão, Visão e Valores) que foram construídos em um primeiro momento da elaboração do PDI (2014-2018), demonstram o interesse da Instituição em atingir sua finalidade de forma plena, chamando a atenção para algo tão crucial e importante: A missão de uma organização. Ela não se trata apenas de uma frase de efeito, destinada a ornamentar salas, num cartaz. Nesse ponto, procura-se determinar qual o negócio da organização, por que ela existe, ou ainda, em que tipos de atividades deverão concentrar-se no futuro.

3.1 Diagnóstico Estratégico

A construção dos objetivos estratégicos iniciou do Diagnóstico Institucional. Esta etapa foi necessário realizar para identificar quais fatores ambientais influenciam no desenvolvimento das atividades institucionais.

Os fatores ambientais são identificados tanto no ambiente interno como no ambiente externo. No âmbito interno, são identificadas as forças e fraquezas, enquanto no externo, as oportunidades e ameaças. As forças e fraquezas são variáveis controláveis, ou seja, a instituição possui gerência sobre elas. As oportunidades e ameaças, por sua vez, são variáveis que a instituição não pode controlar e que surgem da própria dinâmica dos fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, legais, etc. O resultado dessa análise subsidia a formulação dos objetivos estratégicos, uma vez que o conhecimento das variáveis ambientais permite aos gestores direcionar seus esforços de modo a minimizar as suas fraquezas e ameaças e maximizar as forças e oportunidades.

Para realizar o diagnóstico institucional, o IFB utilizou a ferramenta Matriz SWOT. A metodologia utilizada para realizar a análise de ambiente foi a oferecida pela ENAP aos integrantes do Grupo de Planejamento do IFB que participaram do Curso Planejamento na Administração Pública com o Método *Balanced Scorecard* (BSC), realizado em 2012. Neste curso foi fornecido o modelo de planilha utilizado para realizar a matriz SWOT que no caso teve adaptações para ser aplicado no IFB.

Assim, para subsidiar o trabalho de elaboração do diagnóstico a Comissão de Gestão do PDI realizou breve capacitação com os integrantes da Comissão Sistematizadora que repassaram a metodologia nos campi e unidades da Reitoria. Foram solicitados para todas as unidades do Instituto que encaminhassem fatores em formulário elaborado no *GoogleDocs* no prazo de cinco dias. Ao final do processo foram levantados mais de 240 fatores dentro dos quatro fatores da matriz SWOT.

Após essa etapa foi realizado o trabalho de agrupar esses 40 fatores ambientais nas 4 dimensões: 10 forças, 10 fraquezas, 10 oportunidades e 10 ameaças. Priorizados e conceituado o impacto de cada fator em relação à finalidade do IFB como alto, médio ou baixo. Posteriormente, os 40 fatores foram inseridos na planilha de matriz SWOT onde se identificou as forças que podem

capturar as oportunidades; as forças que podem minimizar as ameaças; as fraquezas que dificultam capturar as oportunidades; e as fraquezas que são acentuadas pelas ameaças. A partir do cruzamento desses quadrantes na matriz foi possível reordenar as prioridades dos quatro fatores e identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ao IFB.

3.1.1 Ambiente Interno

Forças

- Qualificação e a qualidade dos cursos ofertados
- Gestão participativa
- Qualificação profissional dos servidores (professores/TAE)
- Qualificação dos servidores
- Forma de ingresso e comprometimento com o social com a pluralidade e diversidade

Fraquezas

- Ausência de corpo técnico
- Falta qualificação docente p/ EPT
- Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão
- Ausência de Políticas de Gestão de Pessoas
- Falta de revisão da infraestrutura do *Campus* após entrega das obras.

3.1.2 Ambiente Externo

Oportunidades

- Conjuntura econômica favorável expansão do mercado de trabalho
- Expansão da rede federal e aumentos dos investimentos em educação (royalties do petróleo para a educação)
- Demanda crescente por qualificação educacional e profissionalizante
- Políticas públicas dos IFs em evidência na sociedade
- Proximidade com o MEC/SETEC e governo federal

Ameaças

- Servidores do IFB que ingressam para trabalhar numa instituição que atende um amplo espectro de público discente com diferentes necessidades educacionais
- Concorrência de outras instituições
- Insegurança nas proximidades dos *campi*: falta de iluminação externa
- Desconhecimento do mercado em relação à instituição
- Políticas salariais dos servidores não são adequadas (salários defasados dos servidores)

O próximo passo foi definir os Fatores Críticos de Sucesso (FCS), que conceituam como os pontos chaves que definem o sucesso ou o fracasso de um objetivo definido por um planejamento de determinada organização. Representam os elementos que a instituição já possui ou que precisa vir a possuir, aprimorando-se. Foram elaborados assim 16 (dezesesseis) fatores críticos de sucesso para o IFB:

- Gestão participativa
- Servidores qualificados e motivados
- Comprometimento social com pluralidade e diversidade

- Forma de ingresso de alunos
- Oferta de cursos com qualidade
- Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão
- Políticas de gestão de pessoas
- Composição do corpo técnico administrativo
- Infraestrutura adequada à necessidade da instituição (acessibilidade)
- Qualificação pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica/EJA
- Atendimento as crescentes demandas por qualificação profissional
- Segurança nas proximidades dos campi
- Fortalecimento da imagem institucional
- Melhoria na comunicação institucional
- Aprimoramento da utilização dos recursos públicos
- Parcerias com outras instituições

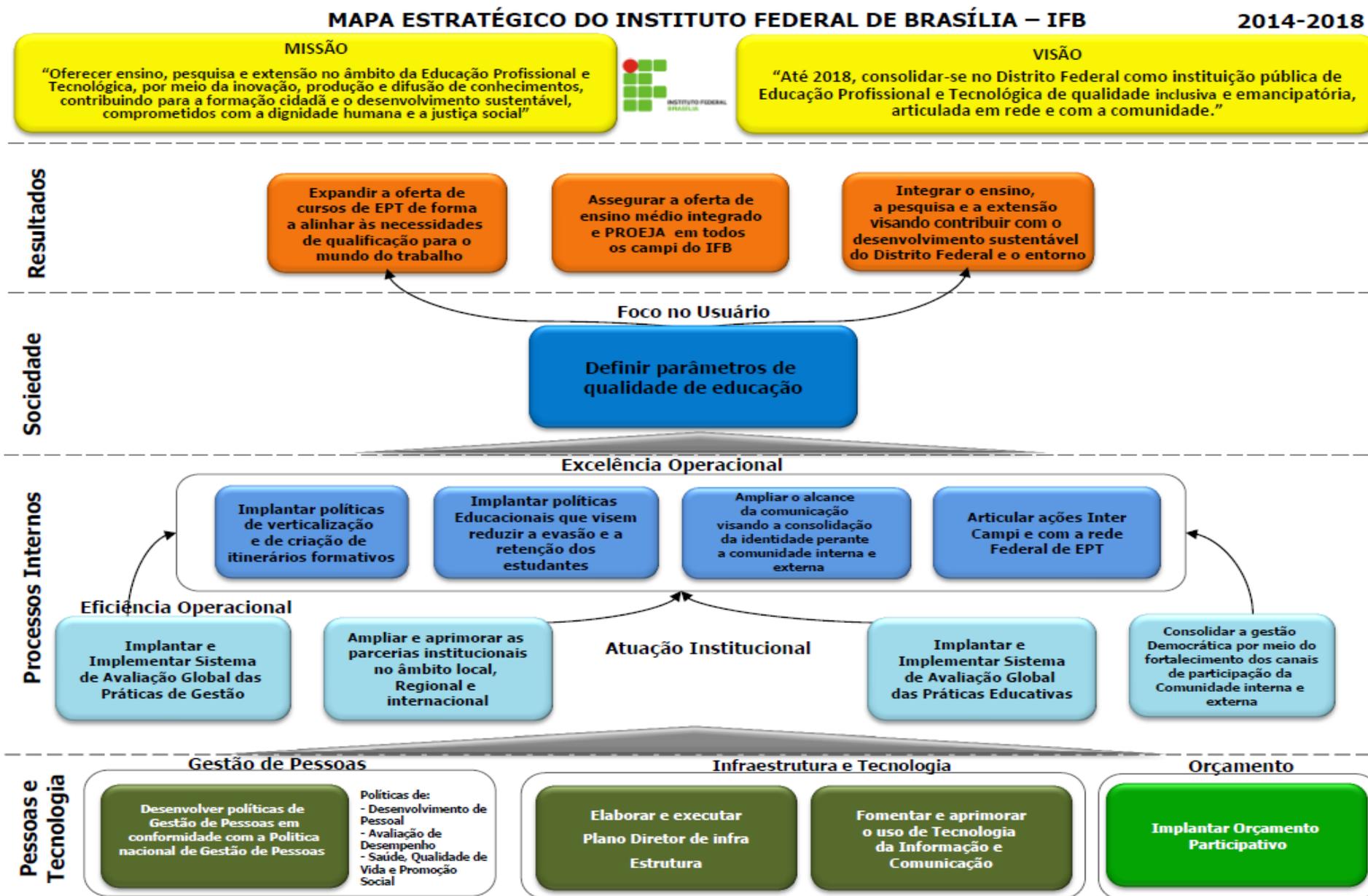
3.2 Perspectivas e o Mapa Estratégico do IFB

O Planejamento Estratégico adotou os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de *Balanced Scorecard* (BSC). A tradução da estratégia, segundo as bases originais do modelo BSC, é feita em quatro perspectivas, a saber: i) financeira/orçamentário; ii) clientes/cidadãos; iii) processos internos e iv) aprendizagem e crescimento/pessoas e infraestrutura.

A construção do Mapa Estratégico do IFB elenca as seguintes perspectivas: Pessoas e Tecnologia, agrupando nesta perspectiva (Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento); Processos Internos, os objetivos estratégicos dessa perspectiva apontam para a busca da excelência operacional; Sociedade, perspectiva que aponta para a definição de parâmetros de qualidade da educação com foco no usuário do Instituto; e Resultados, perspectiva que reúne os objetivos das atividades finalísticas do IFB.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Foram elaborados 16 (dezesseis) objetivos estratégicos para o IFB. Conforme se segue:

Figura 2 – Mapa Estratégico do IFB.



3.3 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos componentes do Mapa Estratégico do IFB, são declarações de iniciativas que serão adotadas pela Instituição para direcionar o caminho a ser seguido para o alcance da Missão e materialização da Visão estabelecidas.

Descrição dos Objetivos Estratégicos do eixo temático de Educação:

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Educação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>campi</i>	Assegurar a oferta do Ensino Médio Integrado e PROEJA em todos os <i>campi</i> do IFB. Para os primeiros cinco <i>campi</i> será de dois anos da aprovação do PDI, para os demais <i>campi</i> , a adequação será de três anos após o ato autorizativo.
Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas	Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras.
Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno	Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB – gestores, docentes, discentes, comunidade – nos processos de ensino, pesquisa e extensão.
Fortalecer Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho	Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de EPT: formação inicial e continuada; ensino médio integrado e PROEJA.
Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB	Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho.
Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes	Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais.
Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.

Descrição dos Objetivos Estratégicos do eixo temático de Relação Institucional:

Quadro 3 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Relação Institucional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Ampliar o alcance da comunicação visando à consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa	Fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade
Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional	Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes.
Articular ações <i>intercampi</i> e com a rede federal de EPT	Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas.

Descrição dos Objetivos Estratégicos do eixo temático de Gestão:

Quadro 4 – Objetivos Estratégicos do eixo temático de Gestão

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um <i>locus</i> privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais.
Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação	Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB.
Implantar Orçamento Participativo	Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais.
Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas	Realizar o desenvolvimento de pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor.
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB	Estabelecer coletivamente critérios de avaliar de desempenho tanto de servidores quanto de gestores visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento das iniciativas inovadoras.
Elaborar e executar Plano Diretor de Infraestrutura do IFB	Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB.

3.4 Indicadores Estratégicos

Os indicadores são sinalizadores do alcance de um estado desejado. Servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados. A definição de indicadores refletem o desempenho da Instituição em relação aos objetivos estratégicos, informando o “quanto” ela se encontra direcionada a sua Visão.

Indicadores do eixo temático de Educação:

Quadro 5 – Indicadores do eixo temático de Educação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>campi</i>	Nº de <i>Campus</i> ofertando PROEJA - por ano
	Nº de <i>Campus</i> ofertando Ensino Médio Integrado - por ano
Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas	Índice de participação por segmento
	Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação
Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno	Índice de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão
	Nº de seminários/ feiras/fóruns/congressos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão
	Nº de Editais conjuntos Ensino/ Pesquisa/Extensão
Fortalecer Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho	Percentual de alunos matriculados - Técnico de Nível Médio – por <i>Campus</i>
	Percentual de alunos matriculados PROEJA – por <i>Campus</i>
	Percentual de alunos matriculados Licenciatura – por <i>Campus</i>
	Nº de eventos em articulação ao mundo do trabalho
Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB	Índice de Eficácia - concluintes em função do número de vagas ofertadas por turma
	Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício
	Percentual de vagas de estágios por quantidade de alunos em condição de estagiar
	Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação
	Índice de participação da comunidade escolar na políticas educacionais do <i>Campus</i>
Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes	Percentual de Egressos trabalhando na área
	Percentual de alunos retidos
Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	Percentual de alunos evadidos
	Percentual de alunos FIC para cursos técnicos
	Percentual de alunos cursos técnicos para nível superior
Percentual de alunos nível superior para pós-graduação	

Indicadores do eixo temático de Relação Institucional:

Quadro 6 – Indicadores do eixo temático de Relação Institucional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa	Nº de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais
	Nº de eventos relacionados à Gestão Democrática
	Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior
Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional	Nº de parcerias para estágios
	Nº de parcerias internacionais
	Nº de parcerias nacionais
	Nº de parcerias regionais
Articular ações inter <i>campi</i> e com a rede federal de EPT.	Nº de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos <i>campi</i>
	Nº de Visitas para tratar do Desenvolvimento Institucional – <i>Campus/ano</i>
	Nº de eventos interinstitucionais – por ano

Indicadores do eixo temático de Gestão:

Quadro 7 - Indicadores do eixo temático de Gestão

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	Nº de Eventos externos de divulgação
	Nº de Eventos de avaliação – por <i>Campus</i>
	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual
	Nº de Conferências de avaliação do PDI
	Nº de Fórum institucional para discussão de políticas internas
Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação	Percentual de <i>Campus</i> com link de internet ativado
	Percentual de <i>Campus</i> com cabeamento estruturado implantado
	Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados
Implantar Orçamento Participativo	Índice de metas associadas ao orçamento no SGI de forma coletiva
	Nº de eventos de planejamento participativo - por ano/ <i>Campus</i>
Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas	Índice de Execução do Orçamento com Capacitação.
	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe C e D - por ano
	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe E e Docentes – por ano
	Índice de Qualificação dos servidores – no ano.
	Índice de exame periódico regularizado – por ano
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB	Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação
	Percentual de Fluxo de Processos revisados - por ano
	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual
Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura do IFB	Percentual de Plano Elaborado
	Percentual de execução do plano

3.5 Metas

Representam quantitativamente os resultados a serem alcançados pelo IFB para os próximos cinco anos de forma a alcançar os objetivos estratégicos. São níveis de desempenho necessários para a Instituição evoluir de acordo com a estratégia adotada.

A quantificação das metas, por meio de indicadores, possibilita acompanhar a eficácia da instituição a partir dos valores estabelecidos com prazos para sua execução.

Metas estabelecidas do eixo de Educação:

Quadro 8 - Metas estabelecidas do eixo de Educação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os campi	Nº de <i>Campus</i> ofertando PROEJA - por ano	<i>Campus</i>	5	6	7	8	10
	Nº de <i>Campus</i> ofertando Ensino Médio Integrado - por ano	<i>Campus</i>	5	6	7	8	10
Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas	Índice de participação por segmento	Percentual	20%	30%	40%	50%	60%
	Implantação e execução do sistema de avaliação	Sistema	30%	50%	100%	100%	100%
Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno.	Índice de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto	5%	10%	20%	30%	40%
	Nº de seminários/feiras/fóruns/congressos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Evento	2	4	6	8	10
	Nº de Editais conjuntos Ensino, Pesquisa e Extensão	Editais	1	1	2	2	3

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho	Percentual de alunos matriculados - Técnico de Nível Médio – por <i>Campus</i>	Percentual	30%	50%	50%	50%	50%
	Percentual de alunos matriculados – PROEJA – por <i>Campus</i>	Percentual	5%	10%	15%	15%	15%
	Percentual de alunos matriculados – Licenciatura – por <i>Campus</i>	Percentual	10%	15%	20%	20%	20%
	Nº de eventos em articulação ao mundo do trabalho – por <i>Campus</i>	Evento	1	2	2	2	2
Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB	Índice de Eficácia - concluinte em função do número de vagas ofertadas por turma	Percentual	60%	65%	70%	80%	90%
	Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício	Percentual	15%	18%	20%	23%	25%
	Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo exercício	Percentual	-	-	-	-	-
	Percentual de vagas de estágios por quantidade de alunos em condição de estagiar	Percentual	5%	8%	10%	13%	15%
	Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação	Percentual	25%	40%	50%	60%	75%
	Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do <i>Campus</i>	Percentual	25%	40%	50%	60%	75%
	Percentual de docentes com formação pedagógica específica para EPT	Percentual	-	25%	40%	50%	60%
	Percentual de Egressos trabalhando na área	Percentual	-	20%	30%	40%	50%
Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes	Percentual de alunos retidos	Percentual	<10%	<9%	<8%	<7%	<6%
	Percentual de alunos evadidos	Percentual	<50%	<45%	<30%	<20%	<10%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos	Percentual de alunos FIC para Técnicos	Percentual	-	5%	10%	20%	30%
	Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior	Percentual	-	5%	10%	20%	30%
	Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação	Percentual	-	2%	5%	8%	10%

Metas estabelecidas do eixo de Relação Institucional:

Quadro 9 – Metas estabelecidas do eixo de Relação Institucional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa	Nº de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais	Conselho	4	6	8	10	10
	Nº de eventos relacionados à Gestão Democrática	Evento	2	2	2	2	2
	Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Percentual	10%	10%	10%	10%	10%
Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional	Nº de parcerias para estágios	Parceria	20	40	60	80	100
	Nº de parcerias internacionais	Parceria	5	6	7	8	9
	Nº de parcerias nacionais	Parceria	14	16	18	20	22
	Nº de parcerias regionais	Parceria	5	6	7	8	9
Articular ações inter campi e com a rede federal de EPT	Nº de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos <i>campi</i>	Evento	10	10	10	10	10
	Nº de Visitas como foco em Desenvolvimento Institucional – <i>Campus/ano</i>	Evento	10	10	10	10	10
	Nº de eventos interinstitucionais – por ano	Evento	1	2	3	4	5

Metas estabelecidas do eixo de Gestão:

Quadro 10 – Metas estabelecidas do eixo de Gestão

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	Eventos externos de divulgação	Evento	2	2	2	2	2
	Eventos de avaliação institucional – por <i>Campus</i>	Evento	1	1	1	1	1
	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual	Percentual	10%	30%	50%	75%	100%
	Nº conferências de avaliação do PDI	Evento	-	-	1	-	1
	Fórum institucional para discussão de políticas internas	Evento	-	1	-	1	-
Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação	Percentual de <i>Campus</i> com link de internet ativado	Percentual	90%	100%	100%	100%	100%
	Percentual de <i>Campus</i> com cabeamento estruturado implantado	Percentual	90%	100%	100%	100%	100%
	Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados	Percentual	20%	40%	60%	80%	100%
Implantar Orçamento Participativo	Índice de metas associadas ao orçamento no SGI de forma coletiva	Percentual	20%	25%	25%	25%	25%
	Nº de eventos de planejamento participativo - por ano/ <i>Campus</i>	Evento	1	2	2	2	2
Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas	Índice de Execução do Orçamento com Capacitação	Percentual	95%	95%	95%	95%	95%
	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe C e D - por ano	Hora	45	45	45	45	45
	Nº de hora/capacitação técnico-administrativo Classe E e Docentes – por ano	Hora	60	60	60	60	60
	Índice de Qualificação dos servidores – no ano	Percentual	50%	50%	50%	50%	50%
	Índice de exame periódico regularizado – por ano	Percentual	15%	30%	60%	80%	100%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	UNIDADE	META				
			2014	2015	2016	2017	2018
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão	Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação	Percentual	30%	50%	100%	100%	100%
	Percentual de Fluxo de Processos revisados - por ano	Percentual	10%	15%	30%	50%	70%
	Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual	Percentual	10%	30,00%	50%	75%	100%
Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura	Percentual de Plano Elaborado	Percentual	20%	50%	100%	-	-
	Percentual de execução do plano	Percentual	-	-	10%	20%	40%

4. PROJETO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO (PPI)

4.1 Contextualização sobre o PPI

Como indicado no inciso II do artigo 16 do Decreto nº5.773, de 2009, um dos elementos do PDI é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), equivalente ao Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pelos estabelecimentos de ensino de forma geral (Anexo II - Resolução nº 008/2012-CS/IFB – Aprova o PPI vigente). Pode-se dizer que é o documento pelo qual a instituição estabelece suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas e gestão administrativa, bem como define a forma de relação com a sociedade e comunidade na qual está inserida, atuando como a base de todo o planejamento da escola, no curto e longo prazo. Por isso, embora seja exigido como parte integrante do PDI, o PPI pode ser entendido como um documento a parte e com vigência maior do que o próprio PDI. Da mesma forma, havendo alguma modificação no PPI, esta, automaticamente se atualiza no PDI.

O PPI deve considerar as atividades *multicampi*, que, dependendo da sua natureza, ficarão sob a responsabilidade das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, o PPI atua como a base de todo o planejamento da escola, no curto e longo prazo. Por isso, embora seja exigido como parte integrante do PDI, o PPI pode ser entendido como um documento a parte e com vigência maior do que o próprio PDI. Da mesma forma, havendo alguma modificação no PPI, esta, automaticamente se atualiza no PDI.

4.2 As políticas de ensino do IFB

A afirmação da identidade regional do IFB demanda ganhos de qualidade na oferta de serviços educacionais e de formação profissional que são possíveis a partir dos espaços já implantados nos *campi* atuais do instituto mediante investimentos na formação docente e na discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente.

Nesse sentido, as políticas para o ensino desenvolvidas no IFB visam alcançar a sua missão, observando a ampliação de oferta de cursos, investimentos na formação dos servidores e na

estruturação dos espaços educativos. Estas políticas estão definidas no seu Estatuto e Regimento Geral, no PDI e no PPI.

No ensino, é conferida liberdade aos *campi* para a elaboração das propostas de criação de cursos nos diferentes níveis e modalidades, de acordo com os eixos de orientação do *Campus*. A apreciação e deliberação sobre as propostas são de competência dos órgãos da administração superior.

Por seu caráter público, o IFB adota como princípios norteadores os dispostos na LDB, Lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 3º. Principalmente nos itens que se referem às condições necessárias ao atendimento da missão do Instituto no que diz respeito à justiça social.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII. consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL. 1996)

Esses princípios são observados e detalhados no PPI, o qual deverá ser objeto de revisão anual, por comissão instituída para este fim.

As políticas de ensino do IFB, norteadas pelos princípios acima citados, visam principalmente:

- A formação docente e dos técnicos administrativos, como ação institucionalizada;
- O combate à evasão e à retenção;
- A avaliação global das práticas educativas;
- A construção de parâmetros de qualidade na educação.

4.3 Políticas de Extensão

A defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade, são princípios que o IFB, defende como basilares de um trabalho que conjuga educação e trabalho; ciência, tecnologia e cultura; como conhecimentos essenciais para a formação de um cidadão trabalhador, capaz de ser sujeito de sua trajetória, reconhecendo suas possibilidades de produção de conhecimento a partir da escola, além da realidade onde trabalha e mora, conjugando saberes e conhecimento.

Assim é que a necessidade de manutenção desta Instituição, pelo poder público, com recursos públicos, garantindo a permanência de jovens e adultos, com qualidade, é também princípio inquestionável.

Uma instituição de educação, que tem em seu foco principal a formação de técnicos de nível médio, tecnólogos e graduados, tanto das engenharias como também das licenciaturas, não pode ser uma Instituição que se isola em si mesma no exercício de sua missão, sem perceber com clareza e determinação, a sociedade, suas demandas e necessidades; suas carências e as perspectivas de desenvolvimento da nação, o crescimento de empregos e postos de trabalho na região onde se situa e em particular em cada cidade-satélite onde terá uma Unidade.

Esta Instituição também não tem como fazer uma formação de qualidade, se desconsiderar a extensão e a pesquisa. A extensão, porque o vínculo com a sociedade e suas organizações educacionais, culturais, científicas, acadêmicas, filantrópicas, recreativas, entre outras, enseja ações dos mais variados tipos e durações; enseja parcerias; inserção de estudantes em realidades, antes

nunca experimentadas; enseja uma aproximação da Instituição com pessoas e das pessoas com a Instituição, que nos dias atuais não se concebe mais não existirem.

Sabe-se que essas não são tarefas fáceis e de baixo custo. Com essas certezas, mesmo tendo um orçamento de manutenção e investimentos que garantam à instituição trabalhar com qualidade, a velocidade com que as tecnologias avançam, nas mais variadas áreas, impõe o estabelecimento de parcerias com outras instituições, que atuem nos mais diversos âmbitos e das mais diversas áreas do conhecimento e também de todas as constituições jurídicas.

Claro está, que ao estabelecer todas essas parcerias, o Instituto não pode perder de vista os princípios arrolados nesse projeto, aqueles que são basilares para a Instituição, os seus estudantes e servidores.

Justifica essa ação, o desafio de manter a defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade e não perder de vista a necessidade de manutenção de relações com o mundo produtivo, com os trabalhadores organizados, com o mundo do trabalho, que ao final, dá efetividade à humanidade de homens e mulheres.

E num mundo globalizado, é improvável que seus estudantes, não conheçam outras realidades próximas e distantes, de mesma origem cultural ou não; que não contribuam com nações menos ricas e menos desenvolvidas que o Brasil, e que também não devam trazer dessas nações, experiências bem-sucedidas nas mais diversas áreas; bem como vislumbrar a possibilidade de relações de trabalho em outros países. Para efetivar essas possibilidades, trabalhar conjuntamente com a Assessoria Internacional do Ministério da Educação, será tarefa prioritária. Mas não menos importante, é a relação estreita que se deva ter com todos os organismos da sociedade civil organizada já mencionada, assim como com as instituições educacionais do DF.

Os princípios que norteiam a constituição dos Institutos Federais colocam em plano de relevância a pesquisa e a extensão. Por meio da extensão, o Instituto poderá proceder a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no mesmo. Ao estabelecer uma relação dialógica com o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a Extensão promove a troca de saberes com a comunidade.

A extensão é compreendida como o espaço de articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva, o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica.

Entendida como prática acadêmica que interliga o IFB nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, a extensão consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e estudantes constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em outros momentos a extensão intensifica sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

- Dimensões da extensão

- Projetos Tecnológicos: atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento com parceiros que tenham uma interface de aplicação;
- Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo (incubadoras, empresas júnior, etc.);
- Eventos: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna;
- Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodológicas transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e de

pessoas com necessidades específicas, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

- Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação);
 - Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular;
 - Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas, com atenção especial para a formação de um público conhecedor de sua cultura e valores e a difusão e fortalecimento do conhecimento de padrões internacionais de música, arte, teatro e cinema;
 - Visitas Técnicas e Gerenciais: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho;
 - Empreendedorismo: compreende o apoio a formação empreendedora;
 - Acompanhamento de egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
 - Relações Internacionais: tem por finalidade intercâmbios e cooperações internacionais, visando uma melhor articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Diretrizes da extensão

As atividades de Extensão no IFB têm como diretrizes:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade do Distrito Federal, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e revitalização da pesquisa e do ensino;

- Buscar interação sistematizada do IFB com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacione o conhecimento acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões e articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão.

4.4 Políticas de Pesquisa e Inovação

A Pesquisa e a Inovação no IFB são desenvolvidas por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e suas coordenações com apoio da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), do Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos (CGPIBP) e do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e Conselho Editorial (Consed).

A política de pesquisa e a inovação no IFB visa à formação científica e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. São incentivadas ações para a produção de conhecimento, produção tecnológica e empreendedorismo cujas soluções atendam a demanda de problemas locais e regionais de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e entorno.

Ações relativas à pesquisa e inovação já institucionalizadas são:

- Semana de Produção Científica do IFB: evento anual que reúne todos os pesquisadores para apresentar os resultados de suas pesquisas (envolve docentes, discentes e técnicos);
- Catálogo dos Grupos de Pesquisa: periodicidade anual dos grupos de pesquisa certificados pelo IFB e tem como objetivo apresentar para a comunidade externa as especialidades atendidas pelo IFB;

- Revista técnico científica – Revista Eixo com classificação no Qualis/CAPES (B5-Engenharias 1, B5-Arte e Música, B4-Letras e Linguística e C-Educação), com periodicidade semestral para divulgar artigos técnico-científicos em várias áreas do conhecimento. Os artigos são submetidos tanto pela comunidade interna quanto externa. A revista é disponibilizada para consulta *on line* gratuita.

- Fábrica de Ideias – evento anual para que os pesquisadores e estudantes apresentem ideias inovadoras para solucionar determinado problema. Nesse evento, convidamos avaliadores externos vinculados ao mundo do trabalho para que o julgamento das ideias seja mais adequado à realidade.

As atividades de pesquisa têm, igualmente, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, devendo ser desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações em Pesquisa e Inovação também se caracterizam por meio do estímulo à Inovação Tecnológica e à disseminação da cultura e procedimentos próprios relacionada à Propriedade Intelectual, tendo em vista a natureza de Instituição Científica e Tecnológica (ICT) do IFB. Nesse sentido e em atendimento ao que dispõe a Lei nº 10.973, de 2004, encontra-se em fase de estruturação no IFB o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instância assessora vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) criada pela Resolução nº 09/2012, que visa fortalecer as ações das Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação (PRPI) e Extensão (PREX) no que se refere ao relacionamento do IFB com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações para promover, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País. Desta forma, para o alcance dos objetivos relacionados à Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, o IFB engendra esforços para a dotação técnica de recursos materiais e pessoal qualificado para a operacionalização de seu NIT.

As ações da Pesquisa e Inovação no IFB têm como objetivos:

- integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos;

- aportar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação, por meio de editais;
- criar e regulamentar programas institucionais de pesquisa e inovação no IFB;
- estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvido por pesquisadores e estudantes do IFB;
- promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB.

As ações voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB são:

- Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB (PIBIC E PIBITI);
- Programa de apoio para consolidação dos grupos de pesquisa do IFB (PRÓ-GRUPOS);
- Programa de concessão de bolsa para pesquisadores com alta produção científica (Silvo Crestana);
- Programa de apoio à inovação no IFB (PRÓ-INOVA);
- Programa Ciência sem Fronteiras;
- Programa Institucional de fomento à Difusão Científica e Tecnológica (PRODIF).

Outros programas serão discutidos a fim de atender as crescentes demandas internas e externas a fim de que a missão institucional possa ser cumprida em sua plenitude. Com relação a comunicação das ações de pesquisa e inovação ocorre por meio do site institucional no qual são divulgadas as seguintes informações:

- Equipe;
- Livros lançados pelo IFB para download gratuito;
- Monitoramento de editais externos para fomento;
- Editais abertos, em andamento e finalizados;
- Listagem dos grupos de pesquisa;
- Listagem dos projetos de pesquisa;
- Resoluções e portarias;
- Revista Eixo para download.

No caso da comunicação interna das ações de pesquisa acrescenta-se a intranet, o e-mail institucional, reuniões com comissões específicas e visita aos *campi*.

A política de Pesquisa e Inovação do IFB tem como horizonte, ao longo do quinquênio 2014-2018, alcançar os seguintes resultados:

- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB;
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 2008);
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do DF, entorno e região em articulação com outras Instituições Científicas e Tecnológicas;
- Contribuir para que os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas na instituição sejam convertidas em benefícios sociais e econômicos;

4.5 Políticas de Educação a Distância

A educação a distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Art. 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005).

Além do Decreto referido, O IFB deve fundamentar sua política de EaD nos termos das Resoluções CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009; CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010 e CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010; com amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), da Lei nº 11.273, de 2006, e do Decreto nº 6.301, de 2007.

Visão Estratégica

Tornar o IFB referência em EaD por apresentar práticas inovadoras, metodologias diferenciadas e resultados impactantes.

- Objetivo Estratégico

Avançar a metodologia didático-pedagógica para além da linha que diferencia educação presencial de educação a distância, fazendo com que os alunos aprendam a aprender de maneira significativa.

- Horizontes de Expectativas

- Firmar a cultura da EaD no IFB;
- Ampliar os limites da oferta dos cursos em EaD;
- Estimular a formação continuada e a capacitação em serviço;
- Articular a EaD com o sistema presencial e vice-versa, por meio de material de uso comum;
- Transformar os polos em ambiente multiuso de aprendizagem para apoio presencial e a distância, adequando os recursos humanos, materiais e tecnológicos;
- Incorporar práticas inovadoras nos processos de ensino, estimulando a criatividade;
- Produzir material didático para apoio ao processo ensino-aprendizagem, disponibilizando esses conteúdos em plataformas e dispositivos móveis;
- Estabelecer parcerias com a SETEC para fortalecimento e ampliação da EaD em nível nacional.

5. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em cumprimento a Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o processo de Avaliação Institucional do IFB é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de cada curso.

A CPA tem por finalidade conduzir a Avaliação Institucional, sendo composta por representantes do corpo docente, do corpo técnico-administrativo, do corpo discente e por representantes da sociedade civil organizada.

Primando pela realização de um processo participativo, democrático e com ênfase na avaliação dos processos de gestão administrativa e pedagógica, tendo em vista o processo de autoconhecimento da instituição, destacando seus pontos fortes e detectando suas dificuldades e problemas, oportunizando a tomada de decisão, a autoavaliação do IFB conta com a participação dos técnicos, docentes e discentes dos cursos de graduação mantidos pela Instituição.

Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, as tendências, os riscos e as oportunidades para a Instituição e para o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda. O resultado da avaliação no IFB balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

Ressalta-se que os princípios que regem esse processo de avaliação estão em consonância com os valores do IFB, a saber: educação como bem público e de qualidade; formação crítica; gestão democrática e participativa; respeito à diversidade; inovação, empreendedorismo e cooperativismo; desenvolvimento sustentável; otimização dos recursos públicos e comprometimento com o IFB.

As diretrizes para implantação da Autoavaliação Institucional do IFB visam o alcance dos seguintes objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no IFB;

- b) Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- c) Planejar e redirecionar as ações do IFB a partir da avaliação institucional;
- d) Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- e) Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autônoma;
- f) Consolidar o compromisso social da Instituição;
- g) Manter bancos de dados da instituição, abrangendo informações relativas à avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- h) Utilização das tecnologias e recursos institucionais para o desenvolvimento das atividades.

5.1 Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

O projeto de avaliação interna do IFB considera as dimensões da Lei Federal n.º 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

I – a missão e o PDI;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

5.1.1 Composição da CPA

Quadro 11 – Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA (GESTÃO 2013-2015)

Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA (GESTÃO 2013-2015)

Membros	Segmento
*Anderson Allan Almeida Galvão – Titular 1	Técnicos Administrativos
Fissil Cier Yusuki - Titular 2	Técnicos Administrativos
Camila de Oliveira Cândido - Suplente 1	Técnicos Administrativos
Raquel de Sousa Barbosa e Silva - Suplente 2	Técnicos Administrativos
Simone Braz Ferreira Gontijo - Titular 1	Docentes
José Oliver Faustino Barreira - Titular 2	Docentes
Yanni Pereira de Araújo Rodrigues - Titular 1	Discentes
Nóslen Salem Rosa de Sousa - Titular 2	Discentes
Gean Amorim Fortes Carvalho - Suplente 1	Discentes
Lúcio Renan Vieira - Suplente 2	Discentes
Luzimar Pereira da Silva - Titular 1	Sociedade Civil Organizada

Cláudio Malinski - Titular 2
Iraci Vieira Santos Silvano - Suplente 1
Kayla Alves Goulart Suplente 2
* Presidente da comissão.

Sociedade Civil Organizada
Sociedade Civil Organizada
Sociedade Civil Organizada

5.1.2 Metodologia

As ações desenvolvidas pela CPA para a realização da autoavaliação institucional, em conformidade compreendem:

- a) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- b) levantamento da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico administrativos do IFB;
- c) elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IFB;
- d) elaboração do relatório final;
- e) divulgação e discussão dos resultados alcançados.

5.1.3 Instrumentos Externos

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei n.º 10.861, de 2004. Tais mecanismos compreendem:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior – AVALIES/SINAES, de responsabilidade do INEP e realizado quando do processo de credenciamento da instituição como IES;
- b) Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG, de responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, conforme o Art. 5º da Lei n.º 10.861, de 2004;
- d) Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFB;
- e) Cadastro Nacional de Docentes;
- f) Censo da Educação Superior;

- g) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- h) Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

5.1.4 Instrumentos Internos

O Processo de autoavaliação partiu da revisão dos instrumentos (questionários) elaborados pela gestão da CPA 2010/2012. A reelaboração teve como referência os cinco eixos (que englobam as dez dimensões do SINAES) presentes no documento Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e reconhecimento institucional e transformação de organização acadêmica (presencial).

Para divulgação do processo de autoavaliação, a CPA realiza visitas aos *campi*, apresenta a proposta e sensibiliza quanto à importância da participação nesse processo. O questionário de avaliação institucional é aplicado de forma eletrônica.

5.2 Formas de participação da Comunidade Acadêmica

A avaliação deve preferencialmente ocorrer em horário que viabilize a maior participação possível de membros da comunidade acadêmica.

5.3 Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os resultados do processo dão subsídio a definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir, assim como, às ações internas e reformulação do planejamento estratégico institucional. O conhecimento, gerado pelo processo de autoavaliação tem uma finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique os acertos e as ineficiências, as vantagens, as potencialidades e as dificuldades envolvidas no processo e que suscitam uma reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. Também servem de base para revisão do planejamento dos projetos pedagógicos dos cursos. O conhecimento das estratégias adequadas norteia as decisões no sentido de disseminá-las. As formas de ação que não apresentam resultados satisfatórios são modificadas, buscando-se alternativas para introdução de novos caminhos. Uma vez que o trabalho tem como objetivo apontar os pontos fortes e fracos da Instituição, permitindo alterações favoráveis, os resultados obtidos são analisados pelos diretores, coordenadores, professores e, especialmente, pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

6. PLANEJAMENTO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS (INDICAÇÃO DE NÚMERO DE TURMAS PREVISTAS POR CURSO, NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA, LOCAIS E TURNOS DE FUNCIONAMENTO)

O planejamento de oferta de cursos e vagas, a fim de atender aos objetivos da Lei nº 11.892, de 2008, organizar-se-ão obedecendo a LDB, as DCNs, as normas do CNE, assim como as normas internas do IFB.

6.1 Oferta de Vagas curso Técnico

Os campi deverão equilibrar a oferta de vagas nos turnos noturno/matutino e vespertino.

Cursos Vigentes – Por Campus

Quadro 12 – Cursos Vigentes – Por Campus

Campus	Eixo Tecnológico	Modalidade	Cursos Vigentes	Vagas Ofertadas por Turma	Turma(s) por ano	Turno
Brasília	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Subsequente	Eventos	40	2	Matutino e Noturno
	Informação e Comunicação		Informática	30	2	Matutino
	Gestão e Negócios		Serviços Públicos	40	4	Vespertino e Noturno
Gama	Recursos Naturais	Subsequente	Agronegócio	40	2	Matutino
	Gestão e Negócios		Cooperativismo	40	2	Matutino
	Gestão e Negócios		Logística	40	2	Noturno
	Controle e Processos Industriais		Química	40	2	Noturno
Planaltina	Recursos Naturais	Subsequente	Agropecuária	40	4	Matutino e Vespertino
		Integrado	Agropecuária	40	3	Matutino
Riacho Fundo	Gestão	Subsequente	Transações Imobiliárias	40	3	Matutino e Noturno
	Hospitalidade e Lazer		Cozinha	18	4	Matutino e Noturno
Samambaia	Ambiente, Saúde e Segurança	Subsequente	Controle Ambiental	35	2	Matutino
	Infraestrutura		Edificações	30	2	Matutino
	Produção Industrial		Móveis	40	1	Noturno
São Sebastião	Desenvolvimento Educacional e Social	Subsequente	Secretaria Escolar	40	2	Noturno
	Gestão e Negócios		Secretariado Escolar	40	2	Noturno
Taguatinga	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Eletromecânica	32	2	Matutino e Vespertino
	Comunicação e Informação		Manutenção e Suporte em Informática	40	2	Vespertino
	Controle e Processos Industriais		Vestuário	32	2	Matutino e Vespertino
Taguatinga Centro	Gestão e Negócios	Subsequente	Comércio	40	2	Noturno

Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por *Campus*.

Quadro 13 – Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por *Campus*.

Campus	Eixo Tecnológico	Modalidade	Cursos Previstos	Turmo (matutino, vespertino e noturno)	Vagas Ofertadas por Turma	Turma(s) por ano	Ano previsto
Brasília*	Turismo, Hospitalidade e Lazer	PROEJA	Evento	Matutino e Vespertino	40	1	2015
	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Subsequente	Meios de Hospedagem	Matutino e Vespertino	40	2	2015
	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Integrado	Evento	Matutino e Vespertino	40	1	2015
	Produção Cultural e Design		Dança	Matutino e Vespertino	30	1	2015
	Informação e Comunicação		Informática	Matutino e Vespertino	40	1	2015
Ceilândia	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Eletrônica	Matutino e Vespertino	30	2	2016
	Ambiente, Saúde e Segurança		Manutenção de Equipamentos Biomédicos	Matutino e Vespertino	30	2	2016
	Controle e Processos Industriais	Integrado	Eletrônica	Matutino e Vespertino	30	2	2017
	Desenvolvimento Educacional e Social	PROEJA	Gestão Social e Comunitária	Matutino e Noturno	30	2	2017
Estrutural	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Manutenção Automotiva	Noturno	40	1	2015
		PROEJA	Manutenção Automotiva	Noturno	40	1	2016
		Integrado	Manutenção Automotiva	Matutino e Vespertino	40	1	2017
Gama	Produção Alimentícia	Integrado	Alimentos	Diurno	40	1	2014
	Gestão e Negócios	PROEJA	Administração	Noturno	40	1	2014
Planaltina	Produção Alimentícia	Regime de Alternância	Agroindústria	Matutino, Vespertino e Noturno em alternância	30	2	2014
Riacho Fundo	Hospitalidade e Lazer	Integrado	a definir	Matutino e Vespertino	40	2	2016
	Hospitalidade e Lazer	PROEJA	a definir	Noturno	30	1	2016
	Hospitalidade e Lazer	Subsequente	Panificação	Vespertino	18	2	2014
Samambaia	Ambiente, Saúde e Segurança	Integrado	Controle Ambiental	Matutino e Vespertino	40	1	2015
	Infraestrutura	PROEJA	Edificações	Noturno	40	1	2014
São Sebastião	Gestão e Negócios	Integrado	Secretariado/Administração	Matutino e Vespertino, ou Diurno/Integral	35	1	2015
	Ambiente e Saúde	PROEJA	Imagem Pessoal	Matutino	40	1	2015
Taguatinga	Produção Cultural e Design	PROEJA	Artesanato	Noturno	36	2	2014
	Comunicação e Informação	Subsequente	Refrigeração e Climatização	Diurno ou Noturno	32	2	2016
	Informação e Comunicação		Rede de Computadores	Diurno	40	2	2018
	Controle e Processos Industriais	Integrado	Eletromecânica	Diurno	32	1	2015
Taguatinga Centro**	Gestão e Negócios	PROEJA	Comércio	Vespertino	40	1	2018

* Durante a vigência do novo PDI, 2014-2018, o *Campus* Brasília poderá realizar consultas públicas para novos cursos técnicos, nos eixos existentes, como Técnico em Áudio e Vídeo.

** Oferta do Curso está condicionada a infraestrutura adequada do *Campus*.

6.2 Oferta de Vagas cursos de Superiores

6.2.1 Oferta de cursos de graduação

Os cursos de graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as DCNs estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 2008 o IFB oferta Cursos Superiores de Tecnologia; Cursos de Licenciatura e Cursos de Bacharelado.

Para o PDI 2014-2018, o IFB planeja ofertar vagas para os Cursos de Graduação, conforme dispostos nos quadros 14 e 15.

6.2.2 Oferta de cursos de pós-graduação

No IFB, a oferta de cursos de pós-graduação é realizada com apoio da Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação (PRPI), por meio da Coordenação de Pós-graduação, que tem como uma de suas atribuições acompanhar o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

6.2.2.1 Especialização

A criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFB é regulamentada pela Resolução CS-IFB/012-2013 que aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Brasília.

Almeja-se ampliar os cursos de especialização de forma a propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

6.2.2.2 Mestrado e Doutorado

A criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* no IFB seguirão as normas e diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para o PDI 2014-2018, almeja-se ofertar novos cursos de mestrado, preferencialmente o mestrado profissional, de forma a propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

Cursos Vigentes – Por Campus

Quadro 14 – Cursos Vigentes – Por Campus

Campus	Modalidade	Cursos Vigentes	Vagas Ofertadas por Turma	Turma(s) por ano	Turno
Brasília	Licenciatura	Dança	30	2	Matutino e Vespertino
	Superior Tecnológico	Gestão Pública	40	2	Noturno
Gama	Licenciatura	Química	40	1	Matutino
Planaltina	Superior Tecnológico	Agroecologia	40	2	Matutino e Vespertino
	Licenciatura	Biologia	40	2	Vespertino e Noturno
São Sebastião	Licenciatura	Letras Português	40	1	Vespertino
Taguatinga Centro	Licenciatura	Letras Espanhol	40	1	Matutino
	Especialização	Gestão Pública	40	1	Vespertino

Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por Campus

Quadro 15 – Cursos Previstos (2014 a 2018) – Por Campus

Campus	Modalidade	Cursos Previstos	Vagas Ofertadas por Turma	Turma(s) por ano	Turno	Ano previsto
Brasília	Superior Tecnológico	Eventos	40	2	Noturno	2016
		Redes de Computadores	30	2	Noturno	2014
	Especialização	Dança	30	1	Noturno	2015
		Eventos	40	1	Noturno	2015
		Gestão Pública	45	1	Matutino, Vespertino, Noturno	2014
		Redes/Sistemas para Web	30	1	Noturno	2015
	Mestrado Profissional	Gestão Pública	20	1	Matutino, Vespertino, Noturno	2016
Ceilândia	Licenciatura	Educação Profissional e Tecnológica	40	1	Matutino	2017
	Superior Tecnológico	Sistemas Biomédicos	30	1	Matutino, Vespertino, Noturno	2018
Estrutural	Licenciatura	Matemática	40	1	Noturno	2015
Gama	Superior Tecnológico	Logística	40	1	Matutino	2015
	Bacharelado	Engenharia de Alimentos	40	1	Matutino	2018
	Mestrado Profissional	Agroquímica	10	1	Matutino	2017
Riacho Fundo	Licenciatura	Letras – Língua Inglesa	40	2	Vespertino	2014
Samambaia	Licenciatura	Programa Especial de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional	30	1	Vespertino	2014
	Superior Tecnológico	Design de Produto com ênfase em móveis	40	1	Noturno	2015
		Saneamento	40	1	Matutino	2017
	Mestrado Profissional	Construções Sustentáveis	40	1	Matutino	2016
São Sebastião	Superior Tecnológico	Secretariado Executivo	40	1	Matutino	2016
Taguatinga	Licenciatura	ABI - Licenciatura de Informática	30	1	Diurno	2014
		Física	40	1	Diurno	2015
		Matemática	20	1	Diurno	2018
	Bacharelado	ABI - Ciência da Computação	30	1	Diurno	2014
		Física	20	1	Diurno	2018
	Superior Tecnológico	Automação Industrial	32	1	Diurno	2015
		Design de Moda	32	1	Noturno	2015
	Especialização	Tecnologia Assistiva	20	1	Diurno ou Noturno	2016
		Matemática para séries iniciais do Ensino Fundamental	20	1	Diurno ou Noturno	2018
		Matemática para séries finais do Ensino Fundamental	20	1	Diurno ou Noturno	2018
Mestrado	Tecnologia e Inovação	20	1	Diurno ou Noturno	2018	
Taguatinga Centro	Superior Tecnológico	Processos Gerenciais	40	1	Noturno	2015

6.3 Oferta de Cursos EaD

A oferta atual de cursos a distância é realizada através de dois programas: a) PROFUNCIÓNÁRIO: voltado à qualificação de servidores da secretaria de educação do Distrito Federal, e; b) REDE e-TEC: São cursos técnicos subsequentes ofertados ao público em geral. Há propostas de produção de cursos a distância totalmente elaborados por *campi* específicos.

Quadro 16 – Oferta de Cursos EaD

Curso	Habilitação (Nível)	Modalidade	Abrangência geográfica (nacional ou local)	Polos de apoio presencial
Alimentação Escolar	Técnico	EaD	Local (DF)	Taguatinga Centro
Infraestrutura Escolar	Técnico	EaD	Local (DF)	Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Taguatinga e Taguatinga Centro
Multimeios Didáticos	Técnico	EaD	Local (DF)	Brasília e Taguatinga Centro
Secretaria Escolar	Técnico	EaD	Local (DF)	Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga Centro
Administração	Técnico	EaD	Local (DF)	Gama, Itapoã, Planaltina, Recanto das Emas e Riacho Fundo
Logística	Técnico	EaD	Local (DF)	Gama, Itapoã, Planaltina, Recanto das Emas e Riacho Fundo
Meio Ambiente	Técnico	EaD	Local (DF)	Gama, Itapoã, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia e Recanto das Emas
Segurança do Trabalho	Técnico	EaD	Local (DF)	Gama, Itapoã, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia e São Sebastião
Serviços Públicos	Técnico	EaD	Local (DF)	Gama, Itapoã, Planaltina e Recanto das Emas

7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

7.1 Componentes Curriculares

7.1.1 Seleção de conteúdos

Os conteúdos dos diversos cursos e áreas de formação do Instituto Federal de Brasília serão selecionados com base nas competências a serem consolidadas em cada área profissional.

De acordo com as DCNs para a Educação Profissional, entende-se por competência profissional a capacidade de articular e mobilizar valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática de trabalho, transcendendo a mera ação motora.

7.1.2 Princípios metodológicos

Os programas de educação profissional do IFB, com currículos dirigidos para competências caracterizam-se por um conjunto significativo de projetos propostos aos participantes e que desencadeiam ações resolutivas de pesquisa. Nesta perspectiva o currículo não é fim, mas coloca-se a serviço do desenvolvimento de competências.

Em consonância com as DCNs para Educação Profissional de Nível Técnico, os currículos do IFB, desenhados na perspectiva da construção de competências, serão constituídos essencialmente de um eixo de projetos, problemas e desafios significativos do contexto produtivo da área, envolvendo situações simuladas ou, quando possível, reais. Neste sentido serão disponibilizados ambientes e recursos adequados e atualizados para o desenvolvimento de projetos típicos da área profissional alvo do programa de formação.

7.1.3 Processo de Avaliação

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo professores e alunos, bem como as práticas globais do processo educativo, sendo parte integrante do processo.

O IFB oferecerá adaptações aos seus instrumentos avaliativos e o apoio necessário aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas previamente solicitado, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica.

7.2 Atividades Práticas e Estágios

O estágio como procedimento didático-pedagógico e ato educativo supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho é essencialmente uma atividade curricular de competência da Instituição de Ensino, em parceria com a empresa concedente, e que deve integrar a proposta pedagógica da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos e com a legislação vigente.

O estágio visa à preparação para o trabalho produtivo proporcionando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 1 de 21 de janeiro de 2004, podem haver estágios em cursos de qualificação profissional (FICs) cuja carga horária mínima seja de 150 horas. O estágio deverá estar previsto no Plano de Curso, com a estipulação de carga horária mínima e consonância com o correspondente perfil profissional de conclusão definido como identidade própria.

Segundo a Lei nº 11.788, de 2008, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

- Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

- Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O estágio das Licenciaturas terá 400 horas de atividades obrigatórias e os cursos técnicos de nível médio que optarem por incluir o estágio em sua matriz curricular deverão prever, no mínimo, 160 horas de estágio.

As atividades de monitoria, iniciação científica e extensão poderão ter a carga horária aproveitada como estágio obrigatório. O IFB deverá estimular estágios que conjuguem iniciação científica e inovação, possibilitando que os educandos contribuam para resolver problemas de uma empresa ou de uma comunidade através da inovação.

O IFB poderá, no caso do estágio obrigatório, possibilitar que o aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado, em parte, das atividades de estágio.

O estágio supervisionado é a prática profissional desenvolvida em situação real de trabalho, devendo ter sua carga horária acrescida ao mínimo de horas estabelecidas para o curso pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Já a prática profissional simulada, desenvolvida em laboratórios ou salas ambientes do próprio IFB, com amparo de diferentes recursos tecnológicos, compõe o mínimo de horas estabelecidas para o curso pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Através do planejamento, estágio e prática profissional simulada deverão ter caráter complementar e integrativo, nunca devendo um substituir o outro. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos incorporações e avanços tecnológicos

Considerando que o Decreto nº 5773/, de 2006, Art. 16, inciso IV, estabelece que o do PDI deverá conter “**eventuais inovações consideradas significativas**, especialmente quanto [...] desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos”. Esta Pró-

Reitoria considera que o termo “eventuais” não nos obriga a explicitar tais informações no PDI. Contudo, consideramos relevante a discussão que será feita durante a revisão do PPI.

8. DESENVOLVIMENTO HUMANO

8.1 Corpo Docente

O quadro efetivo de docentes no IFB apresenta o quantitativo de 414 servidores ingressados mediante concurso público. Esse dado reflete a sistematização da oferta e do investimento na educação profissional e tecnológica pública.

Quadro 17 – Evolução do corpo docente no IFB por titulação entre 2009 e 2013.

Titulação	2009	2010	2011	2012	2013
Doutor	0	38	46	52	58
Mestre	1	86	117	155	171
Especialista	0	24	35	43	59
Graduado	1	21	35	75	97
Total	2	169	233	325	385

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

Quadro 18 – Percentual do corpo docente por titulação.

Nível de Classificação	Quantidade	%
Doutor	62	14,97%
Mestre	178	42,99%
Especialista	64	15,45%
Graduado	110	26,57%
Total	414	100%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

8.1.1 Requisitos de Titulação e Experiências no Magistério Superior e Experiência Profissional não acadêmica

A titulação mínima exigida para atuação no IFB é de curso superior de graduação. A titulação acima da graduação é passível de pontuação nos editais de concurso público para contratação de professores efetivos. No entanto, professores de cursos de graduação devem ter no mínimo uma especialização. Durante sua carreira profissional o docente faz jus a percentuais distintos para titulação adquirida em nível de especialização, mestrado ou doutorado. A carreira de docente é regida pela Lei nº 11.784, de 2008, Lei nº 12.772, de 2012, Lei nº 8.112, de 1990 e pela

Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 1996.

A experiência no magistério e em atividades profissionais não acadêmicas é passível de pontuação nos editais de concurso público para contratação de professores efetivos, conforme prevê a Lei nº 8.112, de 1990 e demais legislações vigentes.

8.1.2 Critérios de Seleção, Contratação e procedimentos para substituição eventual de professores do quadro

Para atender à necessidade temporária em caráter excepcional, o IFB se apoia na legislação vigente - Lei nº. 8.745, de 1993 -, e alterações que estabelece as regras para contratação de pessoal por tempo determinado.

8.1.3 Regime de Trabalho

Quanto ao Regime de Trabalho, o Art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012 estabelece dois tipos, a saber:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFB poderá, mediante aprovação do Conselho Superior, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

Quadro 19 – Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho:

Regime de Trabalho	Quantidade	%
20h/semanais	22	5,31%
40h/semanais	80	19,32%
Dedicação Exclusiva	312	75,36%
Total	414	100%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

8.1.4 Plano de Carreira

Os 414 servidores ocupantes do cargo de Professor deste Instituto estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base na Lei 11.784 de 2008, e suas alterações: Lei nº 12.772, de 2012 e Lei nº 12.863, de 2013.

O desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores docentes que integram os Quadros de Pessoal do IFB ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma do disposto no Art. 14 da Lei nº 12.772, de 2012:

“Art. 14. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho individual.

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

IV - para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção na Carreira de Professor de EBTT seguirá as Diretrizes Gerais estabelecidas pela Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, do Ministério da Educação.

O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado em conformidade com as Diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 982, de 3 de outubro de 2013.

A estrutura remuneratória dos servidores docentes, de acordo com o art. 16 da Lei nº 12.772, de 2012 possui a seguinte composição:

I - Vencimento Básico, conforme valores e vigências estabelecidos no Anexo III da Lei, para cada Carreira, cargo, classe e nível; e

II - Retribuição por Titulação – RT.

Para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, que poderá ser concedido em 3 (três) níveis:

I - RSC-I;

II - RSC-II; e

III - RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma (Redação do § 2º do Art. 18 da Lei nº 12.772, de 2012:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

A concessão da RT em equivalência ao RSC deverá considerar os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2014, do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências.

8.1.5 Cronograma de expansão do corpo docente

Até 2018, se prevê a contratação de aproximadamente 350 docentes de maneira a aproximar-se da dotação orçamentária necessária ao completo funcionamento de cada *Campus*, considerando-se a possível expansão do número de *campi* do Instituto Federal de Brasília para 13.

8.2 Corpo Técnico Administrativo

Os 336 servidores ocupantes do cargo técnico-administrativo em educação são enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 11.091, de 2005, com redação alterada pelas Leis nº 11.784, de 2008, e 12.772, de 2012, a estruturação dos cargos integrantes do Plano de Carreira é organizada em cinco níveis de classificação, quais sejam Nível A, B, C, D e E.

Quadro 20 - Evolução do corpo técnico no IFB por Classe entre 2009 e 2013.

Nível de Classificação	2009	2010	2011	2012	2013
E	-	42	63	82	117
D	-	47	73	117	146
C	-	12	21	37	68
Total	-	101	157	236	331

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

Destaca-se que a organização dos cargos também considera os ambientes organizacionais - a área específica de atuação do servidor -, de acordo com as demandas institucionais e políticas de desenvolvimento dos recursos humanos.

Estão elencados, conforme a lei vigente, dez ambientes organizacionais, a saber: (a) Ambiente Administrativo, (b) Infraestrutura, (c) Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas, (d) Ciências Biológicas, (e) Ciências Exatas e da Natureza, (f) Ciências da Saúde, (g) Agropecuário, (h) Informação, (i) Artes, Comunicação e Difusão, (j) Marítimo, Fluvial e Lacustre.

Quadro 21 – Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por classe

Nível de Classificação	Quantidade	%
C	68	20.24%
D	151	44.94%
E	117	34.82%
Total	336	100,00%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

8.2.1 Critérios de Seleção e Contratação

A seleção do corpo Técnico-administrativo do IFB se dá através de concurso público de provas. O contrato dos Técnicos Administrativos em Educação é regido pela Lei nº 11.091, de 2005, pela Lei nº 8.112, de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 1996.

8.2.2 Titulação e Regime de Trabalho

O quadro a seguir apresenta a distribuição, por titulação, dos servidores técnico-administrativos do IFB, e seu respectivo percentual.

Quadro 22 – Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por titulação:

Titulação	Quantidade	%
Ensino Fundamental	-	-
Ensino Médio	101	30.06%
Graduação	160	47.62%
Aperfeiçoamento	-	-
Especialização	69	20.54%
Mestrado	5	1.49%
Doutorado	1	0.29%
Total	336	100%

Fonte: DRGP – SIAPE em 27/03/2014.

8.2.3 Plano de Carreira

O Plano de Carreira garante o desenvolvimento na carreira por meio da *Progressão por Capacitação*. O servidor ingressa na carreira no primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação. Mediante a participação em cursos de capacitação desde que compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, o servidor, respeitado o interstício de 18 meses, poderá obter a progressão mudando para o padrão de vencimento imediatamente subsequente.

O desenvolvimento na carreira ocorre também por meio da *Progressão por Mérito Profissional*, possibilitando que o servidor passe para o padrão imediatamente subsequente ao que

ocupa, no mesmo nível de capacitação, a cada 18(dezoito) meses de efetivo exercício, desde que tenha sido avaliado mediante um processo de avaliação de desempenho.

O Plano de Carreira também estabelece o *Incentivo à Qualificação*, com a possibilidade do servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo ter um percentual de acréscimo sobre o seu salário, conforme estabelecido em lei.

8.2.4 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Até 2018, se prevê a contratação de aproximadamente 320 técnicos administrativos em educação de maneira a aproximar-se da dotação orçamentária necessária ao completo funcionamento de cada *Campus*, considerando-se a possível expansão do número de *campi* do Instituto Federal de Brasília para 13.

8.3 Políticas de Formação Continuada de Servidores

O Instituto Federal de Brasília busca desenvolver permanentemente os docentes e os técnico-administrativos em educação, bem como melhorar os indicadores de qualificação profissional, por meio de políticas de incentivo a formação continuada, destinadas a fomentar e apoiar as demandas para capacitação e qualificação dos seus servidores.

O IFB, como uma instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica que pretende se consolidar no Distrito Federal como uma instituição de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade, entende que promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus servidores é uma condição central ao alcance da qualidade social de sua ação educativa.

Neste sentido, no presente documento, são apresentadas as linhas básicas da política de formação continuada dos servidores que compõem o quadro do IFB, as quais estão alicerçadas nos seguintes princípios e prioridades institucionais:

- Incentivo e apoio aos servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- Garantia de acesso dos servidores em eventos de capacitação e qualificação profissional internos ou externos;
- Articulação e integração das políticas de aperfeiçoamento, capacitação e qualificação com as demais políticas de gestão de pessoas, notadamente a de avaliação de desempenho por competências;
- Promoção da capacitação gerencial dos servidores e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento;
- Oferta e garantia de cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, prioritariamente aos servidores que ingressarem no IFB, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;
- Ampliação e melhoria dos canais de comunicação buscando a transparência, a empatia, a afetividade, o comprometimento e a cooperação nas relações interpessoais, transformando esses valores em crescimento e desenvolvimento, e conseqüentemente, em ganhos de desempenho e produtividade;
- Elaboração do plano anual de capacitação e qualificação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas, a partir da integração dos ambientes organizacionais e das diferentes áreas do conhecimento, em consonância com este Plano;
- Avaliação permanentemente dos resultados das ações de capacitação e qualificação no desempenho das funções dos servidores, considerando o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si;
- Estabelecimento de critérios e condições de afastamento para fins de participação dos servidores em Programas e Projetos de Formação Continuada (Capacitação e Qualificação);
- Desenvolvimento do Projeto Educacional;
- Atendimento às demandas decorrentes da criação de novos cursos quer em nível básico, médio, de graduação e pós-graduação;

- Formação de mestres e doutores para atender às demandas de cursos em processo de implantação/implementação e/ou de outras áreas de interesse da instituição;
- Desenvolvimento de projetos de capacitação e de pesquisa voltados para o incentivo à introdução de novas tecnologias nos serviços prestados pela Instituição, com vista ao seu aprimoramento.

As políticas de formação continuada dos servidores do IFB consistirão de Programas/Planos de atualização, graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*:

- **Programa de atualização** (apoio à participação em encontros, seminários, congressos, feiras, simpósios, visitas técnicas, dentre outros).
- **Programa de Incentivo à Graduação** (destinação de vagas em Cursos e Programas do IFB, para o acesso de servidores, desde que estes atendam aos requisitos legais de ingresso nos cursos/programas; bolsas acadêmicas).
- **Programa de Incentivo à Pós-Graduação *lato sensu*** (bolsas acadêmicas e participação nos programas institucionais).
- **Programa de Incentivo à Pós-Graduação *stricto sensu*** (concessão de afastamentos totais e/ou parciais; bolsas acadêmicas; programas interinstitucionais).

8.4 Corpo Discente

O perfil de egresso do IFB leva em consideração o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade, bem como a conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional.

O perfil do egresso constitui base para a construção do plano de curso, que deverá estar em concordância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, de Cursos Superiores de Tecnologias e Diretrizes Curriculares e resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Educação.

8.4.1 Formas de acesso

Os processos de ingresso nos cursos do IFB devem prever ações afirmativas e de caráter inclusivo, tendo como instrumento de seleção, a ser aplicados de maneira isolada ou em associação, questionários de trajetória de vida, sorteios públicos, palestras específicas, uso das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (especialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e do SISUTEC) e Teste de Habilidades Específicas quando aplicáveis.

8.4.2 Da Política de Assistência Estudantil (PAE)

A PAE desenvolve ações de permanência que visam à promoção da inclusão social e da redução da evasão dos discentes. Esta política é norteadada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 2010.

A PAE do IFB atual está em processo de revisão. Os programas e ações de permanência em execução atualmente são:

8.4.2.1 Programas de apoio Pedagógico e Financeiro

Programa Bolsa Monitoria – a finalidade é contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem atendendo aos alunos que necessitem de apoio e reforço nas

atividades acadêmicas aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica e pedagógica. Neste sentido promove-se a integração entre os diferentes segmentos da Instituição e possibilitando a participação dos alunos no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino.

Programa de apoio ao desenvolvimento técnico científico – O objetivo deste programa é o estímulo ao desenvolvimento técnico e científico dos alunos visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional. O programa poderá ser implementado através de pecúnia ou de forma subsidiada pela instituição, mediante parecer social.

8.4.2.2 Programas de Estímulos à Permanência

Programa Auxílio Permanência: É um recursos financeiro de repasse direto ao estudante. Objetiva minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para contribuir em sua permanência e conclusão dos estudos no IFB.

Programa de Moradia – Disponibilização de residência estudantil para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, comprovada por meio de estudo socioeconômico, realizado por assistente social. Este programa atenderá preferencialmente alunos que residam em outros estados

Auxílio Emergencial – Em situações emergenciais será disponibilizado auxílio de cunho imediato em que assegura-se ao assistente social a autonomia para disponibilizar o recurso, baseado pro parecer social.

8.4.3 Organização Estudantil

Na discussão do PPI que ocorrerá a partir do segundo semestre de 2014 a comunidade do IFB estabelecerá suas normas e processos.

8.4.4 Acompanhamento de Egressos

Na discussão do PPI que ocorrerá a partir do segundo semestre de 2014 a comunidade do IFB estabelecerá suas normas e processos.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A organização geral do IFB compreende uma estrutura de órgãos colegiados, executivos, de controle e de assessoramento.

Os órgãos colegiados podem ser divididos em dois: O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo e, o Colégio de Dirigentes de caráter consultivo.

Os órgãos executivos são compostos pela Reitoria, Gabinete, Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional), Diretorias Sistêmicas, Coordenadorias Gerais, Coordenadorias, Assessorias especiais e Ouvidoria. Ainda como órgãos executivos podemos citar as Diretorias Gerais de *Campus*, compostas de: Diretorias, Coordenadorias Gerais e Coordenadorias.

O órgão de controle é basicamente a Auditoria Interna e o de assessoria a Procuradoria Jurídica.

9.2 Organograma Institucional

O atual organograma do IFB foi aprovado por meio da Resolução nº 35/2012 – CS/IFB e referendada pelo Conselho Superior na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012 (Anexo I).

O IFB possui uma estrutura de órgãos da Administração Geral da qual fazem parte os órgãos executivos, assessoramento e controle; e os órgãos Superiores, do qual fazem parte o Conselho Superior, Colégio de Dirigentes e CEPE, conforme descrito a seguir:

9.2.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Conselho Superior/CS
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPE
- Colégio de Dirigentes/CD

9.2.2 ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitoria

- Gabinete
- Ouvidoria
- Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE

Pró-Reitorias

- Pró-Reitoria de Administração
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
- Pró-Reitoria de Ensino
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Diretorias Sistêmicas

- Núcleo de Comunicação Social
- Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Diretoria de Gestão de Pessoas

Direção Geral dos *campi*

- Direção Geral *Campus* Brasília
- Direção Geral *Campus* Ceilândia
- Direção Geral *Campus* Estrutural

- Direção Geral *Campus* Gama
- Direção Geral *Campus* Planaltina
- Direção Geral *Campus* Riacho Fundo
- Direção Geral *Campus* Samambaia
- Direção Geral *Campus* São Sebastião
- Direção Geral *Campus* Taguatinga
- Direção Geral *Campus* Taguatinga Centro

9.2.3 ÓRGÃOS DE CONTROLE

- Procuradoria Jurídica Federal
 - Subprocuradoria Federal
- Núcleo de Auditoria Interna

9.2.4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

- Conselho de Gestor em cada *Campus*.
- Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD
- Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação/CIS
- Comissão de Ética/COET
- Comissão Própria de Avaliação/CPA

9.3 Órgãos colegiados: competências e composição

O Conselho Superior, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, é o órgão máximo do IFB e tem a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. representação de no mínimo 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

- III. representação de no mínimo 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo docente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- IV. representação de no mínimo 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos da instituição e igual número de suplentes, indicados por seus pares;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou de empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. representação de 1/3 (um terço) dos Diretores-Gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

Compete ao Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFB e dos Diretores-Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892, de 2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB;
- IX. autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas;

- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e
- XI. deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. os Pró-Reitores; e
- III. os Diretores-Gerais dos *campi*.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.

9.4 Órgão de Apoio a Atividade Acadêmica

Caracterizam-se como órgãos de apoio acadêmico do menor grau para o maior as coordenações dos cursos, a coordenadoria pedagógica, a coordenadoria geral de ensino, a coordenadoria de cursos, a coordenadoria geral pedagógica, a diretoria de ensino, a pró-reitoria de ensino e a reitoria.

10.INFRAESTRUTURA

10.1 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com deficiência (Decreto nº 5.296, de 2004 e Decreto nº 5.773, de 2006)

O Plano de Acessibilidade visa orientar o Instituto Federal de Brasília na adequação de sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais e estar em consonância com sua política de Inclusão. A partir das reuniões das coordenações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) com a Coordenação de Ações Inclusivas e da realização do Seminário sobre acessibilidade arquitetônica no IFB promovido em 23 de setembro de 2013 com a presença do Núcleo de Engenharia do IFB concluiu-se que todos os projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. E em áreas já construídas que não possuem acessibilidade, estas áreas deverão passar por adequações a curto e médio prazo. O IFB deverá embasar todas as suas ações nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050/2004. “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, NBR 9077/2001 - “Saídas de Emergência em Edifícios” e NBR 13994/1999 - “Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoas Portadora de Deficiência”.

Ainda, conforme o Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 2000 e Lei nº 10.098, de 2000, cuja prioridade de atendimento é para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFB pretende atender às suas normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, de acordo com o que foi definido no artigo 2º: “Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. O Decreto supracitado define ainda que, “barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. No artigo 24, afirma que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários”

Nesse contexto, O IFB através de seus Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas realizou um *Checklist* da Acessibilidade e identificou algumas barreiras. Para eliminar tais barreiras, o IFB se compromete a prever o dimensionamento dos seus espaços para acesso de todos os usuários, adequar sanitários, alargar portas e vias de acesso, construir rampas, instalar corrimão e colocar sinalização tátil e visual; bem como adquirir mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva.

- Espaços

O IFB providenciará eliminação de desníveis e de limitação ao alcance manual e utilização de áreas para manobras sejam externas ou internas. Haverá a adequação de todos os espaços sendo os blocos de salas de aula, as salas de aula, os laboratórios, o bloco administrativo, o auditório, o ginásio de esportes, o estacionamento, a biblioteca e o refeitório de forma a garantir minimamente a acessibilidade a todo público.

As novas obras e reformas devem prever o que regem as Normas Regulamentadoras (NR), especialmente a NR 17 - ergonomia, no que concerne a iluminação, a ventilação, conforto térmico e acústico dos ambientes.

Será elaborado o zoneamento dos *campi*, e especificando as áreas administrativas, educacionais, de serviços de alimentação, serviços de saúde, moradias estudantis, áreas esportivas, áreas de produção e experimentos e seus respectivos acessos e circulações. Será providenciado um plano diretor para a execução de tais ações.

Quanto à circulação interna do *campi*

- Os corredores considerados de uso público terão no mínimo, 1,50 m de largura e os demais no mínimo, 1,20m;
- As portas de circulação interna com largura livre mínima de 0,80m, para tanto a folha da porta deverá ter largura superior a 80 cm;
- As áreas de aproximação frontal em portas deverá ter largura mínima de 1,40m e profundidade de 1,50m;
- As maçanetas das portas serão do tipo alavanca;
- As portas dos sanitários, vestiários ou de salas de aula serão acessíveis com puxador horizontal a uma altura entre 0,90 m a 1,10m com largura de 0,40m;
- As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres com faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50m, sendo admissível de 1,20m de largura e altura livre de 2,10m;
- Serão providenciadas rotas acessíveis nas áreas que ligam os diferentes espaços dos *Campus*, salas de aula, auditórios, ginásios etc; para aqueles que possuem calçamento que causam trepidação aos usuários de cadeiras de rodas, haverá uma pavimentação nessas áreas a fim de corrigir a trepidação que pode comprometer a saúde do PCD.

Quanto ao refeitório

- O refeitório terá pelo menos 5% do total das mesas, com no mínimo uma, acessível a PCR; o refeitório terá pelo menos um exemplar do cardápio em braille.

Quanto ao ginásio de esportes

- As portas dos sanitários e vestiários terão no mínimo a largura de 0,90cm; os sanitários acessíveis estarão próximos aos locais para a prática de esporte.

Quanto ao auditório

No *Campus* deverá haver espaço reservado para PCR (pessoa com cadeira de rodas); haverá assento reservado para PMR (pessoa com mobilidade reduzida); haverá assento reservado para PO (pessoa obesa); a quantidade de assentos disponíveis deve estar de acordo com a tabela 8, item 8.2.11 da NBR 9050/2004. Os espaços/assentos reservados serão localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga; localizados com uma garantia de conforto, segurança, boa visibilidade e acústica; localizados em piso plano horizontal; estes espaços deverão permitir a acomodação de o mínimo de um acompanhante. O auditório deverá disponibilizar de alguma tecnologia assistiva para atender no palco as pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva.

- Mobiliários

Os mobiliários serão adequados às necessidades dos usuários. Dessa forma, os *campi* farão as aquisições de mobiliários acessíveis conforme as indicações do NAPNE.

- Serviços de Transporte

Haverá a providência quanto ao transporte de seu alunado e servidores, cuja entrada e saída de todos seja independente da capacidade física.

- Edificações

Serão construídas rampas de acesso bem como a instalação de elevadores ou plataformas elevatórias em todas as edificações que ainda não dispõem de acessibilidade nos *campi* do IFB, como auditórios e demais pisos superiores.

- Sistemas de Comunicação e Informação

Cada *Campus* atenderá as normas Técnicas de Acessibilidade Comunicacional da ABNT, especialmente a NBR 9050/2004, bem como o Decreto nº 5.296, de 2004 para adequar-se a uma sinalização adequada a todas as pessoas, respeitando as diferenças e a diversidade humana;

Garantir-se-á a toda a comunidade uma comunicação que respeite as diferenças e as necessidades específicas, através da língua portuguesa, língua de sinais brasileira (LIBRAS), o

Sistema Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de mídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação

E ainda comunicação acessíveis conforme artigo 2º do Decreto nº 6.949, de 2009. Toda a estrutura física, gradativamente, terá sua identificação em Braille, Libras, números, dentre outros, conforme NBR 9050/2004. A Acessibilidade Comunicacional e sinalização sonora será uma construção permanente no IFB. Serão providenciados na entrada de cada *Campus* totem com indicação dos setores, sinalização tátil de alerta e direcional.

- Serviço de Tradutor e Intérprete de Libras

A Acessibilidade Comunicacional para o público surdo, será providenciada através dos Profissionais qualificados em tradução e interpretação em Libras em todos os cursos/turmas em que tiverem alunos surdos ou surdos oralizados matriculados. Assim também para os diferentes eventos internos e externos organizados pelo IFB. Eles profissionais receberão qualificação, sempre que necessário e de acordo, com as indicações do NAPNE.

- Dispositivos

Os elevadores e plataformas elevatórias contemplarão a Norma NBR 13994/1999, com botoeiras em braille e alerta sonoro luminoso em cada parada.

O Corpo Técnico de engenheiros e arquitetos receberá capacitação/qualificação necessária na elaboração dos projetos de promoção da acessibilidade.

Quanto a acessibilidade em geral nos *Campus* deverá ser contemplado minimamente:

- A entrada de alunos localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos;
- Toda a escola com uma rota acessível interligando o acesso de alunos a todas as áreas e setores;
- As salas de aula (convencionais e laboratórios) acessíveis;

- As salas de aula (convencionais e laboratórios) com mobiliário interno acessível;
- As salas de aula (convencionais e laboratórios) com áreas de aproximação e manobra acessível;
- As salas de aula (convencionais e laboratórios) com áreas de alcance manual acessíveis;
- As lousas da sala de aula com altura inferior máxima de 0,90m do piso;
- A biblioteca com publicações em Braille;
- As mesas de biblioteca, mesas de salas de aula, mesas de refeitório, terminais de consulta e bancadas destinadas ao uso de cadeirante deverão ter altura máxima de 0,85m e área de aproximação livre mínima equivalente a um módulo de referência (0,80mx1,20m) com altura livre de 0,73m e profundidade entre 0,30 e 0,50m, conforme NBR 9050/2004.
- Os bebedouros deverão estar instalados a uma altura entre 0,73m e 0,90m do piso acabado e deverão permitir no mínimo a aproximação lateral de uma cadeira de rodas. No caso de aproximação frontal a altura livre deverá ser de 0,73m.
- A biblioteca com publicações em áudio;
- Distância mínima de 0,90m de largura entre estantes de livros;
- A faixa livre de circulação dos corredores sem vegetação ou jarros ou outros obstáculos que obstruam sua acessibilidade;
- Na entrada principal da escola faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre.

Para acompanhar as permanentes adequações em prol da acessibilidade, o IFB constituirá uma Comissão de Acessibilidade que deverá ser composta por todos os engenheiros e arquitetos do quadro do IFB, além representantes dos Napne e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Esta será uma comissão Geral, a qual terá suas subcomissões nos *Campus*, com representantes da Direção Geral, da DREP e DRAP, além de um representante do Napne. Essa comissão Geral de Acessibilidade será organizada pela Pró-Reitoria de Administração, cuja presidência será de responsabilidade do Núcleo de Engenharia.

10.2 Bibliotecas

- **Campus Brasília**

BIBLIOTECA

Quadro 23 – Biblioteca *Campus* Brasília

Ano	Horário de Atendimento	Espaço Físico	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2013	8h às 22h	90m²	Empréstimo domiciliar	Auxiliares de biblioteca: 03
		Capacidade para 45 usuários	Levantamento bibliográfico	
		21 estantes	Acesso à internet	Bibliotecários:05
		02 computadores para pesquisa	Renovação de material bibliográfico	
		01 sala de processamento técnico	Reserva de material bibliográfico	Técnico administrativo: 01
		01 depósito	Pesquisa online ao acervo	
2014	8h às 22h	3.000m²	Empréstimo domiciliar	Auxiliares de biblioteca: 07
		Capacidade para 450 usuários	Empréstimo entre bibliotecas	
		160 estantes	Comutação bibliográfica	
		20 computadores para pesquisa	Disseminação seletiva da informação	Bibliotecário:01
		05 salas de estudo em grupo	Levantamento bibliográfico	
		01 laboratório digital	Acesso à internet	
		01 sala de processamento técnico	Disponibilização de livros eletrônicos	Arquivística: 01
		01 sala de aquisição/seleção	Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos	
		01 sala da biblioteca digital	Pesquisa online ao acervo	
		01 sala da direção	Pesquisa em bases de dados	Museólogo: 01
		01 sala para atividades administrativas do museu	Treinamento de usuários para uso de bases de dados	
		01 sala para atividades administrativas do arquivo	Visita orientada à biblioteca	

	04 sanitários para usuários	Renovação de material bibliográfico	Técnico em informática: 01
	04 sanitários para servidores		
	02 copas	Reserva de material bibliográfico	
	03 salas técnicas (informática)		

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A atualização e ampliação do acervo é norteada pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções – PDC, elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília – SIBIFB. Esta se processa de forma contínua, tendo como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, seguidas as recomendações do MEC para determinar as quantidades de exemplares, da bibliografia básica e complementar, para cada modalidade de curso. Além disso, a ampliação do acervo também se dá por meio das sugestões da comunidade acadêmica encaminhadas à Biblioteca e avaliadas pela equipe técnica.

Destaca-se que anualmente são destinados recursos financeiros para aquisição de novos materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos, a fim de que haja o crescimento racional do acervo, constituindo assim uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade acadêmica.

A estrutura física da biblioteca *Campus Brasília* acomoda 70.000 itens, sendo assim se calcula que o crescimento do acervo seja de aproximadamente 10.000 itens/ano.

Quadro 24 – Acervo *Campus* Brasília

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	0	0	0	0	0	0	0
	Ciências biológicas	50	270	603	936	1269	1602	1935
	Ciências exatas	179	898	3148	5398	7648	9898	12148
	Ciências humanas	420	2150	4400	6650	8900	11150	13400
	Ciências da saúde	54	326	659	992	1325	1658	1991
	Ciências sociais	402	1970	4220	6470	8720	10970	13220
	Engenharias	102	597	930	1263	1596	1929	2262
	Linguística, letras e artes	207	1087	3337	5587	4500	6750	9000
PERIÓDICOS	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	11	11	20	30	40	50	60
JORNAIS	-----	01	03	04	06	08	08	08
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	16	92	200	300	400	600	800
DVD	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	140	140	220	300	400	600	800
CD-ROM's		20	60	80	120	160	180	200
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	01	01	05	10	15	20	25
MAPAS		0	0	10	20	30	40	50
TESES		0	0	20	40	60	80	100
DISSERTAÇÃO		02	02	20	40	60	80	100
NORMAS TÉCNICAS		0	0	30	60	90	120	150
OUTROS		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1605	7607	17906	28222	35221	45735	56249

- **Campus Gama**

BIBLIOTECA

Quadro 25 – Biblioteca *Campus Gama*

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
Segunda a sexta-feira 8h às 22h	- 51 cabines; - 16 mesas com 4 cadeiras; - 25 mesas individuais; - 2 mesas com 4 cadeiras para estudo em grupo; - 9 computadores para pesquisa.	- Consulta ao catálogo online; - Empréstimo domiciliar; - Renovação e reserva pela internet.	- 2 bibliotecárias - 3 auxiliares

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A atualização do acervo é baseado na política de desenvolvimento de acervo adotada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília – SIBIFB. São elaboradas listas de aquisição de materiais bibliográficos nas áreas específicas pelos professores e coordenadores de curso, baseadas na bibliografia básica e complementar dos cursos. Para as áreas gerais e referência a biblioteca estuda a demanda e solicita a compra de materiais informacionais. Os usuários também colaboram indicando títulos e sugerindo materiais.

Quadro 26 – Acervo *Campus Gama*

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	82	175	210	252	302	362	434
	Ciências exatas	190	1107	1328	1593	1911	2293	2751
	Ciências humanas	138	655	786	943	1131	1357	1628

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Ciências da saúde	0	0	0	0	0	0	0
	Ciências sociais	144	542	650	780	936	1123	1347
	Linguística, letras e artes	276	976	1171	1405	1686	2023	2427
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	0	0	1	2	3	4	5
	Ciências humanas	0	0	1	2	2	2	2
REVISTAS	Ciências Exatas	0	0	0	0	0	0	0
	Ciências humanas	0	0	0	0	0	0	0
	Diversos	5	15	6	7	8	8	8
JORNAIS	-----	2	60	3	3	3	3	3
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	12	65	78	93	111	133	159
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	4	4					
DVD		53	53	63	75	90	108	130
CD-ROM's		8	8	10	12	14	16	20
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	0	0	01	02	03	04	05
MAPAS		0	0	0	0	0	0	0
TESES		0	0	0	0	0	0	0
DISSERTAÇÃO		0	0	0	0	0	0	0
NORMAS TÉCNICAS		0	0	20	30	40	50	60
OUTROS		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		914	3660	3728	5199	6240	7486	8979

- **Campus Planaltina**

BIBLIOTECA

Quadro 27 – Biblioteca *Campus Planaltina*

Ano	Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2013	8:00 às 22:00h	1 Salão de Estudos com 17 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 68 lugares.	Empréstimo	Técnico administrativo: 5
			Devolução	Bibliotecário: 1
		1 Sala de Estudo Individual com 7 mesas de estudo individual com capacidade total de 7 lugares	Renovação e Reserva	Auxiliar de Biblioteca: 0
			Orientação de pesquisa na estante	
1 Sala de Estudo em Grupo com 4 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 26 lugares e 3 computadores com acesso à internet	Levantamento Bibliográfico através de pesquisa on-line (Internet)	Estagiário: 1		
	Treinamento para uso de Fontes de Pesquisa (Portal da CAPES)			
1 Espaço para Leitura de Jornais correntes (3 sofás com capacidade total de 4 lugares)	Visita Orientada	Bolsista Pronatec: 1		
2014	8:00 às 22:00h	1 Salão de Estudos com 17 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 68 lugares.	Empréstimo <i>on line</i> de 10 % do acervo	Técnico administrativo: 5
			Devolução <i>on line</i> de 10 % do acervo	
		1 Sala de Estudo Individual com 7 mesas de estudo individual com capacidade total de 7 lugares	Renovação e Reserva <i>on line</i> de 10 % do acervo	Bibliotecário: 2
			Orientação de pesquisa na estante	
		1 Sala de Estudo em Grupo com 4 mesas de estudo em grupo e capacidade total de 26 lugares e 9 computadores com acesso à internet	Levantamento Bibliográfico através de pesquisa on-line (Internet)	Auxiliar de Biblioteca: 1
Treinamento para uso de Fontes de Pesquisa (Portal da CAPES)	Estagiário: 1			

	1 Espaço para Leitura de Jornais correntes (3 sofás com capacidade total de 4 lugares)	Visita Orientada	Bolsista Pronatec: 1
--	--	------------------	----------------------

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A atualização do acervo do *Campus Planaltina* é realizada por meio dos seguintes critérios: aquisição de materiais bibliográficos pela modalidade de compra das edições mais recentes existentes no mercado editorial, recebimento de doações de livros e multimeios levando-se em consideração a indicação em bibliografia básica ou complementar e o período de obsolescência do conhecimento na área específica, e de periódicos visando completar coleções já existentes na Biblioteca, ou que sejam adequados aos conteúdos trabalhados nos cursos que o *Campus* oferece; atendimento aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), quantidade existente do material sobre determinada área temática na Biblioteca, conveniência do formato e compatibilização com os equipamentos existentes quando se tratar de acervo multimídia, recebimento de obras publicadas pela Editora do IFB (depósito legal), e adequação da aquisição de acordo com os recursos orçamentários. Faz-se também periodicamente a avaliação da coleção para verificar sua adequação aos objetivos dos cursos, sua atualidade técnico-científica, relevância temática, condição física e autoridade do autor, e destinação das obras para desbastamento (retirada do material de um setor da Biblioteca para outro) ou descarte (retirada definitiva do acervo).

Quadro 28 – Acervo *Campus Planaltina*

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	3435	5765	6341	6975	7672	8439	9282
	Ciências exatas	998	1703	1873	2060	2266	2492	2741
	Ciências humanas	1022	1450	1595	1754	1929	2121	2333
	Ciências da saúde	159	174	191	210	231	254	279
	Ciências sociais	459	1076	1183	1301	1431	1574	1731

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Linguística, letras e artes	1606	2264	2490	2739	3012	3313	3644
PERIÓDICOS (REVISTAS)	Ciências agrárias	1937	2525	2777	3054	3359	3694	4063
	Ciências exatas	28	28	31	34	37	41	45
	Ciências humanas	232	291	320	352	387	425	467
	Ciências da saúde	27	30	33	37	41	45	50
	Ciências sociais	124	141	155	170	187	205	225
	Linguística, letras e artes	14	14	15	17	19	21	23
JORNAIS	-----	0	0	2	4	6	6	6
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências agrárias	23	50	60	72	86	103	123
	Ciências exatas	33	102	122	146	175	210	252
	Ciências humanas	10	59	70	84	100	120	144
	Ciências da saúde	4	25	30	36	43	51	61
	Ciências sociais	9	39	46	55	66	79	94
	Linguística, letras e artes	97	648	777	932	1118	1341	1609
VÍDEOS (VHS)*	Ciências agrárias	79	107	107	0	0	0	0
	Ciências exatas	17	18	18	0	0	0	0
	Ciências humanas	38	44	44	0	0	0	0
	Ciências da saúde	14	19	19	0	0	0	0
	Ciências sociais	25	31	31	0	0	0	0
	Linguística, letras e artes	8	8	8	0	0	0	0
DVD	Ciências agrárias	21	39	46	55	67	80	96
	Ciências exatas	3	11	15	21	29	40	56
	Ciências humanas	4	24	28	33	39	46	55
	Ciências da saúde	1	2	6	8	11	15	21
	Ciências sociais	9	57	67	80	96	115	138

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Linguística, letras e artes	7	17	20	24	28	33	39
CD-ROM's	Ciências agrárias	16	27	32	38	45	54	64
	Ciências exatas	6	13	15	18	21	25	30
	Ciências humanas	8	9	10	12	14	16	19
	Ciências da saúde	0	0	1	4	6	8	10
	Ciências sociais	3	5	6	7	8	9	10
	Linguística, letras e artes	0	0	1	2	4	6	8
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	---	0	0	1	3	5	6	10
MAPAS	---	2	2	5	10	20	30	40
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	---	5	5	7	11	17	25	38
TESES (DOCTORADO)	---	1	1	0	2	3	4	5
DISSERTAÇÃO (MESTRADO)	---	0	0	0	2	3	4	8
NORMAS TÉCNICAS	---	0	0	1	2	5	6	8
OUTROS	---	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		10484	16823	18599	20364	22586	25056	27827

O *Campus* Planaltina possui atualmente 10.484 títulos e 16.823 itens, com previsão de crescimento do acervo de aproximadamente 33% até 2018.

*Obs.: Os VHS serão convertidos em CD-ROM ou DVD, o que acarretará em crescimento de 0% deste tipo de material.

- **Campus Riacho Fundo**

BIBLIOTECA

Quadro 29 – Biblioteca *Campus Riacho Fundo*

Ano	Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2013	Segunda à sexta-feira 10hs às 20hs	42 m ²	Sala de Leitura	2 bibliotecários
		Capacidade para 15 usuários	Consulta ao acervo	1 auxiliar de biblioteca
		6 estantes	Acesso à internet	
		1 sala de processamento técnico	Wi-Fi	
		3 mesas de estudo em grupo		
		3 computadores com acesso à internet		
2014	Segunda à sexta-feira 09:30 às 21:30	112 m ² térreo 72 m ² 1º andar	Empréstimo domiciliar	1 auxiliar de biblioteca
		1 sala de processamento técnico	Acesso à Internet	
		1 sala de estudo em grupo	Wi-Fi	
		Cabines de estudo individual	Pesquisa online ao acervo	
			Visita orientada à biblioteca	
			Renovação de material bibliográfico	
			Reserva de material bibliográfico	

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A aquisição de títulos do acervo é embasada na Política de Desenvolvimento de Bibliotecas do IFB, que é elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília – SIBIFB. O objetivo é atender à comunidade acadêmica do IFB (docentes, alunos e técnico-

administrativos). A fonte principal para aquisição de títulos são os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição, seguindo as recomendações do Ministério da Educação para determinar a quantidade títulos e exemplares das bibliografias básica e complementar das disciplinas de cada modalidade de curso.

À equipe técnica das bibliotecas compete analisar as sugestões realizadas pela comunidade, visando o crescimento racional e sistemático do acervo, enriquecendo-o com material que apoie as práticas acadêmicas e proporcione o desenvolvimento crítico e intelectual da comunidade acadêmica

Atualmente, o *Campus Riacho Fundo* desenvolve suas rotinas acadêmicas em local provisório, logo, a biblioteca está sendo construída no espaço definitivo. No ano de 2014, o *Campus* começará a oferecer o curso de Licenciatura Português/Inglês. Neste momento são oferecidos os seguintes cursos: Técnico em cozinha, cursos FIC e Pronatec.

Quadro 30 – Acervo *Campus Riacho Fundo*

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	13	69	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	50	85	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências da saúde	1	3	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	161	722	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	40	140	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-					
	Ciências humanas	-	-					
REVISTAS	Ciências Exatas	1	4	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	4	16	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências Sociais	11	50	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Diversos	-	-					
JORNAIS	-----	-	-	1 (assinatura)				
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	10	59	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-	10	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
DVD		-	-	10	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
CD-ROM's		3	12	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-					
MAPAS		-	-					
TESES		-	-					
DISSERTAÇÃO		-	-					
NORMAS TÉCNICAS		-	-					
OUTROS		-	-					
TOTAL		294	1160					

- **Campus Samambaia**

BIBLIOTECA

Quadro 31 – Biblioteca *Campus Samambaia*

Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
Segunda a sexta-feira, de 07h30 às 21h30.	40 cabines para estudo individual 11 mesas para estudo em grupo ou individual de forma compartilhada 02 salas com uma mesa para estudo em grupo	-Empréstimo domiciliar -Renovação online de material bibliográfico -Reserva online de material bibliográfico -Pesquisa em catálogo online	02 bibliotecários 02 auxiliares de biblioteca

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

O acervo é atualizado de forma a disponibilizar fontes de informação relacionadas aos cursos oferecidos pelo *Campus*, atendendo às solicitações de docentes, discentes e aos programas das disciplinas.

Quadro 32 – Acervo *Campus Samambaia*

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências exatas	93	340	357	374	392	392	411
	Ciências biológicas	136	383	402	422	443	465	488
	Ciências humanas	90	260	273	286	300	315	330
	Engenharias	106	499	523	549	576	604	634
	Ciências Sociais	440	900	910	915	920	925	930
	Linguística, letras e artes	400	900	912	924	936	948	960
PERIÓDICOS	Ciências exatas, ciências humanas, ciências sociais, linguística, letras e artes	0	0	6	15	20	25	30

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
REVISTAS	Ciências Exatas	0	0	0	0	0	0	0
	Ciências humanas	0	0	0	0	0	0	0
	Diversos	3	3	7	8	8	8	8
JORNAIS	-----	1	1	2	3	3	3	3
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	28	93	100	105	110	115	120
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	0	0	0	0	0	0	0
DVD		5	5	10	30	50	70	90
CD-ROM's		31	114	119	124	130	136	142
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	0	0	2	3	3	3	3
MAPAS		0	2	4	4	4	4	4
TESES		0	0	0	0	0	0	0
DISSERTAÇÃO		0	0	0	0	0	0	0
NORMAS TÉCNICAS		450	450	502	504	506	508	510
OUTROS		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1783	3948	4129	4266	4401	4521	4663

- **Campus Taguatinga**

BIBLIOTECA

Quadro 33 – Biblioteca *Campus Taguatinga*

Ano	Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2013	8h às 22h de segunda a sexta	500 m ² 22 cabines na sala de estudo individual 57 cabines de estudo individuais 12 Computadores para estudos 06 mesas de quatro lugares para estudo em grupo	Empréstimo domiciliar Acesso à internet Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico Pesquisa online ao acervo	2 bibliotecários 1 Auxiliar de Biblioteca 1 Assistente de Alunos
2014	8h às 22h de segunda a sexta	500 m ² 22 cabines na sala de estudo individual 57 cabines de estudo individuais 12 Computadores para estudos 06 mesas de quatro lugares para estudo em grupo 3 salas de estudo em grupo	Empréstimo domiciliar Acesso à internet Renovação de material bibliográfico Reserva de material bibliográfico Pesquisa online ao acervo DSI Disponibilização de livros eletrônicos Treinamento de usuários para uso de bases de dados Orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos Comutação bibliográfica	3 bibliotecários 2 Auxiliar de biblioteca 1 Assistente de aluno

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

Lista anual de compra elaborada com auxílio / indicação de títulos da comunidade acadêmica. Crescimento dos livros técnicos (básicos e complementares) de no mínimo 10% ao Ano.

Quadro 34 – Acervo *Campus Taguatinga*

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	1	10	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	191	925	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	55	216	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências da saúde	10	35	-	-	-	-	-
	Ciências sociais	178	752	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	387	1.194	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	-	-	-	-	-	-	-
REVISTAS	Ciências Exatas	5	38	-	-	-	-	-
	Ciências humanas	12	118	-	-	-	-	-
	Diversos	2	94	-	-	-	-	-
JORNAIS	-----	1	Diário	-	-	-	-	-
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	14	45	-	-	-	-	-
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	0	0	-	-	-	-	-
DVD		12	62	-	-	-	-	-
CD-ROM's		34	171	-	-	-	-	-
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-	-	-	-	-	-
MAPAS		-	-	-	-	-	-	-
TESES		-	-	-	-	-	-	-
DISSERTAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-
NORMAS TÉCNICAS		-	-	-	-	-	-	-
OUTROS		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		902	3660					

- **Campus Taguatinga Centro**

BIBLIOTECA

Quadro 35 – Biblioteca *Campus Taguatinga Centro*

	Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2014	8h às 22h	58 m ²	Empréstimo domiciliar	Bibliotecário: 01
			Levantamento bibliográfico	
		Capacidade para 14 usuários	Acesso à internet	Auxiliares de biblioteca: 02
		12 estantes	Renovação de material bibliográfico	
		02 computadores para pesquisa	Reserva de material bibliográfico	
04 Estações de trabalho	Pesquisa online ao acervo			

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A atualização e ampliação do acervo da Biblioteca Taguatinga Centro segue as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções – PDC, elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília – SIBIFB. Esta se processa de forma contínua, tendo como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, seguidas as recomendações do MEC para determinar as quantidades de exemplares, da bibliografia básica e complementar, para cada modalidade de curso. Além disso, a ampliação do acervo também se dá por meio das sugestões da comunidade acadêmica encaminhadas à Biblioteca e avaliadas pela equipe técnica.

Destaca-se que anualmente são destinados recursos financeiros para aquisição de novos materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos, a fim de que haja o crescimento racional do acervo, constituindo assim uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade acadêmica.

O acervo da Biblioteca do *Campus* Taguatinga Centro é voltado principalmente para as áreas de Gestão, Negócios, Teoria Literária e Linguística, atendendo aos cursos de Técnico em Comércio, Especialização em Gestão Pública, Licenciatura em Letras Espanhol, Mulheres Mil, Cursos Técnicos em EAD, FICs e Pronatec.

Quadro 36 – Acervo *Campus* Taguatinga Centro

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências exatas	28	45					
	Ciências humanas	11	46					
	Ciências sociais	150	590					
	Linguística, letras e artes	179	711					
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	0	-					
	Ciências humanas	0		20				
JORNAIS	-----	2	2	4	6	8	8	8
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	7	41	80	120	160	200	240
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-	-	-	-	-	-
DVD		110	116	200	300	400	500	600
CD-ROM's		20	30	60	90	120	150	180
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	0	0	1	3	6	9	12
MAPAS		0	0					
TESES		1	1					
DISSERTAÇÃO		0	0					

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
NORMAS TÉCNICAS		0	0					
OUTROS								
TOTAL								

- **Campus São Sebastião**

BIBLIOTECA

Quadro 37 – Biblioteca *Campus São Sebastião*

Ano	Horário de Atendimento	Espaço Físico para Estudos	Serviços Oferecidos	Pessoal Técnico-administrativo
2013	Segunda à sexta-feira 08h às 21h	42 m ²	Sala de Leitura	2 bibliotecários
		Capacidade para 15 usuários	Consulta ao acervo	2 auxiliares de biblioteca
		10 estantes	Acesso à internet	
		1 sala de processamento técnico	Wi-Fi	1 bolsista PRONATEC
		3 mesas de estudo em grupo		
3 computadores com acesso à internet				
2014	Segunda à sexta-feira 08h às 22h	112 m ² térreo 72 m ² 1º andar	Empréstimo domiciliar	2 bibliotecários 2 auxiliares de bibliotecas 2 bolsistas PRONATEC
		1 sala de processamento técnico	Acesso à Internet	
		1 sala de estudo em grupo	Wi-Fi	
		Cabines de estudo individual	Pesquisa online ao acervo	
			Visita orientada à biblioteca	
			Reserva de material bibliográfico	

ACERVO

FORMAS DE ATUALIZAR O ACERVO:

A aquisição de títulos do acervo é embasada na Política de Desenvolvimento de Bibliotecas do IFB, que é elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília – SIBIFB. O objetivo é atender à comunidade acadêmica do IFB (docentes, alunos e técnico-administrativos). A fonte principal para aquisição de títulos são os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição, seguindo as recomendações do Ministério da Educação para determinar a quantidade títulos e exemplares das bibliografias básica e complementar das disciplinas de cada modalidade de curso.

À equipe técnica das bibliotecas compete analisar as sugestões realizadas pela comunidade, visando o crescimento racional e sistemático do acervo, enriquecendo-o com material que apoie as práticas acadêmicas e proporcione o desenvolvimento crítico e intelectual da comunidade acadêmica

Atualmente, o *Campus* São Sebastião desenvolve suas rotinas acadêmicas em local provisório, logo, a biblioteca está sendo construída no espaço definitivo. A equipe foi formada e a biblioteca inaugurada, no mês de novembro deste ano. No ano de 2014, o *Campus* começará a oferecer o curso de Licenciatura Português. Neste momento são oferecidos os seguintes cursos: Técnico em Secretariado Executivo e Secretaria Escolar, cursos FIC e Pronatec.

Quadro 38 – Acervo *Campus* São Sebastião

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
LIVROS	Ciências agrárias	-	-	-	-	-	-	-
	Ciências exatas	28	162	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências humanas	72	354	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências Biológicas	16	102	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017

	Área do conhecimento	Quant. Títulos	Quant. Exemplares	Ano I 2014	Ano II 2015	Ano III 2016	Ano IV 2017	Ano V 2018
	Ciências da saúde	13	54	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Ciências sociais	112	462	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
	Linguística, letras e artes	275	1059	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
PERIÓDICOS	Ciências Exatas	-	-					
	Ciências humanas	-	-					
REVISTAS	Ciências Exatas	-	-					
	Ciências humanas	-	-					
	Ciências Sociais	-	-					
	Diversos	-	-					
JORNAIS	-----	1	-					
OBRAS DE REFERÊNCIA	Ciências Exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	14	47	+10% que 2013	+10% que 2014	+10% que 2015	+10% que 2016	+10% que 2017
VÍDEOS	Ciências exatas, ciências humanas, linguística, letras e artes	-	-					
DVD		-	-					
CD-ROM's		-	-					
ASSINATURAS ELETRÔNICAS	-----	-	-					
MAPAS		-	-					
TESES		-	-					
DISSERTAÇÃO		-	-					
NORMAS TÉCNICAS		-	-					
OUTROS		-	-					
TOTAL		431	2240					

10.3 Área Física

O Quadro abaixo apresenta o demonstrativo da área geral do IFB, por Campi, antes e durante a vigência do PDI 2008-2013 como forma de apresentar a expansão de sua Infraestrutura nesse período:

Quadro 39 – Área Física do IFB

<i>Campus</i>	Área anterior (m ²)	Área Construída no quinquênio (2009 – 2013) (m ²)	Área total construída (m ²)	Área do terreno Original (m ²)/(ha)	Área disponível para a construção (m ²)/(ha)
Brasília		30.927,20 m ²	30.927,20 m ²	42.000,00 m ²	
Ceilândia			7.014,00 m ²	19.800,00 m ²	3.889,16 m ²
Estrutural			7.014,00 m ²	25.054,74 m ²	11.849,72 m ²
Gama			10.443,80 m ²	75.197,76 m ²	6.946,61 m ²
Planaltina	150.000,00 m ²		19.55,64 m ²	150.000,00 m ²	
Riacho Fundo			7.014,00 m ²	60.000,00 m ²	
Samambaia			10.443,80 m ²	30.006,05 m ²	
São Sebastião			7.014,00 m ²	31.489,63 m ²	
Taguatinga			10.443,80 m ²	30.000,00 m ²	
Taguatinga Centro	7.713,85	7.713,85	7.713,85 m ²	2.096,32 m ²	
Reitoria					
Total			131.303,29 m ²	465.644,50 m ²	

10.4 Instalações

Quadro 40 – Instalações – por *Campus*

<i>Campus</i>	Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de atendimento por turno
Brasília	Instalações Administrativas	52	1196	
	Sala de Aula	32	51,9	1280
	Sala de Coordenação	12	13,1	
	Sala de Docentes	4	41,67	80
	Espaço de Convivência	4	125	1200
	Biblioteca	1	1649,4	400
	Auditório	1	1600	970
	Miniauditório e anfiteatros	3	180	400
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	29	21	
	Sala de vídeo	2	51,9	60
	Laboratórios	24	51,8	557
	Museu	1	440,6	400
	Laboratório musica	1	127,4	80
Ceilândia	Instalações Administrativas	1	1209	80
	Sala de aula	12	60	400
	Sala de coordenação	12	15	60
	Sala de docentes	1	35	30
	Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85	60
	Biblioteca	1	112	100
	Auditório	1	163	180
	Miniauditório e anfiteatros	0	-	-
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados	17	39	480
	Laboratórios	10	60	250

<i>Campus</i>	Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de atendimento por turno
Estrutural	Instalações Administrativas			
	Sala de Aula			
	Sala de Coordenação			
	Sala de Docentes			
	Espaço de Convivência			
	Biblioteca			
	Auditório			
	Miniauditório e anfiteatros			
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.			
	Sala de vídeo			
	Laboratórios			
Gama	Instalações Administrativas	37	1406	111
	Sala de Aula	22	52,3	960
	Sala de Coordenação	23	25	69
	Sala de Docentes	3	40	30
	Espaço de Convivência	2	30	24
	Biblioteca	1	428	160
	Auditório	1	550	237
	Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	28	13,3	140
	Sala de vídeo	0	0	0
	Laboratórios	25	66	960
	Instalações Administrativas	37	38	111
	Sala de Aula	22	52,3	960
	Sala de Coordenação	23	25	69
	Sala de Docentes	3	40	30
	Espaço de Convivência	2	30	24
	Biblioteca	1	428	160
	Auditório	1	550	237
	Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	28	13,3	140
	Sala de vídeo	0	0	0
	Laboratórios	25	66	960
	Ginásio*	1	1369	250
	Sala de Artes*	1	66	40

<i>Campus</i>	Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de atendimento por turno
Planaltina	Instalações Administrativas	14	426,72	
	Sala de Aula	19	1093,64	760
	Sala de Coordenação	5	257,93	
	Sala de Docentes	2	105,34	12
	Espaço de Convivência	2	427,68	
	Biblioteca	1	560	
	Auditório	1	274	
	Miniáuditório e anfiteatros	1	129,15	
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	33	550,77	
	Sala de vídeo	1	50	
	Laboratórios	13	880	390
	Alojamentos	31	1272,55	
	Unidade Ens. e Produção (UEP)	5	500	
	Almoxarifado	1	511,42	
	Garagem e Oficinas	1	792	
Mecanização Agrícola	1			
Riacho Fundo (Campus Provisório)	Instalações Administrativas	3	70,4	17
	Sala de Aula	6	38,1	30
	Sala de Coordenação	4	16,64	4
	Sala de Docentes	1	27,1	
	Espaço de Convivência	1	17,26	12
	Biblioteca	1	33,28	19
	Auditório	-	-	-
	Miniáuditório e anfiteatros	-	-	-
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	4	24,27	8
	Sala de vídeo	-	-	-
	Laboratórios (Informática)	1	40,51	24
	Vestíarios	2	16,64	6
	Depósito de Insumos de Cozinha	1	41,57	-
	Almoxarifado	1	54,22	-

<i>Campus</i>	Especificações	Quantidade	Área total (m ²)	Capacidade de atendimento por turno
Riacho Fundo (Campus Definitivo)	Instalações Administrativas	9	185,67	47
	Sala de Aula	12	109,27	70
	Salas de Coordenação	5	88,75	30
	Sala de Docentes	1	35,51	15
	Espaço de Convivência	1	17,26	12
	Biblioteca	1	155,63	45
	Auditório	1	217,97	180
	Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	18	103,83	
	Sala de vídeo	-	-	-
	Laboratórios	9	266,71	204
	Sala de Reuniões	1	60,63	16
	Almoxarifado de Informática	1	16,93	3
	Adega/Depósito de bar e restaurante	1	18,26	1
	Sala de pré-peparo	1	57,41	4
	Depósitos de Insumos	6	23,01	-
	Hall de demonstrações	1	128,55	8
	Refeitório/ Convivência	1	244,27	72
	Cantina	1	17,15	2
	Cozinha do Restaurante	1	43,89	6
	Lavatório	1	10,57	1
	Dispensas	2	24,17	-
	Almoxarifado (Expediente)	1	16,4	-
	Depósito	1	16,4	-
Sala Multiuso	1	80,59	-	
Quadra poliesportiva	1	640	-	
Samambaia	Instalações Administrativas	40	25	
	Sala de Aula	25	52,3	42
	Sala de Coordenação	12	25	
	Sala de Docentes	1	72,6	
	Espaço de Convivência		1600	
	Biblioteca	1	428,2	154
	Auditório	1	501,3	240
	Miniauditório e anfiteatros	1	175,8	200
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	24	21,4	6
	Sala de vídeo	1	20	10
	Laboratórios	12	86	25
	Ginásio Esportivo	1	1200	

<i>Campus</i>	<i>Especificações</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Área total (m²)</i>	<i>Capacidade de atendimento por turno</i>
São Sebastião	Instalações Administrativas	3	60	45
	Sala de Aula	13	60	400
	Sala de Coordenação	2	60	35
	Sala de Docentes	1	60	35
	Espaço de Convivência	1	240	65
	Biblioteca	1	185	40
	Auditório	1	165	180
	Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	5	45	500
	Sala de vídeo	0	0	0
	Laboratórios	11	60	275
	Teatro de Arena	1	300	100
Taguatinga	Instalações Administrativas	34	23	
	Sala de Aula	21	52	840
	Sala de Coordenação	6	13	
	Sala de Docentes	2	20	11
	Espaço de Convivência	1	100	
	Biblioteca	1	430	160
	Auditório	1	550	220
	Miniauditório e anfiteatros	2	80	120
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	23	13	140
	Sala de vídeo	0	0	0
	Laboratórios	30	60	25
	Ginásio	1	1369	250
Taguatinga Centro	Instalações Administrativas	2	≅ 193,18	30
	Sala de Aula	7	≅ 338,77	247
	Sala de Coordenação	2	≅ 8,66	1
	Sala de Docentes	1	≅ 30,69	6
	Espaço de Convivência	1	≅ 27,96	10
	Biblioteca	1	≅ 53,87	14
	Auditório	0	0	0
	Miniauditório e anfiteatros	0	0	0
	Banheiros coletivos – incluindo os adaptados.	2	≅ 67,69	12
	Sala de vídeo	0	0	0
	Laboratórios	2	≅ 68,04	40
	Almoxarifado	2	≅ 33,68	Não se aplica
	Sala Técnica	1	≅ 13,68	Não se aplica
	Copa	1	≅ 22,20	8

10.4.1 Laboratórios

Quadro 41 – Laboratórios – por *Campus*.

Campus	Laboratório (Nome)	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Brasília	Eventos Decoração	35	Eventos	2 compressores de ar	
	Pratica Eventos Empresa Junior	35	Eventos	4 computadores e TV	
	Informática BLA s1207	30	Técnico, Tecnologo e Dança	30 computadores e projetor	
	Informática BLA s1208	25	Técnico, Tecnologo e Dança	25 computadores e 1 projetor	
	Informática BLA s1209	35	Técnico, Tecnologo e Dança	35 computadores e projetor	
	Informática BLA s1210	32	Técnico, Tecnologo e Dança	32 computadores e projetor	
	Informática BLDs1212	24	Técnico em Informática	24 computadores e projetor	
	Informática Manutenção em PC BLD s1209 -	24	Técnico em Informática	10 computadores (sucata)	
Ceilândia	Informática	60	FIC Informática Básica para a Terceira Idade; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Infraestrutura Escolar EAD.	31 computadores, projetor e lousa.	Inclusão digital do público idoso.

Campus	Laboratório (Nome)	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Gama	Laboratório de Informática 1	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor	
	Laboratório de Informática 2	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor	
	Laboratório de Informática 3	40	Todos os cursos	-	
	Laboratório de Informática 4	40	Todos os cursos	-	
	Laboratório de Informática 5	40	Todos os cursos	-	
	Laboratório de Informática 6	20	Todos os cursos	21 computadores e projetor	
	Lab. Química Geral e Inorgânica	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química e integrado – Técnico em Alimentos.	Estufa, Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Chapa de aquecimento com agitação, Condutivímetro, medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão e Refrigerador (Geladeira).	
	Lab. Química Analítica e Orgânica	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga Refrigerada, Condutivímetro, Medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão, Mufla, e Refrigerador (Geladeira).	
	Lab. Processos e Físico-Química	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química	Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, e Refrigerador (Geladeira).	
	Lab. Análise Instrumental	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, Medidor de pH, Turbidímetro, Refratômetro, Cromatógrafo Gasoso e Refrigerador (Geladeira).	
	Lab. Pesquisa e Extensão	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga, Condutivímetro, Medidor de pH e Refrigerador (Geladeira).	
	Lab. de Microbiologia	20	Técnico em Química e Integrado – Técnico em Alimentos.	Estufa bacteriológica (TE- 392/2_ TECHNICAL), Banho-maria (Centaurus), Centrífuga refrigerada para eppendorfs (SL-703/ Solab Científica), Medidor de pH (MS Tecnopon), Esteremicroscópio (Tecnival), Balança (Shimadzu), Balança analítica (Bel), Contador de colônia (EI TKS)	
	Lab. de Ciências	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	-	
	Lab. de Ciências Ambientais	20	Técnico em Agronegócios	Banho termostático, Condutivímetro Peagâmetro	
	Lab. de qualidade e propriedades físico- químicas de produtos vegetais	20	Técnico em Agronegócios Licenciatura em Química	Câmara Climática, Câmara Climática do tipo B.O.D, Condutivímetro Peagâmetro, Kit para densidade de grãos	
	Lab. de Alimentos 1	20	Integrado – Técnico em Alimentos	-	
	Lab. de Alimentos 2	20	Integrado – Técnico em Alimentos	-	
	Lab. de Logística	20	Técnico em Logística	-	
	Lab. de Cooperativismo	20	Técnico em Cooperativismo	-	
	Lab. de Gestão 1	20	Técnico em Logística Técnico em Cooperativismo Projea em Administração	-	
Lab. de Gestão 2	20	Técnico em Logística Técnico em Cooperativismo Projea em Administração	-		

Campus	Laboratório (Nome)	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis	Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas
Planaltina	Microscopia	30	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria	Microscópios ópticos Lupas estereoscópicas	
	Física	30	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria		
	Línguas	30	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria PRONATEC		
	Artes Plásticas	30	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria		
	Química	30	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria		
	Informática 1	40	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador	
	Informática 2	40	Tecnológico Agroecologia Técnico Agropecuária Lic. Biologia Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador	
Riacho Fundo (Campus Provisório)	Laboratório de Informática	24	Técnico em Transações Imobiliárias Técnico em Recursos Humanos Técnico em Cozinha Informática Cursos dos Programas <i>Mulheres Mil</i> e <i>Pronatec</i>	25 computadores com monitor e periféricos.	Projektor multimídia interativo.
	Laboratório de Cozinha	18	Técnico em Cozinha Informática Técnico em Panificação Cursos dos Programas <i>Mulheres Mil</i> e <i>Pronatec</i>	Forno elétrico; fogão industrial; refrigerador, 2 freezers horizontais, forno micro-ondas e 4 mesas aço inox	
	Laboratório de Bar e Restaurante	8	Somelier de cervejas	Refrigerador duplex, máquina de café expresso, moedora de grãos, conj. de mesa em madeira retangular, 3 bancos de bar Paris em madeira e 1 armário alto	

Samambaia	Informática I	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor Multimídia, CPU Desktop 6005 pro, monitor, mesa retangular, 2 cadeira Giratória, quadro branco côncavo	
	Informática II	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor Multimídia, CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeiras giratória, quadro branco côncavo.	
	Informática III	40	Cursos FIC, Técnico em Edificações e Técnico em Controle Ambiental	Projetor multimídia, CPU Desktop 6005 pro; monitor , mesa retangular, cadeira giratória , quadro branco	Impresso Plotter
	Topografia	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Estação total de topografia, nível eletrônico de precisão digital, nível Ótico AT-G6 com tripé e mira, par medidor GPS, teodolito Eletrônico; trena a laser Óptica, armário alto, mesa retangular e cadeira para laboratório	
	Solos	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Agitador de peneiras, aparelho Casagrande elétrico com contador de golpes analógico, aparelho dispersor de solos de bancada, balança de precisão, balança eletrônica, carrinho com duas plataformas para transporte, conjunto para ensaio cbr em campo, cronometro digital portátil, Datalogger de temperatura e umidade, destilador de água tipo pilsen, destilador de Femel, dispersor de solos, estufa de secagem e esterilização, extrator de amostras hidráulico cbr/proctor/marshall, furadeira de impacto profissional, makita, medidor de PH digital, medidor de Umidade tipo Speedy, mesa para pesagem hidrostática, mesa vibratória em aço, penetrômetro de cone manual para solos, penetrômetro universal simples, permeâmetro carga constante, permeâmetro carga variável, prensa eletromecânica automática, relógio comparador, repartidor de Amostras, soquete cilíndrico, tanque para banho de provetas com aquecimento, Projetor Multimídia, CPU, Monitor LCD 20", NOTEBOOK, frigobar, cadeira para laboratório, mesa retangular, mesa reta.	
	Águas e Efluentes	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, bomba de vácuo e ar comprimido, forno elétrico para tratamento térmico, sistema global de Posicionamento via satélite – GPS, chuveiro lava-olhos, espectrofotômetro digital, medidor portátil de Oxigênio, garrafa de van dorn, fotômetro de chama, triturador trifásico, Banho termostatzado, Destilador de água tipo pilsen, capela para exaustão de gases, agitador Magnético com aquecimento, moinho de facas tipo willye superstar, medidor de PH, coluna deionizador água, cronometro digital portátil, turbidimetro portátil, datalogger de temperatura e umidade, termômetro digital portátil (tipo espeto), chapa aquecedora, bancada para laboratório tipo plataforma para 05 pessoas, refrigerador, balança aço carbono, estufa de esterilização e secagem, lavador Automático de Pipetas decibelmetro digital portátil, manta aquecedora, Jar Test 6 provas digital programável completo, triturador de resíduos orgânicos, britador de mandíbulas e Projector.	
	Microbiologia	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, microscópio Biológico Binocular, Microscópio com câmara biológico trinocular, chuveiro lava-olhos, banqueta, contador digital de colônias, autoclave vertical, incubadora Bod Microprocessada, estereomicroscópio binocular, banho termostatzado, bancada para laboratório tipo plataforma, refrigerador Duplex, agitador de tubos tipo vortex, lavador Automático de Pipetas, agitador mecânico, bancada de Fluxo laminar horizontal, balança analítica digital, britador de mandíbulas, mesa retangular, mesa retangular, frigobar, CPU, monitor, Impressora, quadro branco com cavalete e Projetor Multimídia.	
Materiais de Construção	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Luxímetro digital, Luxímetro digital portátil, megômetro digital para medição de resistência de isolamento, tensão alternada e continuidade, multímetro digital, osciloscópio, osciloscópio digital portátil, terrômetro, medição de tensão e resistência de aterramento, aparelho de Vicat, aparelho medidor de ar incorporado para concreto, aparelho medidor de impulso ultrassônico portátil, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, aparelho para determinação do teor de ar incorporado ao concreto fresco, aparelho para determinar retenção de água em argamassas, argamassadeira de movimento planetário para mistura de cimentos e argamassas, balança de precisão, balança digital, betoneira, bigorna para calibração de esclerômetro, bomba de vácuo e ar comprimido, célula de carga triaxial, comparador de expansibilidade/retração com barra padrão de aço, cronometro digital portátil, esclerômetro modelo N(suiço) de impacto Schmidt para determinação "in loco", estufa para secagem e esterilização, makita, máquina para ensaios de abrasão tipo Los Angeles máquina Universal de ensaios mecânicos em materiais, medidor de ar incorporado pelo método presometrico em argamassa, medidor portátil de consistência do concreto fresco em formas e moldes, motobomba autoescorvante com motor elétrico trifásico, prensa hidráulica elétrica digital, prensa Manual, relógio comparador com base magnético, relógio comparador curso de 10mm, relógio comparador curso de 20mm, termômetro digital portátil, trena a Laser Óptica, vibrador imersão para concreto.		

São Sebastião	Secretariado	25	Secretariado, Secretaria Escolar	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários e cadeiras,	
	Saúde e Cuidados	25	Cuidador de Idosos, Monitor Infantil	Chuveiro, pias, vaso sanitário, macas, berços, armários,	
	Imagem Pessoal	25	Imagem Pessoal	Lavatórios de cabelo, cadeira de cabeleireiro, macas, armários.	
	Multimeios Didáticos	25	Secretariado, Secretaria Escolar, cuidador de idosos, imagem pessoal, línguas, letras português.	Projeto, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários,	
Taguatinga	Fabricação Mecânica	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 tomos, 2 fresas, 2 retíficas, centro de usinagem, tomo CNC, afiadora, furadeira de coluna, 10 moto-esmeril, 2 curvadores de tubo e girafa.	
	Eletrônica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Informática	16 fontes de tensão, 21 osciloscópios, 16 geradores de funções, 25 multímetros digitais, 29 alicates amperímetros, 1 fresadora CNC, 1 fresadora Laser, 2 fornos, 2 estações de solda, 1 banho químico, 1 posicionador de componentes eletrônicos, 3 computadores, ferramentas diversas, Datashow.	
	Materiais	8	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	Máquina de ensaio universal, embutidora metalográfica, 2 politrizes metalográficas, durômetro, computador.	
	Soldagem	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 máquinas de solda elétrica, 3 máquinas TIG, máquina MIG-MAG, cilindros de gás, EPIs e ferramentas, computador	
	Metrologia	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Física	Máquina de medição por coordenadas, projetor de perfil, microscópio de medição, câmera termográfica, medidor de vibração, medidor de espessura por ultrassom, calibrador de paquímetro, calibrador de relógio comparador e calibrador de micrômetro, 140 paquímetros, 160 micrômetros, 40 relógios comparadores, 40 relógios apalpadores, 9 jogos de blocos padrão, 50 suportes, 2 computadores e projetor.	
	Pneumática/Hidráulica/Manutenção Industrial	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	12 bancadas de pneumática, bancada hidráulica, 12 bancadas de automação e controle, peças de máquinas diversas e ferramentas, computador e projetor	
	Eletrotécnica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Física / Informática	1 bancada didática, 1 kit de eletrotécnica, 1 kit de medidas elétricas, 1 kit de servo comando, 1 kit de partida estática, 1 kit de CLP, 1 computador, Datashow.	
	Pesquisa de Moda	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow	
	Costura 1	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura industriais e acabamento	
	Costura 2	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura reta e máquinas especiais, Datashow	
	Criatividade	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow	
	Corte e Modelagem	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Máquina de infesto, 50 manequins, 1 bordadeira, 1 serra de tecido e 2 máquinas de acabamento, Datashow	
	Desenho	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Vestuário/Design de Moda/Artesanato	32 pranchetas e bancos, Datashow	
	Hardware	25	Informática	50 multímetros, 12 computadores, ferramentas e mesas de apoio, Datashow	
Taguatinga Centro	Laboratório 01	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor.	
	Laboratório 02	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor,	

10.4.1.1 Aquisição de equipamentos- Laboratórios

Quadro 42 – Laboratórios (Aquisição de Equipamento) - por *Campus*

<i>Campus</i>	<i>Laboratório</i>	2014	2015	2016	2017	2018
Brasília	Gestão Jogo Empresarial		Mesa interativa, tela interativa e computadores			
	Eventos Decoração	Computador , impressora colorida, cx de som, mesa de som e pedestais cx. Som	Computador , impressora colorida, cx de som, mesa de som e pedestais cx. Som			
	Laboratório Musica		acústica da sala Bl. D 127,4m2			
Ceilândia	Informática 1 e 2		Computadores; projetor de imagem; lousa; lousa móvel, tela móvel.			
	Equipamentos Biomédicos		Fonte de Alimentação Digital Tripla, Gerador de funções de 10 MHz, Multímetro digital de bancada, Osciloscópio Digital, Multímetro Digital com Bateria recarregável, Protoboard Sem Solda, Pontas de Prova de Osciloscópio, Alicates universais com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Alicates decapador de fios, Chaves de fenda tamanhos variados, Chaves Philips tamanho variado, Martelo de pena, Ferro para soldar, Furadeira industrial e mandril, Cabo banana, 4mm, preto, vermelho, azul, verde, amarelo, Cabo banana pino agulha, 4 mm, preto, vermelho, Cabo 2mm vermelho, e , Cabo 2mm preto, branco, verde e azul, Conectores Elétricos, tipo mola, Fita isolante, Resistor de filme de carbono com resistências variadas, Capacitor tensão mínima variada e picofarads variados. Capacitor tensão mínima variadas e com capacitância nanofarads variadas, Notebook, Processador Intel Core i7, 8 GB de memória RAM, Disco Rígido com capacidade de 1 TB, com sistema operacional Windows 8			
	Eletrônica Digital		Bancada Didática com Instrumentação Integrada para Ensino de Eletrônica Digital, Multímetro Analógico de sensibilidade, Multímetro Digital com Bateria recarregável, Alicates universais com isolamento, Alicates de corte diagonal com isolamento, Alicates de bico com isolamento, Chaves de fenda, Lupa com iluminação, Protoboard sem solda, Pontas de Prova de Osciloscópio, Pontas de Prova Lógica, Circuito Integrado (diversos), Cabo de conexão tipo BNC - Garra para Gerador de Funções, LED mm e cores variadas, Cabo de conexão do tipo Pino banana - Garra Jacaré nas cores Vermelha e Preta, Cabo de conexão do tipo Garra - Garra (Jacaré) nas cores Vermelha e Preta Gravador e debugador de microcontroladores PIC e dSPIC via USB 2.0, compatível com todas as portas USB, compatível com os microcontroladores PIC das famílias 12F, 16F, 18F e 30F e 100% compatível com Windows 7 e Windows 8, Kit didático dsPIC30F3012, Kit didático para microcontrolador PIC18F4550. Gravador incluído. Cristal quartz, Soquete para circuito integrado estampado pinos variados, Microcontrolador PIC (variados), Notebook, Processador Intel Core i7, 8 GB de memória RAM, Disco Rígido com capacidade de 1 TB, com sistema operacional Windows 8.			

Campus	Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Ceilândia			<p>Alicate Amperímetro Digital, Alicate Wattímetro Digital, Fonte Simétrica com modos de corrente constante, Gerador de Funções Digital, Lupa Com Iluminação, Multímetro Digital, Multímetro Digital De Bancada, osciloscópio digital com duas entradas</p> <p>Analogicas, Capacímetro digital, osciloscópios digitais com duas entradas analógicas faixa de frequência variada, Gerador De Funções, Paquímetro Universal, Protoboard, Sugador De Solda Manual, Ferro de solda, Alicate Com Catraca, Alicate De Bico Meia-Cana, Alicate De Corte Diagonal, Alicate para cabo coaxial, Alicate push down, Decapador para cabo UTP, Alicate universal com isolamento, Alicate de corte diagonal com isolamento, Alicate de bico com isolamento, Alicate decapador de fios, Chave de Fenda de tamanhos variados, Chave Philips de tamanho variados, Martelo de pena, Régua de madeira, Arco de serra para lâmina, Rolo de fita isolante antichamas, Cortador de placa de circuito impresso com régua metálica, Resistores de filme de carbono com resistências variadas, Transistor BC variados, Capacitores tensão variadas e capacitância picofarads variadas, Capacitores tensão variadas e capacitância nanofarads variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal, Diodo emissor de luz (LED) mm e cores variados, Potenciômetro linear rotativo simples metálico vertical, Soquetes para circuito integrado estampado pinos variados, Circuito Integrado regulador de tensão, Transformador de baixa tensão, Conector do tipo plug, Chave micro switch pequena, Chave DIP switch, Conector tipo Jack P2, Notebook</p>			
	Eletrotécnica		<p>Conjunto Didático para realização de experimentos sobre Instalações Elétricas Residenciais, Quadro de distribuição bifásica e trifásica, Interruptor simples, Interruptores paralelos, Tomada 10A / 250V, Pulsador de campainha, Soquete para lâmpada de rosca, Soquete para lâmpada fluorescente, Reator convencional para lâmpada, Reator eletrônico para lâmpada fluorescente, Cabo banana, 4mm, preto, vermelho, azul, verde e amarelo, Cabo banana pino agulha, 4 mm, preto e vermelho, Cabo 2mm vermelho, preto, branco, verde e azul, Conectores Elétricos, tipo mola, Fita isolante, Alicate universal com isolamento, Alicate de corte diagonal com isolamento, Alicate de bico com isolamento, Alicate decapador de fios, Chave de fenda tamanho variados, Chave Philips tamanho variado, Martelo de pena, Régua de madeira 1m, Arco de serra para lâmina, Grifo 8", Ferro para soldar, tipo machadinha, Furadeira industrial portátil 600W, mandril 13mm (1/2"), Morsa de bancada, Protoboard sem Solda, Multímetro Analógico de sensibilidade 20kV e Bateria 9 V, Multímetro Digital com Bateria recarregável, Alicate Amperímetro Digital, Alicate wattímetro digital, Fonte simétrica com modos de tensão e corrente constante, Gerador de funções digital, Lupa com iluminação, Osciloscópio digital com duas entradas, Resistor de filme de carbono resistências variadas, Capacitores tensão variadas e capacitância nanofarads variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal, Diodo emissor de luz (LED) mm e cores variados.</p>			
	Controle e Automação		<p>Conjunto KIT equipamento para apenas para uso acadêmico (apenas placa), Controlador Lógico Programável, Módulo de expansão Analógico, Interface Homem Máquina - IHM, Inversor de Frequência, Kit Eletropneumático, Notebook, Software MATLAB, Protoboard, Fonte de alimentação de bancada, Multímetro de Digital de bancada</p>			
	Equipamentos eletrônicos e circuitos elétricos		<p>Alicate Amperímetro Digital, Alicate Wattímetro Digital, Fonte Simétrica, Gerador De Funções Digital, Lupa Com Iluminação, Multímetro Digital, Multímetro Digital De Bancada, Osciloscópio Digital, Capacímetro digital, Fonte Regulável, Gerador De Funções, Paquímetro Universal, Protoboard, Sugador de solda manual, Ferro de solda, alicate com catraca, Alicate De Bico meia-cana, Alicate de corte diagonal, Alicate para cabo coaxial, Alicate push down, Decapador para cabo, Alicate universal com isolamento, Alicate de corte diagonal com isolamento, Alicate de bico com isolamento, Alicate decapador de fios, Chave de fenda tamanho variados, Chave Philips tamanho variados, Régua de madeira, Arco de serra para lâmina, Grifo 8, Rolo de fita isolante antichamas, Cortador de placa de circuito impresso com régua metálica, Resistores de filme de carbono com valor de resistência variadas, Transistor BC variados, Capacitores de tensão mínima de 50 volts com capacitâncias variadas, Capacitores eletrolítico radial com tensões e capacitância variadas, Diodo retificador de corrente, Diodo de sinal 1N4148, Diodo emissor de luz diâmetros e cores variadas, Potenciômetro linear rotativo, Placa de fenolite virgem para circuito impresso com uma e duas faces, Soquete para circuito integrado estampado pinos variados, Circuito Integrado regulador de tensão LM 7805 e LM 7812, Circuito integrado 7404, LM555 e 4081, Transformador de baixa tensão, Conector do tipo plug P2 mono metálico, Chave micro switch pequena com haste de 27 mm com roldana, Chave DIP switch de 8 pinos, Conector tipo Jack P2 mono, Notebook, Software de Simulação de Circuitos Elétricos</p>			

Campus	Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018	
Gama	Informática	Solução Multimídia, Computador		Solução Multimídia, Computador		Solução Multimídia, Computador	
	Química Geral e Inorgânica	Solução Multimídia e Agitador de Tubos de Ensaio					
	Química Analítica e Orgânica	Agitador Eletromagnético					
	Processos e Físico-Química	Agitadores Magnético e Balanças Eletrônica de Precisão					
	Análise Instrumental	Balança Triplice Escala e Bomba D'água					
	Pesquisa e Extensão	Centrífuga Refrigerada de Bancada					
	Microbiologia	Colorímetro					
	Ciências	Condutímetro de Bancada					
	Ciências Ambientais	Conjunto Emília com Manômetro					
	Qualidade e propriedades físico- químicas de produtos vegetais	Conjunto para termometria termoeletrica, crômetro digital, densímetro, automático digital, destilador de água tipo pilsen, estufa de secagem e esterilização, estufa de secagem e esterilização evaporador rotativo à vácuo, fonte de alimentação, forno mufla, fotômetro fe chama, freezer vertical, lavadora ultra-sônica, liquidificador e triturador, medidor de fluxo, medidor venturímetro, destilador de etanol, micropipeta mecânica, moedor de bolas de bancada, multímetro digital, paquímetro digital, peneira Tyler, pipeta automática, ponto de fusão digital, refratômetro de bancada, sistema de produção de água reagentes, termômetro digital, barrilete de água, bandeja em polietileno, lavador automático de pipetas, destilador de água tipo pilsen, banho ultratermostático					
	Alimentos	Solução Multimídia, Freezer horizontal, Geladeira com refrigeração, Microondas, Purificador de água, Balança industrial, Batedeira de Manteiga, Conjunto de prensas com capacidade para 50 formas, desnatadeira, dosador/selador, fermenteira starter, iogurteira capacidade 50L, máquina para fabricação de sorvete, pasteurizador, seladora de bancada para bandejas PVC sistema gerador de água gelada/água quente, tacho para doce de leite, Tanque de fabricação retangular, tanque desador, amolador de facas elétrico, balança analítica e digital, cutter comenuizador de carnes, microcutter, defumador a gás, embutidora hidráulica, Instalação hidráulica com mangueiras flexíveis de alta pressão, estufa de cozimento, exaustor industrial, fogão Industrial, liquidificador doméstico e industrial, Misturador de massas para embutidos, moedor de carne industrial, Phmetro de bancada digital, secador a gás Potência 1/40, seladora de bancada à vácuo, seladora de pedal, Tacho a gás com geração de vapor, tanque para óleo, Vacuômetro analógico, Armário de crescimento para pães, Dispositivo de segurança, Cilindro laminador, densímetro digital Portátil, divisora de massa, fatiadora de pães, forno turbo, masseira basculante, modeladeira de pães, moedores de percussão rotativos					
	Microbiologia	Barrilete, Destilador Construído, Homogeneizador "stomacher", Ultra Freezer, Balança analítica, pipetador automático, bomba de vácuo e compressor de ar, estufa de secagem e esterilização, cronômetro digital, estufa bacteriológica, agitador orbital com incubadora, estufas incubadoras para B.O.D Jarra de anaerobiose (Jarra de Gaspak) e Impressora.					
	Logística	Solução Multimídia, Softwares específicos e Computadores					Softwares específicos e Computadores
Cooperativismo	Solução Multimídia, Softwares específicos e Computadores					Softwares específicos e Computadores	
Gestão	Solução Multimídia, computadores e Softwares específicos					Solução Multimídia, computadores e Softwares específicos	

Campus	Laboratório	2014	2015	2016	2017	2018
Riacho Fundo	Informática	Projeter iterativo.				
	Bar e Restaurante	Freezer vertical e freezer horizontal				
	Laboratórios de Cozinha	Adega de vinhos, amplificador de som, armário para assadeiras, balança de piso, balança digital, bacia refrigerado, batedeira, batedeira planetária, blender, câmara de fermentação controlada, câmara fria de congelamento, câmara fria de resfriamento, cilindro coifa, cutter de mesa, divisora de massas manual, embaladora manual, estante para câmara fria, estante para estoque, blender, extrator de cítricos, fatiadora de frios, fatiadora de pães, fogão 4 bocas, forno combinado forno de lastro, freezer, freezer vertical, fritadeira liquidificador, máquina de café expresso, máquina de gelo, máquina de lavar copos, masseira extrator de cítricos, liquidificador Microondas Mixer de mão, Modeladora, moedor de carnes, moedor para grãos de café, Papeleira, processador de alimentos, refrigerador, Resfriador de água, Resfriador rápido Seladora da vácuo, tela retrátil, computador + Monitor, Impressora, Caixa de som 75w e projetor.				Amplificador de som, balança digital, batedeira, batedeira planetária, blender caixa de som 75w, extrator de cítrico liquidificador, mixer de mão processador de alimentos.
Samambaia	Música	Mesa de som de no mínimo 12 canais, amplificador, pedestais articulados para microfones, microfones, microfones condensadores com pedestais violões Nylon Encordoamentos para violões Nylon, estantes de partituras e desmontáveis, suportes/apoio para os violões, teclado arranjador e apoios de pés para violonistas				
	Materiais de Construção Tipografia	Agitador de peneiras eletromagnético Luxímetro digital – Luxímetro digital portátil Megômetro digital, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, balança de precisão balança digital, bomba de vácuo e ar comprimido, aparelho para ensaio de arrancamento manual com indicador digital de força, balança eletrônica digital, balança mecânica, bomba de vácuo e ar comprimido para laboratório, com manômetro, vacuômetro e reguladores célula de carga cap. 10 TON --1000kgf/Celula de carga cap. 5 TON--500kgf/Contador de golpes para Mini-MCVDispositivo de Rlen, Estufa microprocessada de secagem/fundeira de Impacto Higrotermômetro para ambientesInfiltrômetro para Campo Kit com 2 LVDT's para módulo de resiliênciaLocalizador de barras de aço e determinador do cobrimento de concreto em barrasMedidor de ar incorporado pelo método pressométrico em argamassaMedidor de Densidade de SoloPaquímetro Universal Penetrômetro de Cone para SoloPenetrômetro MCTPrensa para adensamentoPrensa para ensaio mini-CBRRelógio comparador analógicoSecador de ar comprimido por resfriamento, soquete CBR/Proctor elétrico, unificador centrífugo de aspersão, cisalhamento direto, coletor de dados para prensa de adensamento com software, compressor de ar pressão máxima, equipamento completo p/sondagem a percussão granulômetro laser para análise granulométrica de materiais com faixa de medição 0,2 microns a 500 microns, indicador digital para transdutor, triaxial estático automático para solos e/ 1 câmara triaxial estático e dinâmico para solos.				
	Solos	Termômetro digital portátil (tipo espeto), relógio comparador curso de 10mm	Termômetro digital portátil (tipo espeto), relógio comparador curso de 10mm, balança de precisão de 0,01g – capacidade de 2100g, balança eletrônica de precisão 0,1g e carga de 5000g, estufa de secagem e esterilização cronometro digital portátil.	Conjunto para ensaio cbr em campo	Agitador de peneiras eletromecânico de bancada	
	Tipografia	Estação total de topografia, nível Eletrônico de precisão digital, teodolito eletrônico, agitador mecânico digital autoclave vertical câmara climática com controle de umidade, chapa aquecedora retangular microprocessada espectrofotômetro, estufa de secagem com circulação/renovação de ar e viscosímetro digital giratório de bancada	Nível Eletrônico de precisão digital, estação Total de topografia.			
	Produção Moveleira	Produção moveleira, agitador mecânico digital, autoclave vertical câmara climática com controle de umidade relativa e temperatura, chapa aquecedora retangular, microprocessada espectro fotômetro, estufa de secagem com circulação/renovação de ar, viscosímetro digital giratório de bancada				
	Meio Ambiente	Agitador jar test o provas básico, agitador mecânico digital, capacidade de 2,5 litros, balança analítica com calibração externa, bloco digestor Micro Estereomicroscópio binocular, microscópio biológico binocular, contador digital de colônias, clorímetro portátil para cloro balança analítica digital – 210gx0,0001g, agitador jar test 6 provas básico, agitador mecânico digital, capacidade, balança analítica com calibração externa bloco digestor m micro estereomicroscópio binocular Microscópio biológico binocular contador digital de colônias clorímetro portátil para cloro balança analítica digital – 210gx0,0001g, condutivímetro portátil, com temperatura automática digestor, destilador de Kjeldahl, espectrofotômetro UV/Vis, display "TOUCH SCREEN", estufa de secagem analógica medidor de pH de bancada macroprocessa, medidor multiparametros digital de bancada, microcentrífuga para 24 tubos de 1,5 µL, turbidímetro portátil e turbidímetro para amostra de 15mL	Agitador magnético com aquecimento datalogger de temperatura e umidade, medidor portátil de Oxigênio e Garrafa de van dorn.			

São Sebastião	Secretariado	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários e cadeiras.				
	Saúde e Cuidados	Chuveiro, pias, vaso sanitário, macas, berços, armários.				
	Imagem Pessoal	Lavatórios de cabelo, cadeira de cabeleireiro, macas, armários.				
	Multimeios Didáticos	Projektor, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários.				
	Informática	Computadores, mesas, armários.				
Taguatinga	Eletromecânica	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios	Equipamentos para automação industrial e adequação dos laboratórios
	Informática	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações	Computadores, servidores, equipamentos de rede de computadores, analisadores de protocolo, analisadores de rede, e equipamentos de telecomunicações
	Física	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos	Equipamentos de mecânica, termodinâmica, óptica, eletricidade, física moderna, vibração, fluidos
	Química	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de química para o ensino médio e licenciatura
	Biologia	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura	Equipamentos de biologia para o ensino médio e licenciatura
Taguatinga Centro	Informática	Computador Desktop, Mesa de 120cm, Cadeiras				

10.5 Cronograma de ampliação das Instalações Físicas

Não há previsão de ampliação das Instalações Físicas dos dez *campi* do IFB, mas a consolidação dos *campi* já estabelecidos. Poderá haver, no entanto, previsão de ampliação do número de *campi*, segundo proposta de expansão governamental da Rede Federal. No âmbito do Instituto Federal de Brasília considera-se para cálculos, a criação de mais três *campi* nos próximos cinco anos, possivelmente serão criados os *Campus* Brazlândia, Sobradinho e um outro a ser definido pelo Ministério da Educação.

10.6 Princípios Norteadores para a Caracterização de Novos Investimentos em Infraestrutura

Os quadros abaixo pretendem orientar a implantação de novos espaços, descritos **Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI**, para o Instituto Federal de Brasília, apresentando na forma de indicadores uma proposta de avaliação e acompanhamento que pode ser realizada ainda na etapa de contratação, especificação de projeto básico para licitação.

Entende-se por princípio uma característica construtiva intrínseca ao projeto. Os princípios são as decisões preliminares de projeto, que precisam ser consideradas antes das demais decisões. Já os critérios de dimensionamento são parâmetros para o detalhamento ou dimensionamento dos espaços já caracterizados pelos princípios de projeto no partido arquitetônico.

Quadro 43 – Princípios Norteadores para a Caracterização de Novos Investimentos em Infraestrutura

Princípio	Descrição	Caracterização
Flexibilidade	Quando a edificação é concebida considerando o dinamismo da atividade e possíveis mudanças ao longo de sua vida útil.	Regularidade e modulação estrutural; Uso de espaços padronizados (módulos e submódulos espaciais); Independência de instalações entre unidades, possibilitando isolamentos para manutenção sem atingir outras unidades. Preferencialmente utilizar <i>shafts</i> e espaços intersticiais de manutenção com entrada independente; Uso de paredes não estruturais; Utilizar pé direito com folga para possíveis passagens de instalações horizontais futuras;
Acessibilidade	Possibilidade e condição de alcance, percepção e	Todos os ambientes devem cumprir na integralidade as exigências da NBR

	entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.	9050/94, presentes no roteiro de avaliação proposto pela Coordenação do NAPNE.
Expansão	Quando a edificação é projetada como um empreendimento não finalizado em sua totalidade, possibilitando futura expansão segundo novas possibilidade de formação profissional.	Programar a ocupação do lote (taxa de ocupação) em 50% do valor permitido pela municipalidade para o lote; Nos locais onde seja mais provável a expansão da atividade, alocar áreas administrativas contíguas, que podem ser facilmente realocadas;
Sustentabilidade	A espaços devem ser concebidos segundo os princípios básicos de uma construção sustentável, que são: qualidade ambiental interna e externa; redução do consumo energético; redução de resíduos; redução do consumo de água; aproveitamento das condições naturais locais; implantação e análise do entorno; reciclar, reutilizar e reduzir resíduos sólidos; inovação.	Redução do consumo energético – preferência por sistemas de consumo energético na produção das matérias e insumos para a implantação e manutenção da atividade proposta de baixo consumo energético (energia de transformação de bens; baixo custo de transporte e logística; preferência por iluminação natural diurna; preferência por iluminação artificial de alta eficiência energética quando da necessidade de sua existência; preferência por nenhuma ou mínimo consumo de climatização induzida); Redução de resíduos - preferência pelo consumo de materiais, produtos e insumos para a implantação e manutenção da atividade proposta que envolvam baixa produção de resíduos e embalagens (balanço entrada e saída de materiais); Redução do consumo de água – elaboração de instalações de água e esgoto de forma a minimizar o consumo de água (reaproveitamento das águas cinzas; coleta de águas das chuvas; minimização de irrigação; utilização de tubulações e equipamentos que otimizem o consumo de água; preferir o uso de bacias com caixa acoplada de baixo consumo hídrico a válvulas de descarga; preferir sistemas de tratamento de esgoto biodegradáveis); o aproveitamento das condições naturais locais – preferir uma implantação da edificação que privilegie as ventilações e iluminação naturais, evite o manejo de poluentes líquidos e que minimize movimentos de terra e interferências nos cursos naturais das águas e nascentes; condições de acesso -minimizar a necessidade de realização de viagens motorizadas individuais (alto consumo de CO ²), induzindo a utilização de modos coletivos, transporte público, não motorizado e que utilizem combustíveis menos agressores do meio ambiente; promoção da reciclagem, reutilização e redução dos resíduos sólidos – prever um plano de manejo de resíduos e espaços destinados ao armazenamento e reprocessamento de resíduos sólidos;

Princípio	Descrição	Caracterização
Conforto ambiental	Organizar as atividades na edificação e/ou propor medidas construtivas que amenizem o desconforto térmico, acústico, luminoso, etc.	<p>Iluminação – seguir parâmetros mínimos (ver normas ABNT) para iluminação natural e artificial. Evitar especificação de materiais que possam provocar ofuscamento ou brilho indesejável junto às projeções e quadros de sala de aula;</p> <p>Conforto térmico – adaptação da edificação às exigências climáticas de cada região. Evitar insolação direta, ou implantar controle dessas, a oeste e norte (ou composição dessas orientações) em ambientes de grande permanência diurna;</p> <p>Inércia térmica – propor materiais de vedação e revestimento para o exterior, paredes e cobertura, com maior resistência térmica das paredes;</p> <p>Geração interna de calor – isolar fontes internas de geração de calor;</p> <p>Ventilação – Incluir, e dimensionar adequadamente e em todos os ambientes, mesmo com o uso de condicionadores de ar, a possibilidade de ventilação natural, para o meio externo, e preferencialmente com o uso da ventilação cruzada. Para ambientes de permanência transitória pode-se considerar dispositivos de ventilação permanente.</p> <p>Conforto Acústico – adequar níveis de ruídos nos ambientes aos limites previstos em norma para cada atividade. Isolar fontes externas de ruído (aeronáutico, de tráfego, etc.) pela localização e orientação do edifício e/ou aplicação de barreiras acústicas;</p> <p>Sinalização visual – adequar a orientação de fluxos e identificação dos ambientes racionalmente, para fluxos seletivos, orientação rápida e desenho universal.</p>

Princípio	Descrição	Caracterização
Desenho Universal	Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.	<p>São pressupostos do conceito de desenho universal:</p> <ol style="list-style-type: none"> Equiparação nas possibilidades de uso - o <i>design</i> é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas. Flexibilidade no uso - o <i>design</i> atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades. Uso Simples e intuitivo - o uso do <i>design</i> é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário. Captação da informação - o <i>design</i> comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais. Tolerância ao erro - o <i>design</i> minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas. Mínimo esforço físico - o <i>design</i> pode ser utilizado com um mínimo de

		<p>esforço, de forma eficiente e confortável.</p> <p>g. Dimensão e espaço para uso e interação - o <i>design</i> oferece espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário.</p>
Simplificação e sistematização de instalações prediais	Organizar sistemas de instalações prediais de forma racional e facilmente identificável, que privilegie a independência para a manutenção, controle de surtos e atenção aos sinistros.	<p>Localizar centrais energéticas e de equipamentos de forma a diminuir percursos de distribuição;</p> <p>Áreas com exigências semelhantes de equipamentos e instalações deveriam estar contíguas;</p> <p>Facilidade de acesso aos sistemas de manutenção corretiva e preventiva;</p> <p>Respeito às normas brasileiras e das concessionárias locais de serviços;</p> <p>Implantas estratégias de economia e conservação de energia;</p>
Modicidade de Manutenção	Considerar na concepção da edificação o barateamento da manutenção preferencialmente à instalação inicial, mesmo com custos menos competitivos.	<p>Uso preferencial de materiais de disponibilidade local para a substituição/manutenção predial;</p> <p>Especificação de materiais de maior vida útil;</p> <p>Especificação de materiais menos suscetíveis ao vandalismo;</p>

Quadro 44 – Critérios a serem observados para a Infraestrutura

Critério	Descrição	Avaliação	
		Indicador	Parâmetro
Circulação interna de veículos;	Disposições sobre a circulação de veículos no interior dos <i>campi</i> ;	I= largura mínima por sentido de circulação; I= raio de giro;	- Largura maior ou igual a 3,20m e raio de giro maior ou igual a 6,0m;
Áreas de alimentação	Disposição sobre áreas de alimentação	I= área de preparo em m ² ; I= área de mesas em m ² ;	- A área de mesas deve ter área igual ou maior que a área de preparo de alimentos;
Área para resíduos	Disposição de áreas para depósito intermediário de resíduos compatíveis com o lixo doméstico (sem coleta especial);	I= área interna do compartimento em m ² ; I = dimensão mínima do compartimento em m;	- Conferir na administração municipal e legislação ANVISA, o mínimo exigido em cada localidade e outras disposições sobre resíduos específicos; - Área igual ou maior a 5,00m ² , com disposição para materiais não orgânicos e recicláveis; - Largura maior ou igual a 1,50m;
Áreas de lazer	Disposição de áreas alternativas para permanência de alunos e outros usuários fora do horário de aulas. Devem ser previstas áreas cobertas e descobertas e privilegiem o encontro de pequenos grupos	I = área coberta de lazer em m ² ; I = área descoberta de lazer em m ² ;	- Área mínima de 2,00m ² por aluno para área coberta, com espaços de convivência devidamente tratados; - Área mínima de 4,00m ² por aluno para área descoberta, com espaços de convivência devidamente tratados;
Áreas para equipes de apoio	Disposição de áreas para o conforto de funcionários de serviços terceirizados ou equipes próprias de manutenção, para serviços de apoio. Deve incluir vestiários, banheiros com chuveiros, e área de aquecimento e consumo de refeições.	I= área interna de todos os compartimentos para este fim em m ² ;	Área igual ou maior que 2,5m ² por funcionário. Construir banheiros e vestiários acessíveis divididos por sexo;
Áreas de manutenção Depósitos áreas de C/D	Disposição de áreas de manutenção e limpeza. Depende do nível de manutenção realizado por equipe própria e serviços terceirizados. Este indicador avalia apenas o aspecto da limpeza predial;	I= número de Depósitos de Material e Limpeza - DML	Mínimo de um DML por andar de atividades acadêmicas e administrativas; Para atividades laboratoriais, pode ser integrado ao espaço laboratorial;

11. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

Os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção de instalações, bem como os gastos relacionados às suas necessidades de investimentos, são supridos, em sua maioria, por recursos provenientes do orçamento público da União Federal.

Os recursos orçamentários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA). O orçamento anual do IFB atingiu em 2013 o montante de R\$145.635.118,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e dezoito reais), incluindo-se a previsão de arrecadação de receitas próprias, compreendendo as despesas de manutenção, investimentos, pessoal ativo e inativo, ou seja, todas as despesas relativas à Reitoria e aos *campi*.

As receitas orçamentárias captadas são oriundas de recursos diretamente arrecadados pelo IFB na venda de produção vegetal, animal e derivados, serviços administrativos diversos, fornecimento de alimentação e aplicação de recursos na conta única.

A grande maioria das descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos até o exercício de 2011 foram firmados com a SETEC/MEC, o que subsidiou em maior volume a construção de *campi*, implantação e melhoria da educação tecnológica.

Como estratégia de gestão financeira, além dos recursos oriundos do Tesouro, buscar-se-á parcerias e convênios, bem como aumentar a arrecadação de receitas próprias, a fim de assegurar a sustentabilidade de outros projetos não contemplados no PDI.

A tabela a seguir apresenta a evolução do orçamento anual do IFB, no período de 2009 - 2013. Tal evolução refere-se aos recursos necessários para suprir os custos com manutenção e novos investimentos.

11.2 Evolução do Orçamento Anual do IFB

Quadro 45 – Evolução do Orçamento Anual do IFB

Evolução do Orçamento Anual do IFB					
EXERCÍCIO	2009 R\$	2010 R\$	2011 R\$	2012 R\$	2013/ R\$
Recursos do Tesouro Nacional	8.942.937,88	45.484.750,21	97.706.295,94	139.759.882,37	143.817.436,02
Recursos Próprios	4.215,00	374.524,52	265.873,56	982.374,64	152.982,58
Recursos Descentralizados pela SETEC	4.882.985,00	4.908.604,74	5.647.175,68	284.404,77	-
Recursos Descentralizados SPO/MEC	-	-	-	1.303.586,28	-
Recursos Descentralizados por Outros Órgãos	6.301,00	8.517,50	1.196.014,92	2.736.594,68	121.434.24,17
TOTAL	13.836.438,88	50.776.396,97	114.815.360,10	145.066.842,74	156.126.802,77
Pessoal e Encargos	6.426.545,05	16280817,86	27687399,77	38.131.620,50	52569658,09
Outras Despesas Correntes	1105167,4	10569122,86	25.135.001,87	31616652,17	48787923,22
Investimentos	6304726,43	23926456,25	61992958,46	75.318.570,07	54769221,46
TOTAL	13.836.438,88	50.776.396,97	114.815.360,10	145.066.842,74	156.126.802,77

Nota: Tendo em vista que o exercício de 2013 encontra-se em andamento, foram consideradas para fins de informação as Dotações Atualizadas, ou seja, créditos orçamentários e adicionais, bem como cancelamentos e remanejamentos de dotações, com base em 08/11/2013. O valor dos recursos próprios corresponde à receita estimada na LOA 2013. Não foram informados os totais de recursos recebidos por descentralização devido ao exercício ainda não ter se encerrado.

11.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)

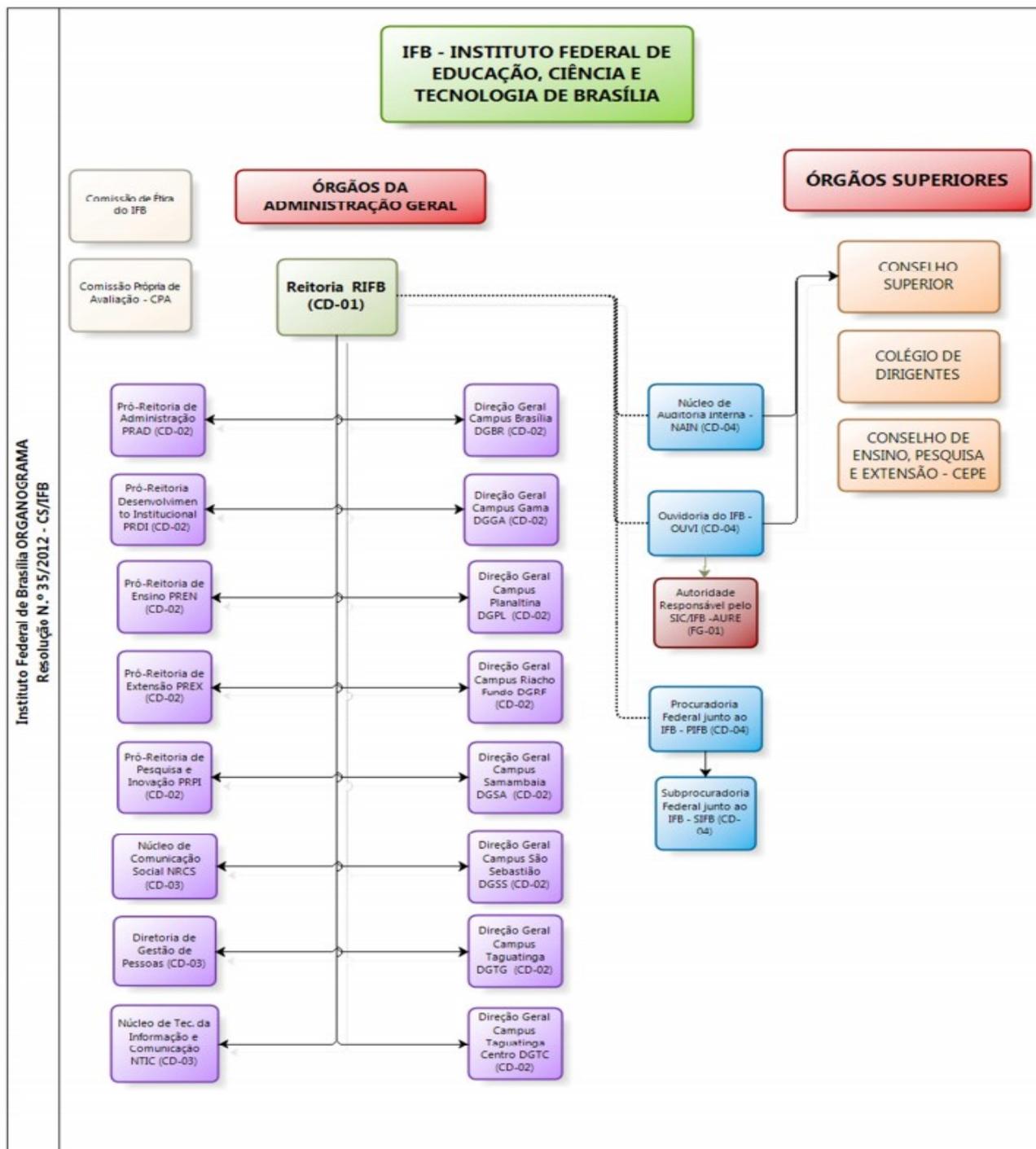
Quadro 46 – Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos)

DEMONSTRATIVO – ANO		2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS						
Anuidade / Mensalidade (+)		R\$ 0,00				
Bolsas (-)		R\$ 3.687.936,00	R\$ 3.906.261,81	R\$ 4.140.637,52	R\$ 4.389.075,77	R\$ 4.652.420,32
Diversos (+)		R\$ 121.668.112,00	R\$ 128.870.864,23	R\$ 136.603.116,08	R\$ 144.799.303,05	R\$ 153.487.261,23
Financiamentos (+)		R\$ 0,00				
Inadimplência (-)		R\$ 0,00				
Serviços (+)		R\$ 720.476,00	R\$ 763.128,18	R\$ 808.915,87	R\$ 857.450,82	R\$ 908.897,87
Taxas (+)		R\$ 0,00				
DESPESAS						
Acervo Bibliográfico (-)		R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.059.200,00	R\$ 1.122.752,00	R\$ 1.190.117,12	R\$ 1.261.524,15
Aluguel (-)		R\$ 900.128,00	R\$ 953.415,58	R\$ 1.010.620,51	R\$ 1.071.257,74	R\$ 1.135.533,21
Despesas Administrativas (-)		R\$ 1.476.486,00	R\$ 1.563.893,97	R\$ 1.657.727,61	R\$ 1.757.191,27	R\$ 1.862.622,74
Encargos (-)		R\$ 18.200,00	R\$ 19.277,44	R\$ 20.434,09	R\$ 21.660,13	R\$ 22.959,74
Equipamentos (-)		R\$ 5.805.000,00	R\$ 6.148.656,00	R\$ 6.517.575,36	R\$ 6.908.629,88	R\$ 7.323.147,67
Eventos (-)		R\$ 900.000,00	R\$ 953.280,00	R\$ 1.010.476,80	R\$ 1.071.105,41	R\$ 1.135.371,73
Investimento (compra de imóvel) (-)		R\$ 20.036.576,00	R\$ 21.222.741,30	R\$ 22.496.105,78	R\$ 23.845.872,12	R\$ 25.276.624,45
Manutenção (-)		R\$ 17.493.672,00	R\$ 18.529.297,38	R\$ 19.641.055,23	R\$ 20.819.518,54	R\$ 22.068.689,65
Mobiliários (-)		R\$ 2.000.128,00	R\$ 2.118.535,58	R\$ 2.245.647,71	R\$ 2.380.386,57	R\$ 2.523.209,77
Pagamento Pessoal Administrativo (-)		R\$ 23.140.125,75	R\$ 24.510.021,19	R\$ 25.980.622,47	R\$ 27.539.459,81	R\$ 29.191.827,40
Treinamento (-)		R\$ 1.230.800,00	R\$ 1.303.663,36	R\$ 1.381.883,16	R\$ 1.464.796,15	R\$ 1.552.683,92
Pagamento Professores (-)		R\$ 43.624.519,25	R\$ 46.207.090,79	R\$ 48.979.516,24	R\$ 51.918.287,21	R\$ 55.033.384,44
Pesquisa e Extensão (-)		R\$ 1.075.017,00	R\$ 1.138.658,01	R\$ 1.206.977,49	R\$ 1.279.396,14	R\$ 1.356.159,90
RECEITAS		122.388.588,00	129.633.992,41	137.412.031,95	145.656.753,87	154.396.159,10
DESPESAS		122.388.588,00	129.633.992,41	137.412.031,95	145.656.753,87	154.396.159,10

12. ANEXOS

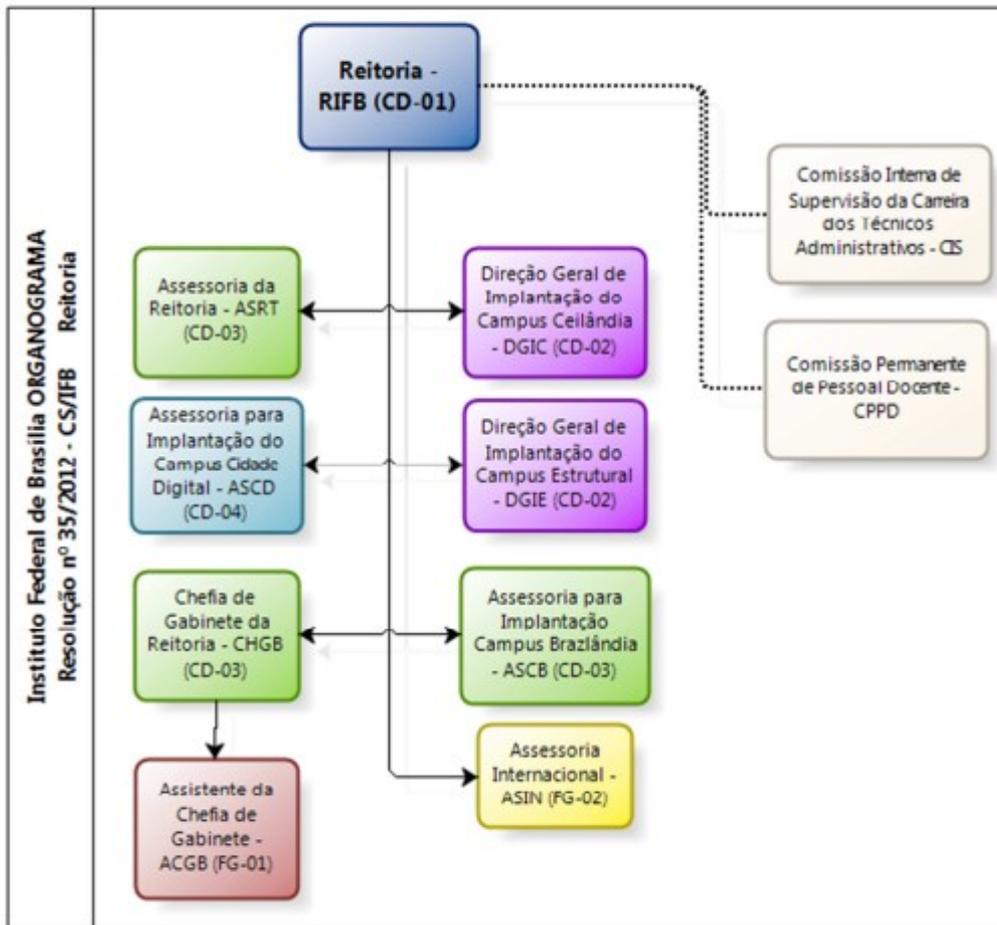
12.1 Anexo I – Organograma Atual do IFB

Organograma – IFB.

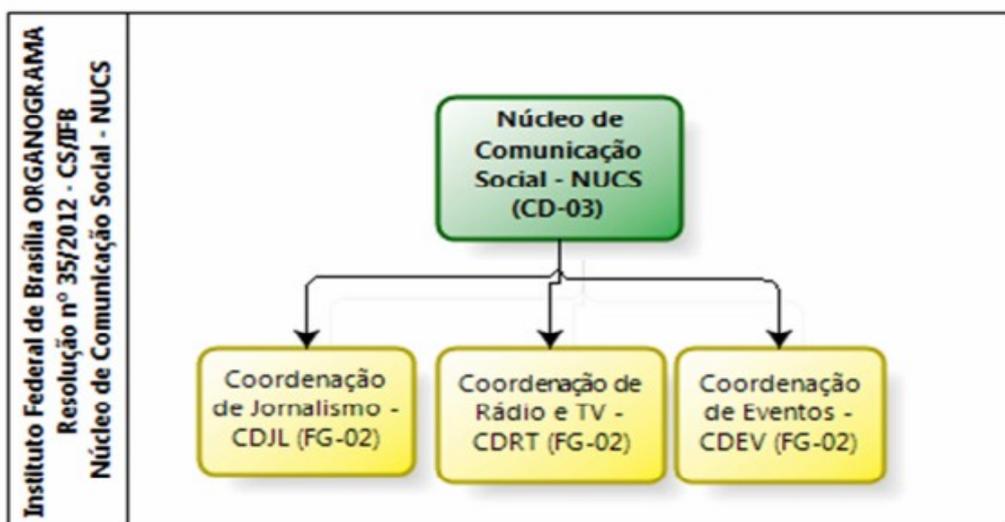


Organograma – Reitoria (Gabinete).

Organograma – Reitoria.

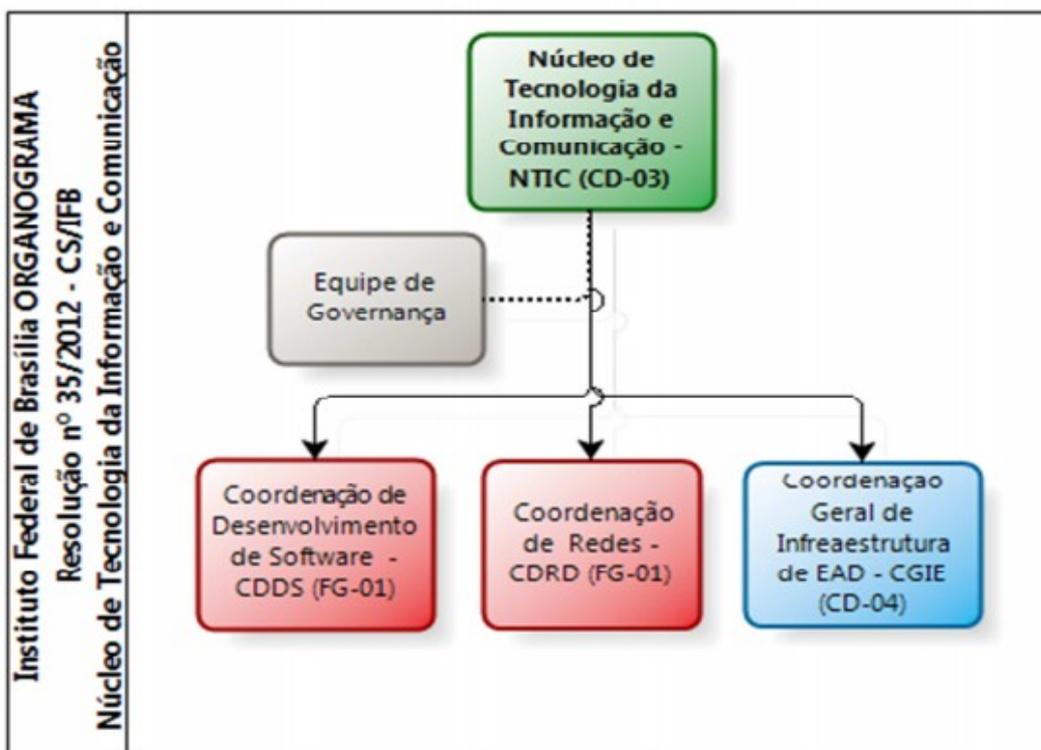


Organograma – Núcleo de Comunicação Social.

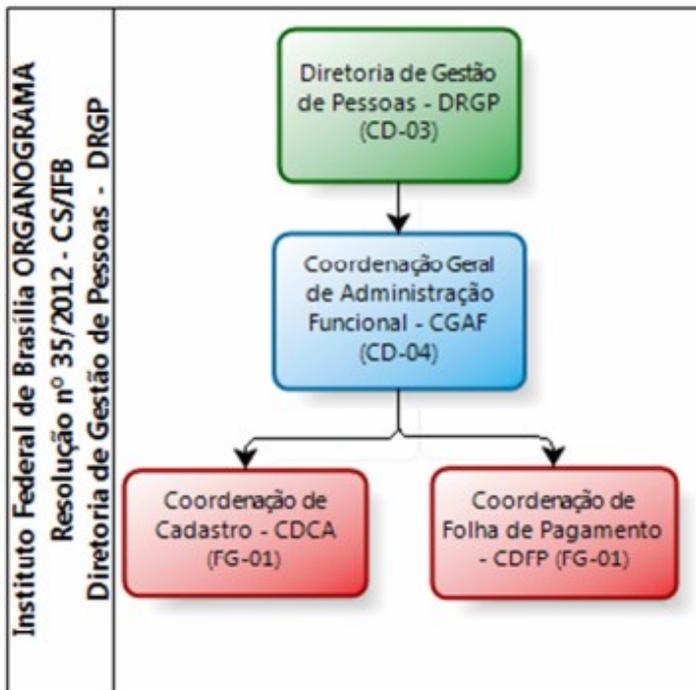


Powered by
bizagi
Modeler

Organograma – Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

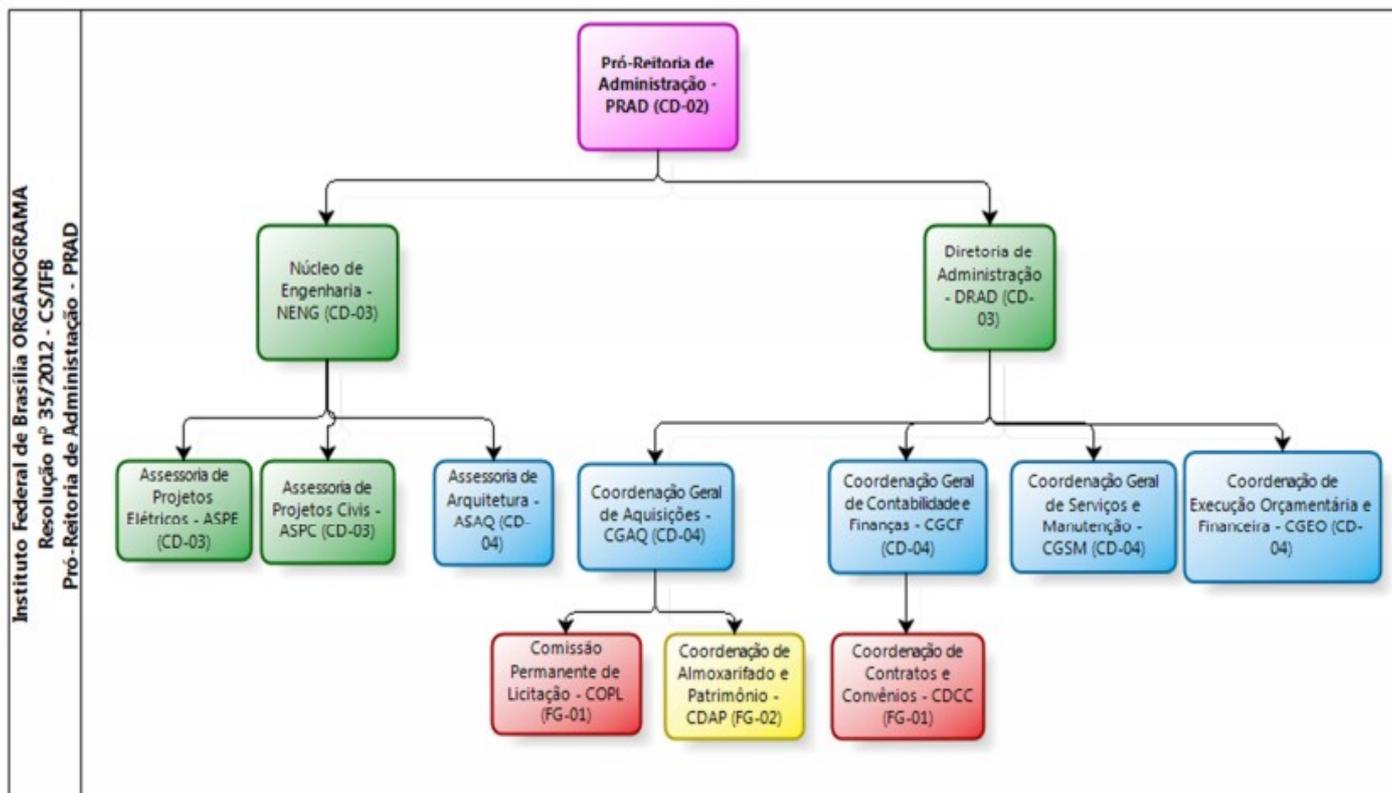


Organograma – Diretoria de Gestão de Pessoas.

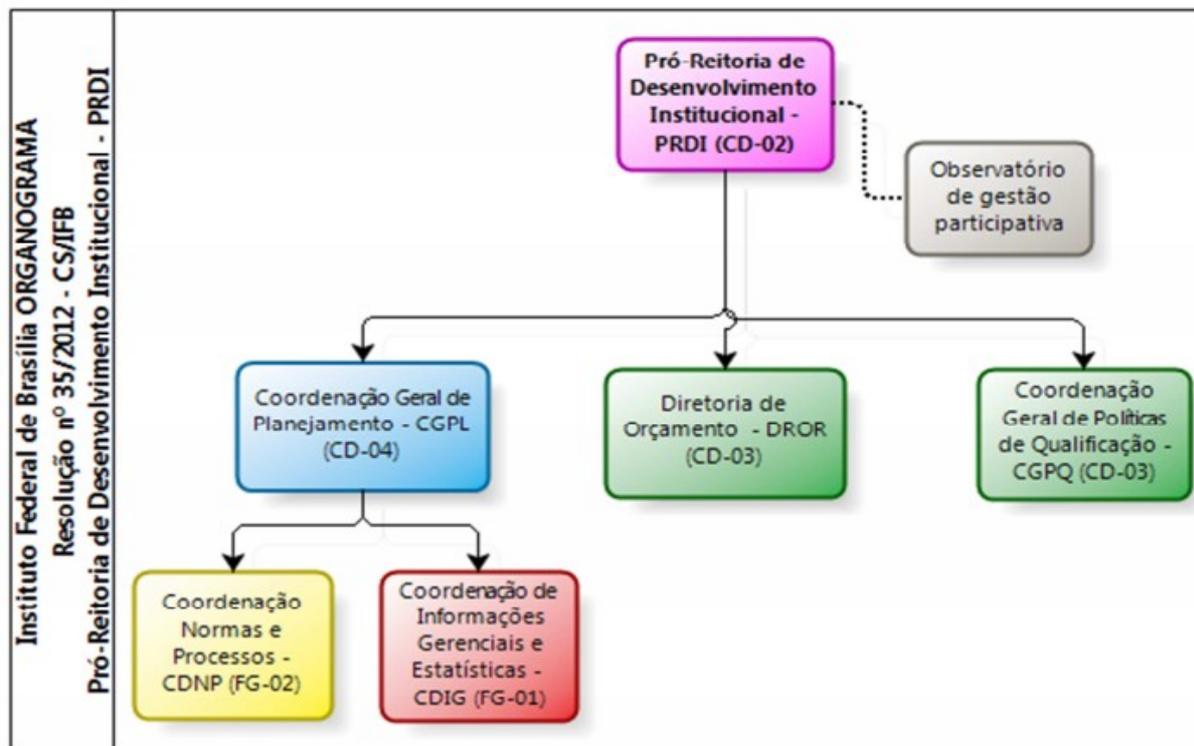


Powered by
bizagi
Modeler

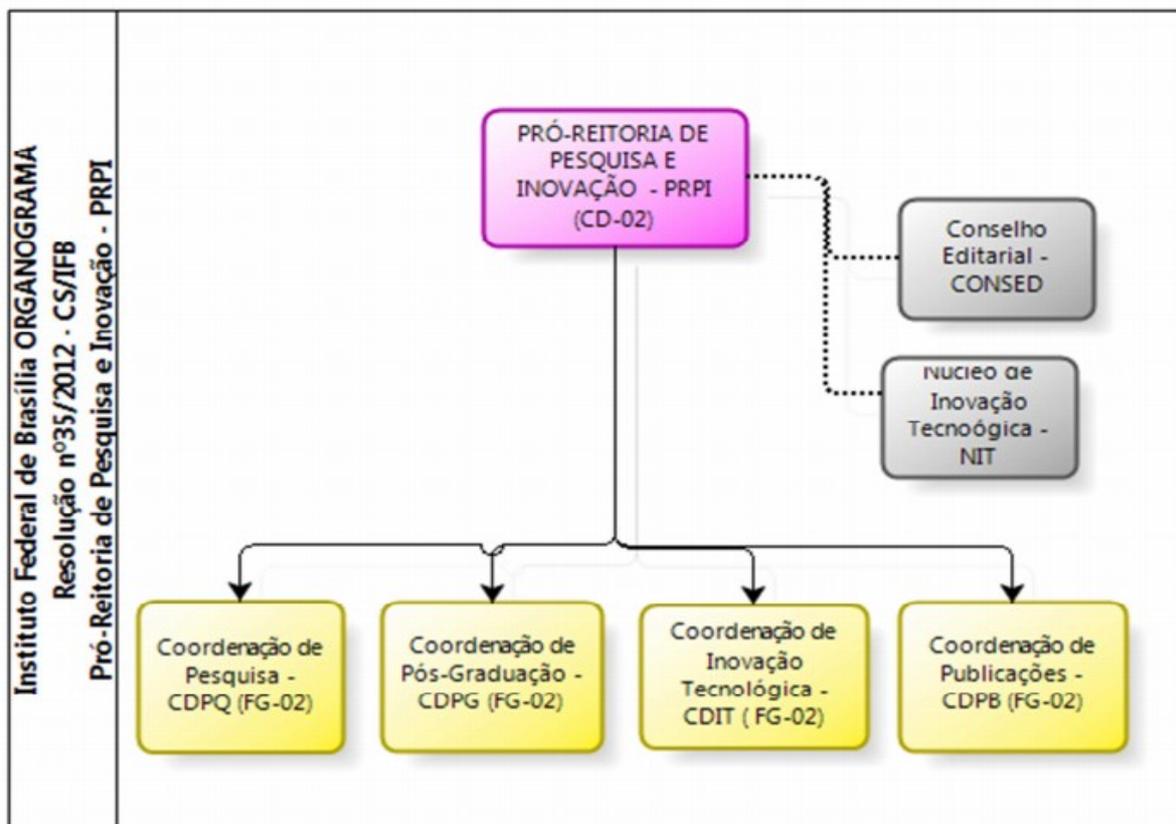
Organograma – Pró-Reitoria de Administração.



Organograma – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

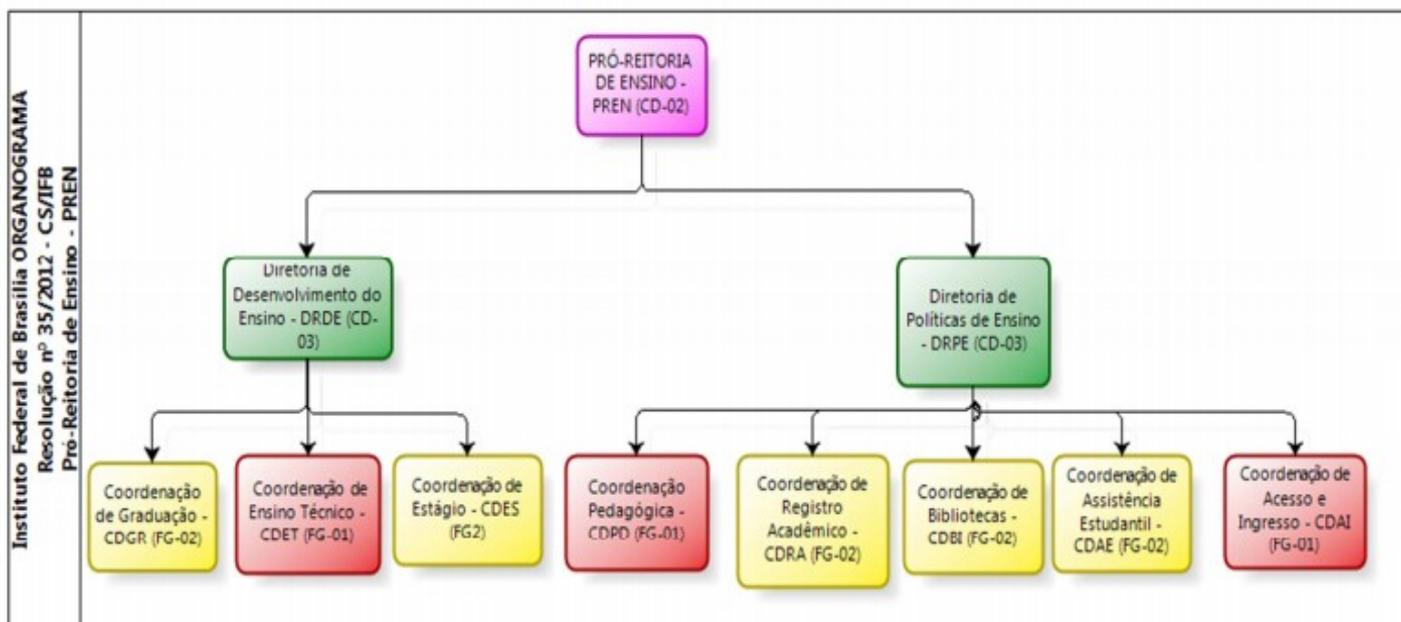


Organograma – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

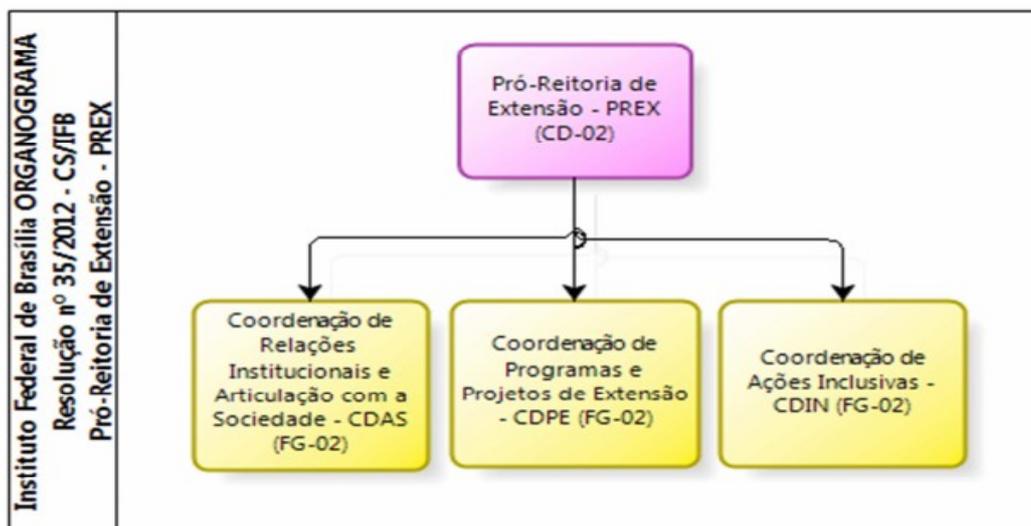


Powered by
bizagi
Modeler

Organograma – Pró-Reitoria de Ensino.

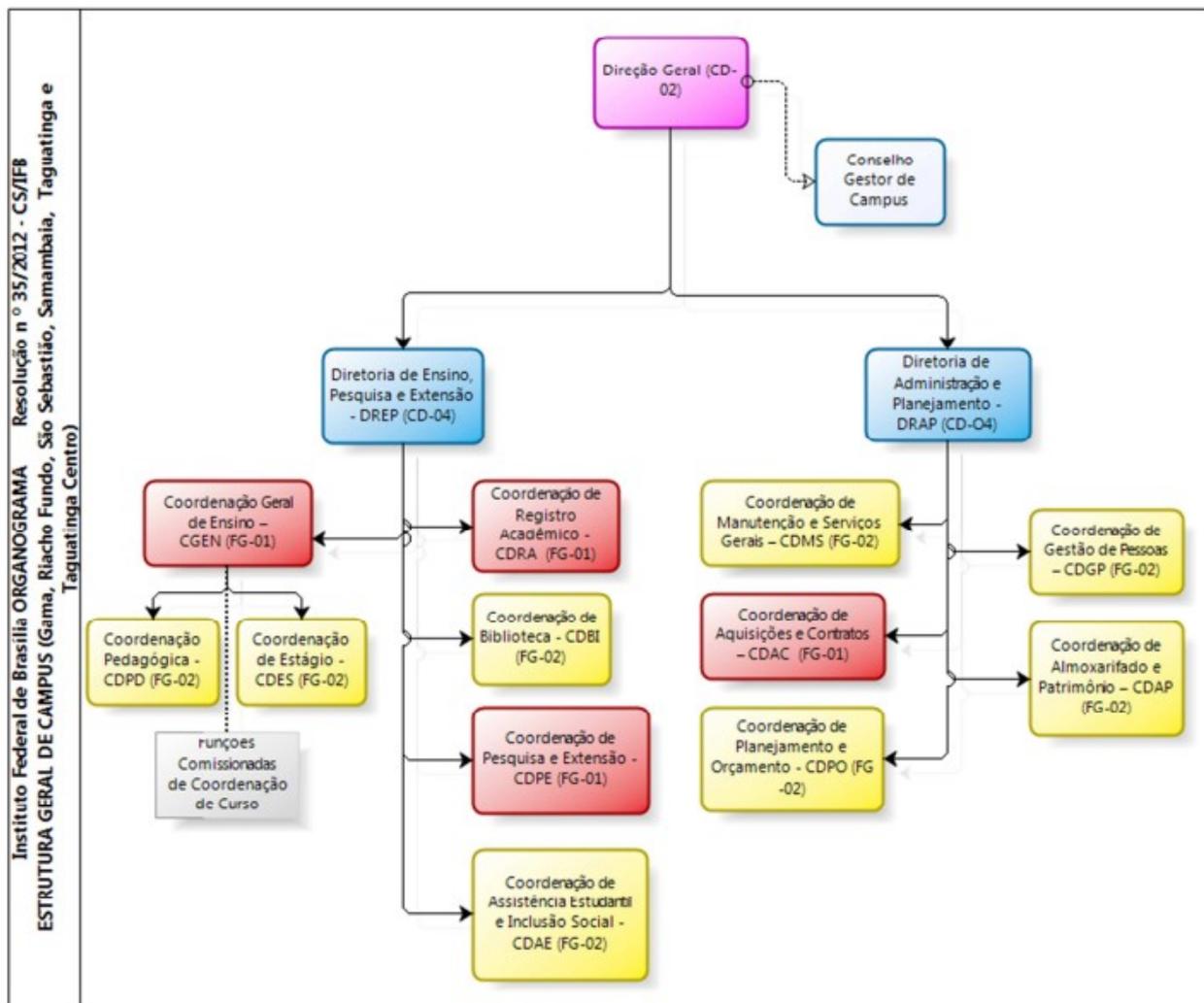


Organograma – Pró-Reitoria de Extensão.

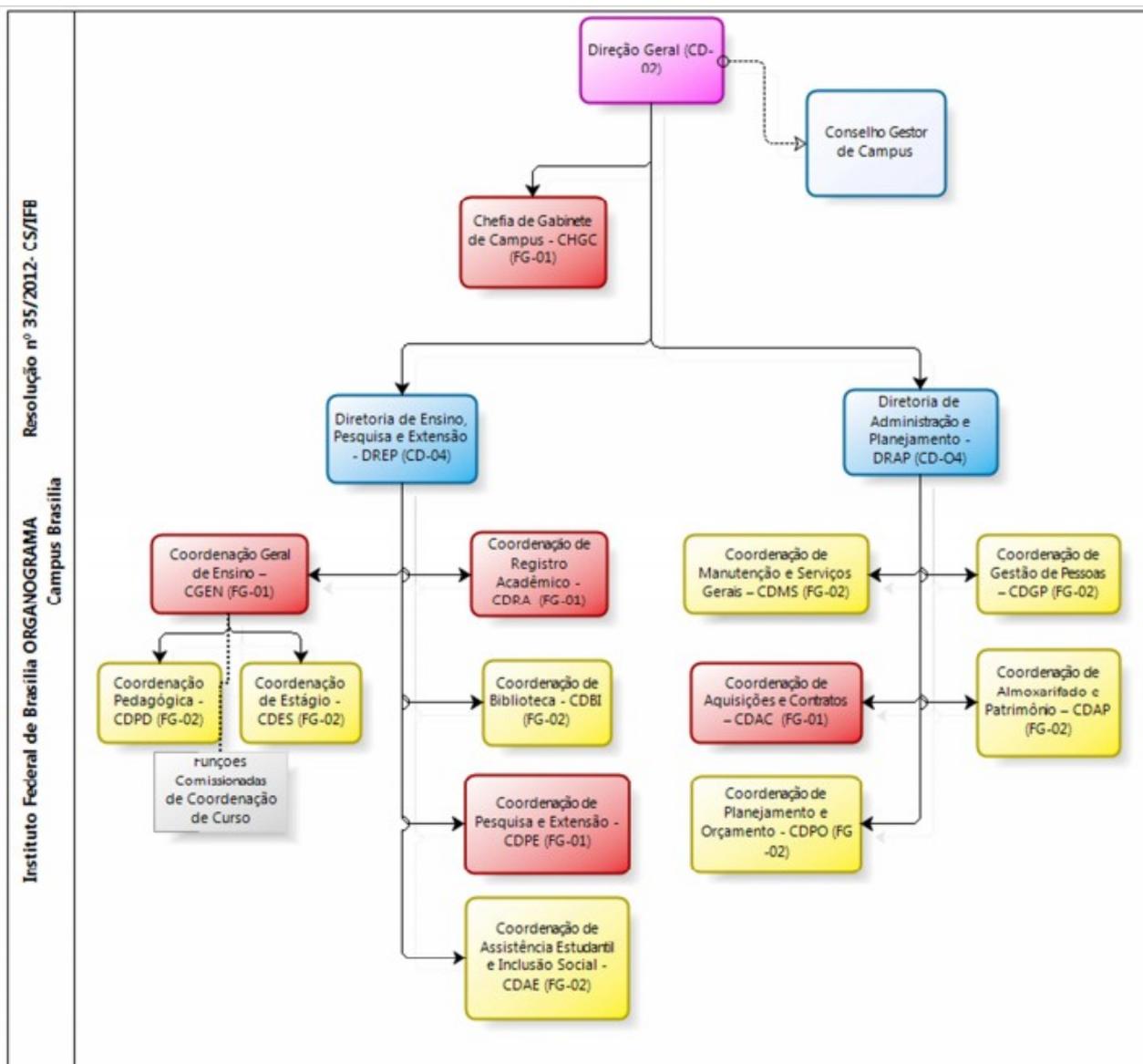


Powered by
bizagi
Modeler

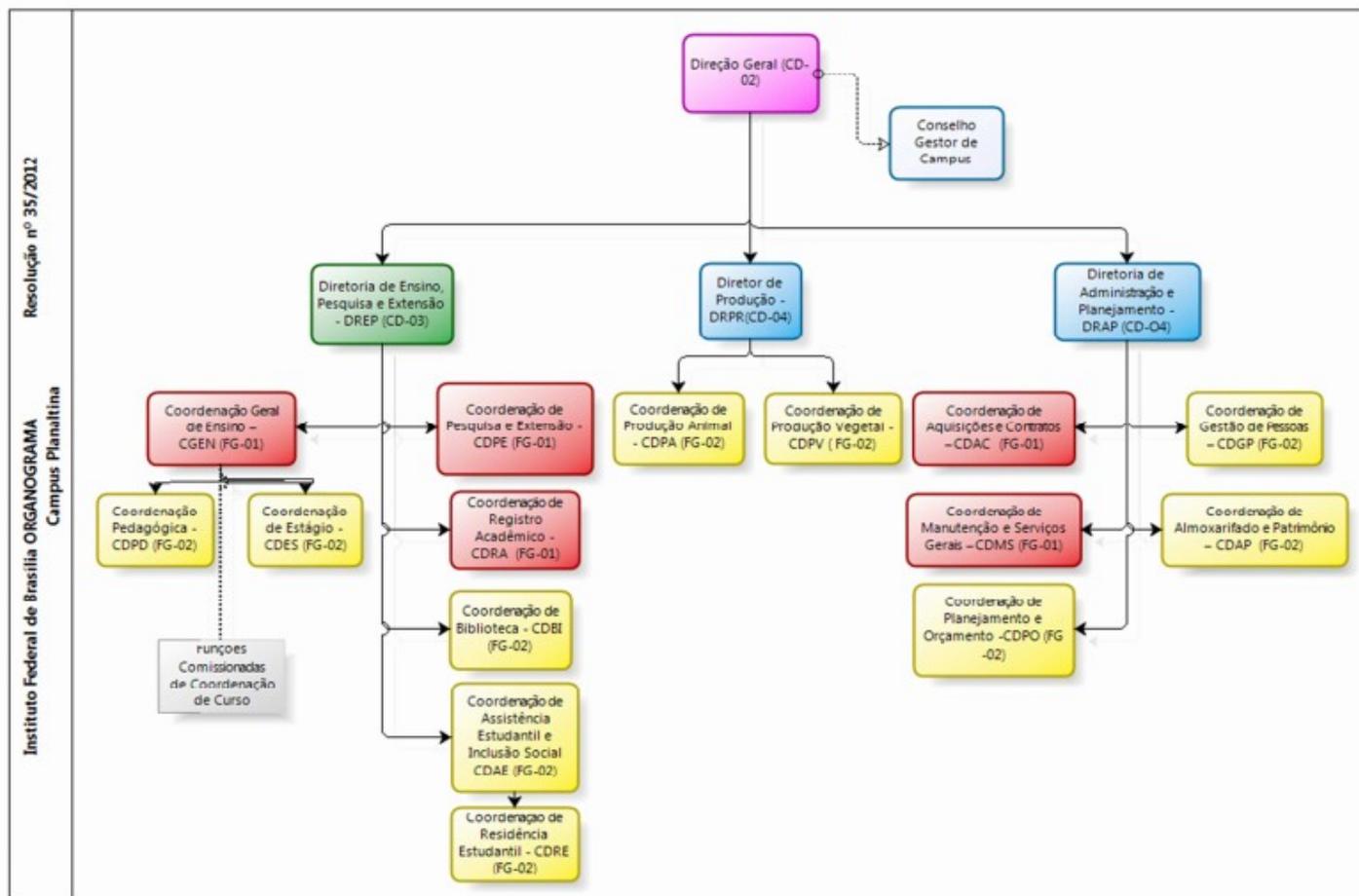
Organograma – Estrutura Geral de *Campus*.



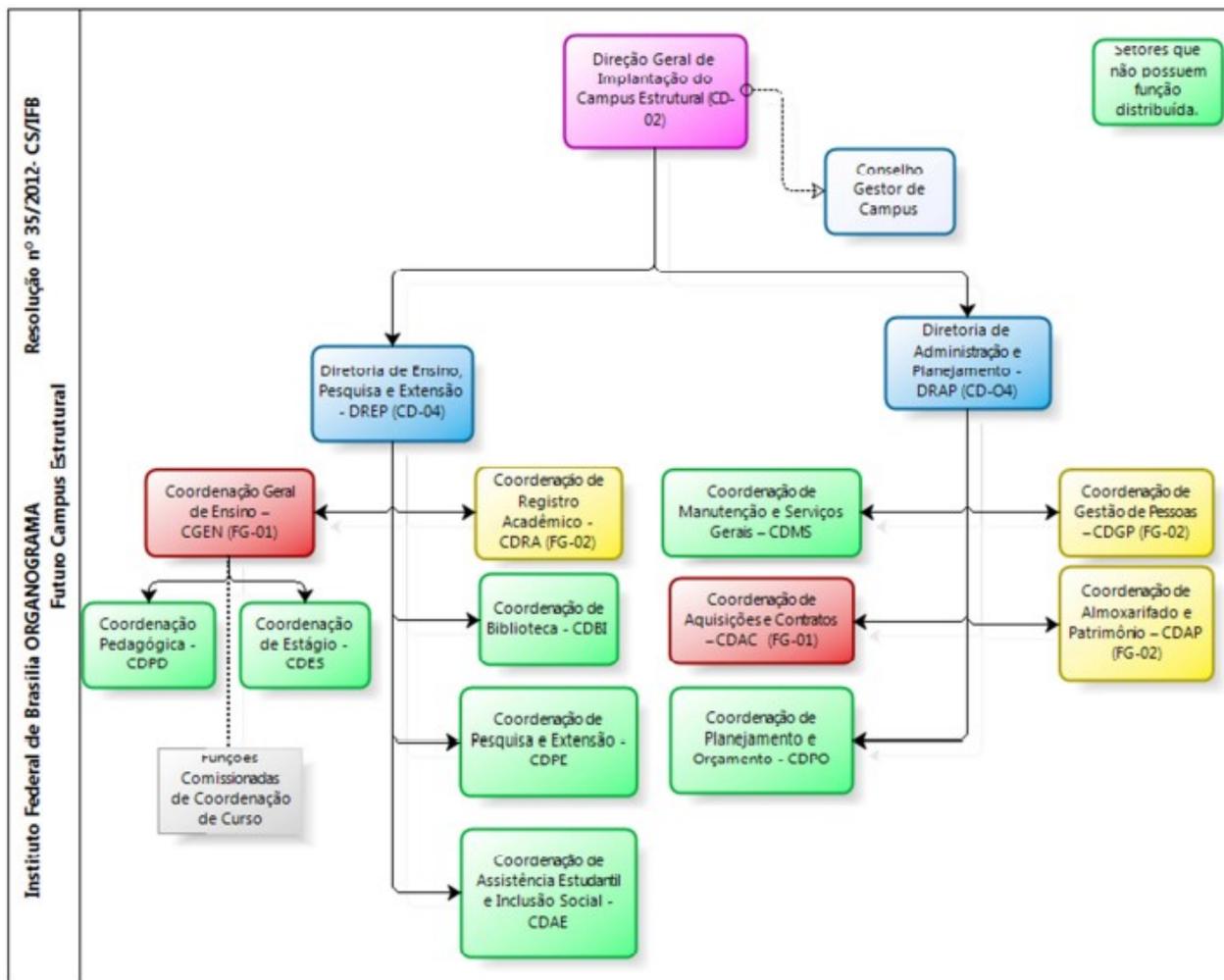
Organograma – *Campus Brasília.*



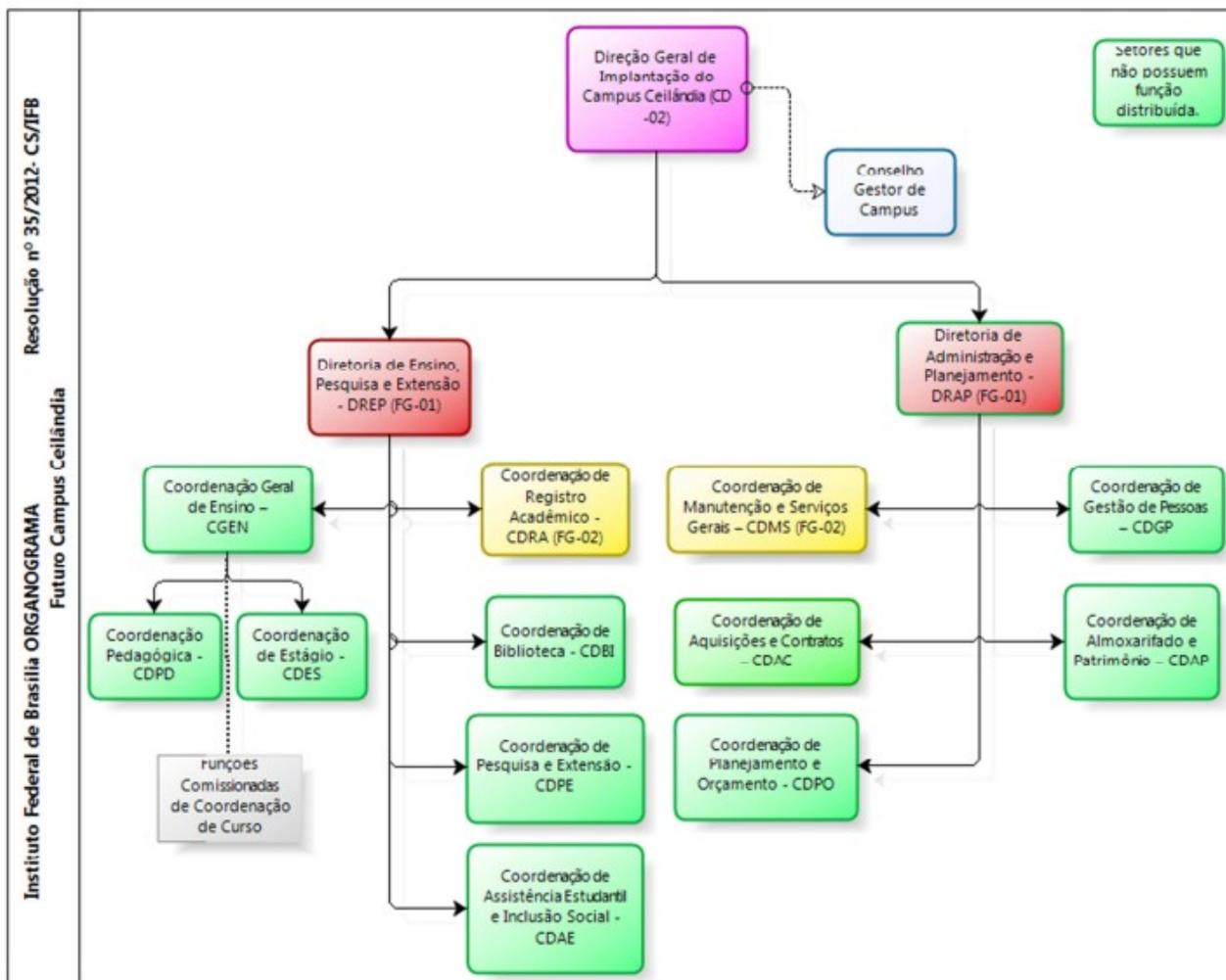
Organograma – Campus Planaltina.



Organograma – Futuro *Campus* Estrutural.



Organograma – Futuro *Campus* Ceilândia.



12.2 Anexo II – Resolução nº 008/2012-CS-IFB – Projeto Pedagógico Institucional


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESOLUÇÃO Nº 008 -2012/CS -IFB

Aprova o Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília.

O Presidente do Conselho Superior do INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria Nº 649, de 23 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2011;

CONSIDERANDO que o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, explicita as posições do Instituto Federal de Brasília a respeito da educação profissional e tecnológica superior que oferece à sociedade do Distrito Federal, seu compromisso social, seus objetivos, finalidades e metas por meio do desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO o objetivo do PPI de nortear a prática pedagógica nos aspectos técnicos e políticos, tendo em vista a qualidade do IFB, no ensino, na pesquisa e na extensão;

CONSIDERANDO a proposta de Projeto Pedagógico Institucional constante no Processo nº 23098.001869/2011-04, discutida junto à comunidade acadêmica do IFB, e o que foi deliberado pelo Conselho Superior na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011, quando da análise da referida proposta;

No uso de suas atribuições legais e estatutárias, **R E S O L V E:**

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, nos termos do Anexo a esta Resolução e determinar que seja disponibilizado para consulta no portal do IFB www.ifb.edu.br;

Art. 2º Por se tratar de um processo dinâmico, o PPI deverá ser atualizado sempre que houver deliberação do Conselho Superior;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília – DF, 31 de janeiro de 2012.


WILSON CONCIANI

Presidente do Conselho Superior do IFB

SGAN 610, Módulos D, E, F e G Brasília-DF – CEP 70860-100
Telefone: (61) 2103-2139 – Fax: (61) 2103-2144
www.ifb.edu.br

 INSTITUTO FEDERAL
BRASÍLIA

13.REFERÊNCIAS

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados. Brasília: Publix Editora, 2010.

SOUZA, Daniel Luiz de. Planejamento Estratégico em organizações públicas. Planejamento de longo prazo em organizações públicas com a utilização do *Balanced Scorecard* e de cenários prospectivos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2507576.PDF>, acesso em 12/01/2014.

COUTINHO, André R.; KALLÁS, David. Gestão estratégica: experiências e lições de empresas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em Ação – *Balanced Scorecard*. 34º. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

Instruções Para Elaboração De Plano De Desenvolvimento Institucional. Disponível em <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC/MEC. Disponível em http://www.ifb.edu.br/images/PRDI/acordo_de_metas_e_compromissos.pdf. Acesso em 19 de janeiro de 2013; www.ifb.edu.br, acesso em 19 de janeiro de 2013.

IFB. Resolução nº 008-2012/CS-IFB. Aprova o Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_008_2012%20Aprova%20o%20PPI.pdf. Acessado em 26 de maio de 2014.

IFB. Resolução nº 35/2012- CS/IFB. Aprova, *ad referendum* do Conselho Superior, nova estrutura organizacional do IFB. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf. Acesso em 21 de novembro de 2013.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>, acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Decreto Nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.** Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agro-técnicas. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto N.º 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 82.711, de 23 de Novembro de 1978. Dispõe sobre a transferência do Colégio Agrícola de Brasília para o Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil), nos termos da Lei 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a partir do exercício de 2009. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 18, de 16 de junho de 2010. Altera a Resolução CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema Escola Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil). Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 24, de 16 de agosto de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, ...revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano

de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4o da Lei no 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nos 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei no 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Portaria Nº 554, de 20 de junho de 2013. Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III da Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

Portaria Nº 982, de 3 de outubro de 2013. Estabelece as diretrizes gerais para fins de promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior e classe de Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.